

**UNIVERSIDADE FEDERAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (UNIRIO)
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E SOCIAIS (CCH)
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM MEMÓRIA SOCIAL (PPGMS)**

JAYME DE PINHO NETO

**BIBLIOGRAFIA COMO MEMÓRIA E BANCO DE DADOS: UM ESTUDO DO
DOCUMENTO/MONUMENTO À LUZ DA MEMÓRIA SOCIAL**

Rio de Janeiro
2020

JAYME DE PINHO NETO

**BIBLIOGRAFIA COMO MEMÓRIA E BANCO DE DADOS: UM ESTUDO DO
DOCUMENTO/MONUMENTO À LUZ DA MEMÓRIA SOCIAL**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Vera Dodebei

Linha de Pesquisa: Memória e Patrimônio

Rio de Janeiro
2020

P654b Pinho Neto, Jayme de.

Bibliografia como memória e banco de dados: um estudo do documento/monumento à luz da memória social / Jayme de Pinho Neto. – Rio de Janeiro, 2020.
105 f.

Orientadora: Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos Dodebei
Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Memória Social, 2020.

1. Memória Social. 2. Bibliografia. 3. Análise memo-informacional 4. Memória documentária. 5. Banco de dados. I. Dodebei, Vera Lucia Doyle Louzada de Mattos. II. Pinho Neto, Jayme de. III. Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. IV. Título.

CDD 016.04

BIBLIOGRAFIA COMO MEMÓRIA E BANCO DE DADOS: UM ESTUDO DO DOCUMENTO/MONUMENTO À LUZ DA MEMÓRIA SOCIAL

JAYME DE PINHO NETO

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Memória Social (PPGMS), da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro (UNIRIO), como requisito para a obtenção do grau de Mestre em Memória Social.

Rio de Janeiro, ____ de _____ de 2020.

Banca Examinadora:

Prof^a Dr^a Vera Lúcia Doyle Louzada de Mattos Dodebei (Unirio - Orientadora)

Prof. Dr. Eduardo da Silva Alentejo (Unirio)

Prof. Dr. Robson Santos Costa (UFRJ)

AGRADECIMENTOS

A Deus, que reencontrei no momento e no lugar mais impossíveis.

Aos meus pais, pelo apoio e força em cada empreitada que eu sigo.

À Prof^a. Dr^a Vera Dodebei, pelo carinho, compreensão e por apostar em mim depois da minha longa e tortuosa trajetória no PPGMS, e ao seu grupo de pesquisa formado pelos colegas João Marcelo, Larissa Vilafan, Marina Damin, Thereza Sotomayor e Tesla Coutinho.

À banca avaliadora, que tanto contribuiu para o engrandecimento dessa pesquisa.

Ao Prof. Dr. Eduardo Alentejo, pela amizade, pelo incentivo, por me ouvir nos momentos tristes e felizes, e por ter acompanhado minha trajetória acadêmica da graduação ao PPGMS.

Ao meu amigo Thalles Carvalho, que hoje também é amigo de profissão, pelas trocas de conhecimento e por ter ouvido meus desabafos.

Ao Prof. Dr. Miguel Angel de Barrenechea, por me fazer conhecer um pouco mais de Nietzsche, pela força e pela gentileza no tempo em que fui seu orientando, e ao seu grupo de pesquisa nietzschiano que tanto me auxiliou, formado pelos colegas Cristie Campello, Lucrecia Corbella, Priscilla Kern, Sergio Andraus, Ismael Assis, Thamires Angelo, Guilherme Costa, Dolores Eugênia e Helio Herbst.

Aos amigos Adriel Alves, Alvesius Lima, Ana Beatriz Guimarães, Camila Agostinho, Clecius Pacheco, David Conceição, Dennys Xavier, Eduardo Vieira, Eliane Xavier, Fábio Tavares, Fatima Moraes, Gabriel Alves, Gabriel Plodowski, Gabriel Ferreira, Gian Leonhardt, Hilton Boenos Aires, Holdenes Robert, José Emídio Nogueira, João Ferreira, Lanne Stocco, Lourenço, Munique Fersan, Marta Feigenbaum, Myrian Clark, Patricia Cortes, Pedro Reis, Pedro Xavier, Peter Blasé, Phillipe Borges de Azevedo, Roberto Motta, Roberto Pinheiro, Rosa Barbosa, Sabrina Souza, Sandra Rocha, Thiago Felício, Vinicius Torres, Vitor Fidel, William Class, dentre outros dos quais possivelmente esqueci, mas que também foram importantes de alguma forma nessa trajetória.

Ao corpo docente, discente e técnico do PPGMS, que contribuíram de forma direta e indireta para meu amadurecimento e crescimento pessoal e acadêmico.

À CAPES pela bolsa de mestrado, sem a qual eu não teria conseguido concluir essa etapa da minha vida.

*Da veniam scriptis, quorum non gloria nobis
Causa, sed utilitas officiumque fuit.*

Sejam gentis com os meus escritos, cujos propósitos não são a minha glória,
Mas sua plena utilidade, e o dever que eles desempenham.

(Ovídio, Epistulae ex Ponto, v. III, carta IX)

RESUMO

Trata da investigação da Bibliografia no âmbito da Memória Social. Mediante pesquisa de caráter qualitativo e de natureza exploratória, objetiva relacionar os campos da Bibliografia e da Memória Social, ao realizar uma análise memo-informacional da bibliografia como documento/monumento, no passado e na contemporaneidade. Fundamenta o estudo em teóricos da Memória Social como Maurice Halbwachs, Gérard Namer, Jô Gondar e Vera Dodebei, e teóricos da Bibliografia, como Louise-Malclès, Xavier Placer, Dominique Varry e Marcelle Beaudiquez. Parte da investigação da Bibliografia como técnica, produto e metodologia de pesquisa, a partir de um estudo historiográfico e conceitual do objeto. Elucida semelhanças e diferenças entre os campos em questão por meio da formulação de quatro análises, onde são discutidas questões sobre a interdisciplinaridade, alteridade, ética, política, identidade, representação e tecnologia envolvendo memória e bibliografia. Conclui que a Bibliografia se mantém intrinsecamente relacionada à Memória Social, que a sua permanência e relevância na contemporaneidade se dá por meio dos bancos de dados, do Big data e da memória documentária.

Palavras-chave: Memória Social. Bibliografia. Análise memo-informacional. Memória documentária. Bancos de dados.

ABSTRACT

It treats about Bibliography in the context of Social Memory. Through a qualitative and exploratory research, it aims to relate the fields of Bibliography and Social Memory, by conducting a memo-informational analysis of bibliography as a document/monument, in the past and in contemporary times. The study bases on social memory theorists such as Maurice Halbwachs, Gérard Namer, Jô Gondar and Vera Dodebei, and bibliography theorists such as Louise-Malclès, Xavier Placer, Dominique Varry and Marcelle Beaudiquez. It starts with the investigation of bibliography as a technique, product and research methodology, from a historiographical and conceptual study of the object. It elucidates similarities and differences between the fields in question through the formulation of four analyzes, which discuss issues of interdisciplinarity, alterity, ethics, politics, identity, representation and technology involving memory and bibliography. Concludes that Bibliography is intrinsically related to Social Memory, that its permanence and relevance in contemporary times occurs through databases, Big data and documentary memory.

Keywords: Social Memory. Bibliography. Memo-informational analysis. Documentary memory. Databases

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Fotografia 1	- Secretária em frente ao Repertório Bibliográfico Universal.....	42
Figura 1	- Esquema lógico de organização do <i>Mundaneum</i> , o <i>Palais Mondial</i>	44
Figura 2	- Principais classificações dos repertórios bibliográficos por Malclès.....	58
Figura 3	- Principais classificações dos repertórios bibliográficos por Placer.....	59
Figura 4	- Ciclo da Informação.....	86
Quadro 1	- Matriz documentária.....	88
Quadro 2	- Matriz documentária e o elemento seletivo por documento.....	89

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

- AACR2 - Código de Catalogação Anglo-Americano
- BLAISE - British Library's Automated Information Service (serviço de informações automatizadas da Biblioteca Britânica)
- CDD - Código Decimal de Dewey
- CDU - Código Decimal Universal
- CNRS - Centre National de la Recherche Scientifique (Centro Nacional de Pesquisa Científica)
- COPAC - Consortium of Online Public Access Catalogues (consórcio de catálogos de acesso público online)
- FID - Fédération Internationale de Documentation (Federação Internacional de Documentação)
- ICSO - International Concil of Scientific Organizations (Conselho Internacional de Organizações Científicas)
- IIB - Instituto Internacional de Bibliografia
- ISO - International Organization for Standardization (Organização Internacional para Padronização)
- JPG - Joint Photographic Experts Group (grupo de especialistas em fotografia)
- MARC - Machine Readable Cataloging (catalogação legível por computador)
- OCLC - Online Computer Library Center (rede computadorizada de bibliotecas)
- OCR - Optical Character Recognition (reconhecimento ótico de caracteres)
- OPAC - Online Public Acess Catalog (catálogo de acesso público on-line)
- PDF - Portable Document Format (formato de documento portátil)
- RBU - Repositório Bibliográfico Universal
- RDA - Resource Description and Acess (recursos para descrição e acesso)
- RDF - Resource Description Framework (estrutura de descrição de recursos)
- UFOD - Union Française des Organismes de Documentation (União Francesa dos Órgãos de Documentação)
- UIA - União das Associações Internacionais

Unesco - Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	12
1	O QUE É BIBLIOGRAFIA?	23
1.1	Percurso conceitual e histórico	23
1.2	Do Humanismo à Bibliofilia (Séc. XVI – XIX)	32
1.3	Do Artesanal à Sociedade da Informação, aos mundos virtuais (Séc. XIX – XXI)	38
2	BIBLIOGRAFIA, MEMÓRIA E DOCUMENTO	50
2.1	Primeira análise: a bibliografia se desenvolve, no âmbito da memória social, em contextos interdisciplinares	52
2.2	Segunda análise: a bibliografia é construída por seleção, considerando os aspectos éticos e políticos	62
3	BIBLIOGRAFIA, INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS	72
3.1	Terceira análise: a bibliografia é um objeto processual sempre em construção	74
3.2	Quarta análise: a bibliografia não se reduz à representação da memória documentária	84
	CONSIDERAÇÕES FINAIS	96
	REFERÊNCIAS	99

INTRODUÇÃO

No âmbito do mestrado em Memória Social, apresentamos esta pesquisa intitulada “Bibliografia como memória e banco de dados: um estudo do documento/monumento à luz da memória social”. De maneira geral, aqui me ocupo em analisar a Bibliografia a partir de uma perspectiva da análise memo-informacional. Tal metodologia, elaborada por Ribeiro, Dodebei e Orrico (2013), foi aplicada em estudos anteriores para investigar imagens em movimento enquanto objetos memorialísticos dotados de informação.

Realizei algumas adaptações desta metodologia para a proposta deste estudo, visando contextualizar tanto a bibliografia como objeto, quanto as atividades intelectuais que a envolvem, a partir de uma perspectiva relacional entre memória, informação e documento. Deste modo, não somente a Bibliografia inserida na economia do livro foi analisada, como também seus artífices e a implicação deste 'documento/monumento', conforme nos indica Le Goff (2014), na constituição da memória social no presente, considerando o legado feito no passado e as expectativas de sua importância para o futuro.

Os rumos dessa pesquisa foram delineados desde a minha graduação em Biblioteconomia, na qual tive um primeiro contato com a disciplina Informação, Memória e Documento, dentre outras específicas do curso de Biblioteconomia que tangenciavam sobre outras relações entre esses assuntos. Para o trabalho de conclusão de curso, investiguei o desenvolvimento das bibliotecas no período da Revolução Francesa, a partir de 1789.

Nesta ocasião, pude identificar que a bibliografia nacional foi utilizada por vários atores do período como parte de um processo de controle social e político da sociedade da época. O projeto visava compreender inventários de materiais bibliográficos que haviam sido previamente tomados de particulares, pelo Estado. No decorrer da Revolução Francesa, especificamente entre os anos de 1789 e 1794, esses inventários serviram como meio de distribuição dos livros por uma rede de bibliotecas públicas, que por sua vez serviram de espaços de triagem para levar o que seria considerado patrimônio bibliográfico nacional para a então Biblioteca Real (PINHO NETO, 2017).

Já na pós-graduação em Memória Social, realizei dois trabalhos em formato de artigo científico, os quais utilizo como base para a atual investigação. Um deles foi

para a disciplina Memória e Patrimônio, onde dissertei sobre a relação entre a criação e manutenção de um imaginário nacional por meio da eleição do que é patrimônio bibliográfico nacional. O outro, para a disciplina Estudos em Memória Social I, propus estabelecer as primeiras relações que eu verificara entre Memória social e a Bibliografia, tomando como base teórica as Cinco Proposições sobre Memória Social, de Jô Gondar (2016). Discorri sobre o uso da bibliografia como objeto de estudo no âmbito da Memória Social, tentando contribuir para a ampliação do conceito – outrora estudado apenas nas Ciências Sociais Aplicadas – a partir de um olhar filosófico e histórico entre as duas áreas.

Em outras oportunidades, a partir de experimentações do tema direta ou indiretamente nas linhas de pesquisa Memória e Espaço, com o auxílio do Prof. Dr. Miguel Angel de Barrenechea, e em Memória e Patrimônio, com a Prof^a Dr^a Vera Dodebei, foi possível estruturar e delinear as especificidades da pesquisa em andamento. Busco, assim, que esta pesquisa some à Memória e à Biblioteconomia, as perspectivas memoriais e informacionais de forma experimental, como também trazer à tona questões políticas e sociais envolvendo a implicação da informação, assunto cada vez mais em discussão na contemporaneidade, no desenvolvimento cognitivo e memorialístico humano.

Neste estudo, examinamos a Bibliografia como um documento/monumento (LE GOFF, 2014, p. 485) sob uma perspectiva memo-informacional, no passado e na contemporaneidade. Investigamos as atividades que envolvem o recenseamento bibliográfico sob concepções clássicas e também contemporâneas, como sua relação com a memória e com a estrutura do banco de dados. Desta forma, buscamos compreender como o contexto de produção da bibliografia, bem como do próprio Documento e sua característica de hereditariedade própria do Monumento, influenciam e são influenciados pela Memória Social, em pequenos e grandes grupos sociais.

Para atender aos objetivos do estudo, adotamos a pesquisa bibliográfica e documental, de caráter qualitativo e a natureza exploratória, com o intuito de estabelecer relações fundamentais entre memória, documento e informação como assuntos norteadores. Para tanto, partimos das investigações interdisciplinares entre os campos da Memória Social e da Biblioteconomia. Para balizar as discussões acerca da relação entre memória social e informação, utilizamos os escritos de Jô Gondar (2005; 2016) e suas proposições sobre a memória social, e o 'Ensaio sobre

memória e informação' de Vera Dodebei (2016). As questões levantadas nesta primeira etapa serviram para introduzir outros autores, como Maurice Halbwachs (2017) e Gérard Namer (1987), os quais se complementam para explicar as relações entre o Documento e a Memória.

Por considerarmos a Bibliografia como um assunto amplo, estabelecemos que seu exame fosse feito a partir de três concepções epistemológicas¹:

a) Como **técnica**, referindo-se ao processo de inventariação de materiais analógicos ou virtuais (livros, folhetos, PDFs, CDs etc.), que se ocupa da utilização dos códigos de catalogação e classificação internacionais como o AACR2, a CDD e a CDU para arrolar os registros desses materiais, baseado em Malclès (1967);

b) Como **produto**, referindo-se ao documento produzido a partir da representação sistemática de materiais analógicos ou virtuais que compõem as coleções no acervo de uma biblioteca (DINIZ, 1915), ou de um espaço de conhecimento similar (JACOB, 2014), por meio de suas referências aos documentos;

c) Como **metodologia de pesquisa**, encerrada em si mesma ou em relação de atravessamento com outras disciplinas, como aponta Zoltowski (1986)², como a Bibliografia Histórica (História)³, Bibliografia Material (Biblioteconomia)⁴ e Bibliografia Textual (Sociologia e Letras)⁵.

¹ Entendemos o conceito de epistemologia como em Abbagnano (2000, p.183) que prefere denominar o conceito de Teoria do Conhecimento: "A teoria do conhecimento perdeu seu significado na filosofia contemporânea e foi substituída por outra disciplina, a 'metodologia', que é a análise das condições e dos limites de validade dos procedimentos de investigação e dos instrumentos linguísticos do saber científico".

² Zoltowski (1986, p. 81) considera a Bibliografia como "ciência concreta", sob uma perspectiva metodológica, cuja atividade principal é a de "recensear o mundo dos livros na sua totalidade, da mesma forma pela qual a demografia procede, recenseando a população" (1986, p. 82). Esclarece que "a Bibliografia, enquanto ciência descritiva concreta, serve a outras ciências análogas, como a História do Pensamento, de que ela se constitui fonte principal, assim como as ciências teóricas, tais como a Psicologia e, finalmente, a síntese filosófica do saber humano" (1986, p. 83)

³ Bibliografia Histórica, de acordo com Langlois (1901, p. IX, tradução nossa) é a "seção da Bibliografia geral que compreende os repertórios interessantes para as ciências históricas", atrelada à pesquisa de fontes originais.

⁴ Bibliografia Material, de acordo com Varry (2011, p. 31, tradução nossa), é uma "arqueologia do livro impresso", por meio da análise do livro enquanto portador de um texto, sua fabricação e transmissão.

⁵ Bibliografia Textual, de acordo com Horch (1978, p. 148), é "o estudo e a descrição de livros como objetos materiais", por meio de uma construção de sua biografia (produção e disseminação na sociedade)

Ainda, como forma de criar as primeiras relações entre as áreas da Memória Social e da Bibliografia, parto de dois pressupostos, que são:

a) Uma vez que as bibliografias acumulam conjuntos de referências sobre todos os materiais bibliográficos presentes em variadas instituições culturais de memória como a biblioteca, essas bibliografias podem ser vistas como uma tentativa de representação unificada de memórias coletivas culturais, acadêmicas, políticas e administrativas, e desempenham o papel de estrutura social da memória nesses espaços, como aponta Namer (1987)⁶;

b) Beaudiquez (1992) elucida que as bibliografias nacionais, especificamente, podem ser vistas como um documento que testemunha uma memória nacional. Neste sentido, há possibilidade de outros formatos de bibliografia serem também formas de testemunho de memórias coletivas diversas.

Neste contexto, discorro brevemente sobre a Memória e a Bibliografia como forma preliminar de evidenciar as relações fundamentais entre uma área e a outra.

Breves comentários sobre a Memória

Na Antiguidade grega, a memória surgia como um assunto fundamental a ser discutido pelos filósofos, no âmbito da metafísica; e foi por meio deste ponto de vista que se construiu uma aura, um significado divino para a memória (BARRENECHEA, 2005, p. 55-56). Assim compreendida, a memória como um dom era conferida aos seres humanos pela titânide *Mnemosine*, cujo propósito era o de “[resguardar] o passado primordial, [controlar] as lembranças, [permitir] aos mortais a recordação dos princípios, de um pretérito arquetípico, essencial, ao mesmo tempo em que lhes

⁶ De acordo com Namer (1987, p. 160), os livros, em uma instituição cultural de memória como a biblioteca, são uma memória virtual que se atualiza ao passo que os indivíduos pesquisam e produzem conhecimento a partir desses objetos. Sua disposição nesses espaços são o resultado da acumulação e interação entre diversas memórias coletivas, de diversos pontos de vistas culturais, uma forma de memória social. Para o autor, “essa instituição da memória já é uma resposta aos problemas da memória coletiva em que a instituição da memória permite uma memória virtual apenas porque constantemente unifica as memórias culturais, as memórias políticas, as memórias administrativas e as memórias acadêmicas” (NAMER, 1987, p. 160). A unificação dessas memórias diversas se dá através de documentos como as bibliografias (NAMER, 1987 p. 160).

outorgava o esquecimento do tempo presente” (BARRENECHEA, 2005, p. 56). Em oposição, os filósofos tratavam o esquecimento como a fonte evitável no inferno órfico (LE GOFF, 2014, p. 401).

Porém, foi no século XIX que esse paradigma metafísico da memória foi superado com os escritos do filósofo alemão Friedrich Nietzsche, principalmente em obras como a ‘Segunda consideração intempestiva’, cuja primeira edição é de 1874, e ‘Genealogia da moral’, de 1887. Além da crítica ao excesso de informação e historicismo em um século positivista, Nietzsche (2003) questionava a estrutura da condição moral que permeava o século XIX. Para o filósofo, a memória e as atividades que envolveram a sua constituição e aperfeiçoamento nos indivíduos foram fundamentais para o desenvolvimento do ser-humano em sociedade. É também com Nietzsche (2018) que o esquecimento passa a ser visto como complementar a memória, e não seu oposto.

No entanto, foi no século seguinte que a Memória Social passou a ser um assunto investigado na área das humanidades de muitas formas. Por meio de estudos interdisciplinares e transdisciplinares, foi a partir das teorias de Henri Bergson (1859-1941) sobre matéria e espírito no âmbito da psicologia, e das elucidações de Maurice Halbwachs (1877-1945) sobre a memória individual, coletiva e histórica, que o campo da memória social passou a ter cada vez mais relevância para a compreensão do indivíduo como parte da sociedade e possíveis elucidações sobre os valores que balizam seus costumes sociais.

Na virada do século, ao largo dos primeiros anos de 2000, ocorre outra ebulição dos estudos em Memória Social. Em um período marcado pela crescente popularização da tecnologia computadorizada e os processos de globalização cada vez mais evidentes, pesquisas como as de Andreas Huyssen (2000, 2014) e Stuart Hall (2014) passam a tratar de identidade e diferença e perspectivas de ‘excessos de memória’ em um contexto histórico de aparente descentralização de poderes, de quebra de tabus e paradigmas sociais. O foco, portanto, foi tentar compreender como são construídas as identidades socialmente, como representação de uma maior atenção a ser dada ao desenvolvimento de novos coletivos sociais na contemporaneidade.

Assim, percebemos que a memória percorreu um caminho extenso até que a estabelecessem como assunto indissociável do coletivo. Da metafísica dos antigos filósofos gregos, da indigestão de Nietzsche com os rumos da modernidade, passando

pelas consequências diretas e indiretas dos regimes totalitários do século XX e do aprimoramento das democracias no século XXI, a memória desenvolveu-se tanto como campo de estudos, quanto faculdade do homem social.

Neste contexto, a comunicação e a escrita também foram aperfeiçoadas, o que garantiu ao 'documento' certa relevância como material da memória coletiva e da história⁷. E com isso, empregando o *status* de Monumento à Bibliografia, o que faz necessário introduzir determinados aspectos dessa relação.

Breves comentários sobre a Bibliografia

Para falar sobre a Bibliografia é necessário falar primeiramente de sua progenitora: a biblioteca. No âmbito da memória, as bibliotecas são conceitualizadas como instituições culturais de memória, como elucida Namer (1987, p. 161). Estabelecem-se, assim, como espaços de guarda e reavivamento constante de memórias e de suas representações em materiais bibliográficos.

Ainda de acordo com Namer (1987, p. 168), essas atualizações de memórias virtualizadas nestes suportes são motivadas por um desejo de memória da sociedade que interage com as bibliografias e catálogos enquanto documentos. Graças a esse fluxo informacional e memorialístico, a biblioteca também pode ser entendida como um meio essencial para o desenvolvimento da história da humanidade, o que garantiu a extensão das atividades mnemônicas para o suporte escrito (LE GOFF, 2014, p. 11).

Tais práticas são realizadas desde tempos remotos, remetendo aos grandes reinados e à relação de poder e informação em complexos grupos sociais. Um exemplo desta relação se faz presente na biblioteca de Alexandria, um dos maiores centros de informação da Antiguidade, cujo objetivo era acumular manuscritos de várias partes do mundo, "organizando de maneira legal uma prática particular de uma memória cultural [...] como se este local contivesse livros, como uma memória do mundo" (NAMER, 1987, p. 159-160, tradução nossa).

É inclusive no caso de Alexandria que se estabelece uma moderna forma de organização, como uma pré-bibliografia, denominada *pinakes*, desenvolvida por

⁷ Termo utilizado por Le Goff (2014, p. 485) para referir-se aos documentos, monumentos e documentos/monumentos.

Calímaco, que organizou cerca de 120 rolos de papiros por autor e assunto (CONDIT, 1937, p. 565). Neste contexto, a Bibliografia pode ser compreendida como a ciência do livro, ou seja, “é o ramo da Biblioteconomia que se ocupa da enumeração, descrição e julgamento das manifestações da atividade intelectual de todos os povos, em todas as épocas, e que de algum modo foram reduzidos ao escrito” (PLACER, 1955, p. 8). Assim, o trabalho bibliográfico se ocupa do recenseamento de materiais bibliográficos, em diversos suportes, por meio de registros sistemáticos de suas informações.

Assim, a Bibliografia será investigada a partir das propostas de estudos memorialísticos de duas pesquisadoras da Memória Social no Brasil: a Prof^{fa} Dr^a Jô Gondar (2005; 2016), por meio de suas proposições sobre a Memória Social, e a Prof^{fa} Vera Dodebei (2014; 2016), que relaciona Memória, Informação e Documento na contemporaneidade.

Gondar (2005) realizou a primeira versão de suas proposições, onde figuravam quatro destas, no livro “O que é Memória Social?”. Apesar de termos conhecimento da segunda versão que comporta cinco proposições (GONDAR, 2016) publicada em “Por que Memória Social?” preferimos continuar com as quatro primeiras, por verificarmos que estas se adequam melhor ao tema aqui estudado.

Neste sentido, a primeira proposição, da versão de 2005, versava sobre o conceito da memória social ser transdisciplinar, no qual a autora defendia a polissemia do campo em questão. Para Gondar (2005, p. 12), esta polissemia pode ser entendida tanto pela memória comportar diversas significações como, também, ser representada por uma grande variedade de signos simbólicos (palavras orais e escritas) ou icônicos (imagens desenhadas ou esculpidas), até signos indiciais (marcas corporais).

Além disso, Gondar (2005, p. 12) estabelece os riscos de se tomar o conceito de memória social com muito rigor, passível de criar padrões aos quais a memória em si, como processo de constante construção e reconstrução, não se adequa. A memória é flexível, e quem garante suas diversas acepções são justamente as diversas disciplinas que se entrecruzam para dar-lhe sentidos variados, a partir de questionamentos transdisciplinares (GONDAR, 2005, p. 14-15). É por meio dessas conversas democráticas entre as ciências que a memória ganha diferentes corpos, ou

conceitos, e sempre se encontra como terreno fértil para discussão de novas problemáticas.

Sua segunda proposição discute sobre o conceito de memória social ser ético e político. Gondar (2005, p. 16) estabelece que não basta a polissemia conceitual para designar um horizonte de possibilidades da memória, mas sim que existem escolhas bem delineadas que influenciam as perspectivas que tomamos quando analisamos a memória social sob certos vieses. Citando Halbwachs com seus quadros sociais, definidos e delimitados, Gondar (2005, p. 16) nos leva a questionar o posicionamento político que se toma ao escolher essa abordagem da memória, bem como a perspectiva ética foucaultiana da tessitura da memória, com foco em resistências que permeiam relações de poder.

Deste modo, a autora frisa que é sempre relevante nos perguntarmos onde queremos chegar com a perspectiva memorialística que usamos, o que podemos esperar e como nos engajamos nessa espera (GONDAR, 2005, p. 16-17). A utilização das lembranças por meio de questionários, de metodologia da história oral, de documentos, sempre deve ser questionada e escolhida a partir de intenções éticas e políticas, já que nem a lembrança e muito menos o documento são artefatos inócuos: tanto um quanto o outro são produtos de uma sucessão de processos sociais e de poder até chegar em nossas mãos (GONDAR, 2005, p. 17).

Em sua terceira proposição, a autora se ocupa de defender o porquê de a memória ser uma construção processual. Para tanto, estabelece uma breve história da construção da memória como mito até sua aceção científica.

Gondar (2005, p. 19-21) analisa desde o entendimento, pelos antigos platônicos, da memória como a substância de tudo o que existe, parte de uma constante busca por transcendência do corpo terreno às verdades imutáveis e universais; passando pela categoria do sujeito e suas relações com a sociedade começarem a fazer parte dos estudos sociais na modernidade, tornando a memória restrita aos limites humanos, uma construção temporal; e chegando nos entendimentos contemporâneos das concepções de tempo, que não é sinônimo de evolução constante e sim de alteração constante – o devir – e memória como parte essencial deste processo, onde se digladiam memória e esquecimento de forma processual e incerta.

Em sua quarta e última proposição, Gondar (2005, p. 22) indaga sobre a redução da memória à representação. Com base em Durkheim, a autora questiona a

evidência de que as representações individuais e coletivas seriam parte essencial do campo da memória, ou seja, por ela construídas e reduzindo o âmbito memorialístico a essas mesmas representações. Na verdade, a vida, a sociedade, tudo isso é uma esfera processual, pulsante de potencialidades infinitas de criação, nas quais suas representações são apenas cristalizações de momentos, tentativas de *objetificar* a memória (GONDAR, 2005, p. 23).

Em relação à segunda proposição, Gondar (2005, p. 23-24) reafirma a necessidade de intervir e questionar essas representações sociais: que forças estiveram relacionadas para a criação de uma ou outra representação? A serviço de que poder elas foram construídas? Por que algumas representações soergueram enquanto outras foram relegadas ao esquecimento? De acordo com a autora, é a partir dessas perguntas que entendemos a memória social como um processo, e que as representações, as quais muitas vezes são relegadas à memória como sua única evidência em sociedade, são apenas tentativas de cristalizações que foram legitimadas socialmente. Não devemos, no entanto, menosprezar as representações; mas devemos ter noção de que a memória é um constructo constante, sempre aberta à invenção, ao novo (GONDAR, 2005, p. 26).

Já com relação ao que explica Vera Dodebei (2016), a essência do que tratarei para relacionar Memória, Informação e Documento está em seu 'Ensaio sobre memória e informação'.

Dodebei (2016, p. 227) aproxima os assuntos informação e memória por meio da perspectiva humana e tecnológica da memória, ou seja, da oralidade e da escrita aos bancos de dados e o ciberespaço. A relação entre informação e memória cresce exponencialmente, de acordo com a autora, desde a segunda metade do século XX: enquanto a memória está aberta à patrimonialização das cristalizações ou representações sociais, materiais ou não, a informação segue caminho oposto, caminhando para a ocupação do espaço dos objetos, a medida em que é utilizada para reduzi-los com o intuito de representa-los e organiza-los (DODEBEI, 2016, p. 227).

Com base em Kaplan (2009), a autora estabelece que os objetos apresentam duas dimensões: uma estrutura física, incorporável, passível de alterações, e uma estrutura histórica, que é carregada das relações estabelecidas pelas pessoas que possuíram o objeto. Já Flusser (2011, p. 70-71), a partir de outra abordagem, explica que os objetos estão perdendo seu valor de posse frente ao valor simbólico que

passou a ser dado à informação na contemporaneidade (DODEBEI, 2016, p. 228). Deste modo, a autora questiona sobre como é feita a convergência das mídias analógicas para as virtuais, suas reduções e representações em ambiente virtual.

É neste sentido que Dodebei (2016, p. 229) relaciona a memória corporal, que se encontra na fala, na escrita, até a produção dos objetos analógicos como as fotografias, à memória virtual, dos infomidiáticos, referente aos processos envolvendo os computadores e suas formas lineares de processamento que produzem uma memória eletrônica por meio de bancos de dados. A isso também relaciona-se a questão das instituições culturais de memória, como os museus e os arquivos, que tentam cristalizar a guardar o passado, por meio da “atualização da memória passada no tempo presente como um cânone e, ao mesmo tempo, com a memória passivamente armazenada que preserva apenas o passado no arquivo” (DODEBEI, 2016, p. 233).

Em atenção ao banco de dados, a autora compreende que suas estruturas na contemporaneidade são aprimoramentos das tentativas de representações informacionais de objetos que sempre existiram na história da humanidade. Para tanto, Dodebei (2016, p. 234) cita brevemente alguns fatos, como as instituições na Antiguidade sempre representarem os objetos colecionados por notações específicas, para seu reconhecimento e recuperação sistemáticos. A essa atividade se dá o nome de catalogação, que se aperfeiçoou das antigas etiquetas, passando pelas fichas até os bancos de dados atualmente organizados com linguagens computadorizadas específicas, como o formato MARC21. Apesar de suas modificações, esse processo de reconhecimento para organização e recuperação sempre teve uma mesma finalidade: a construção dos catálogos, ou bibliografias (DODEBEI, 2016, p. 234).

A autora também analisa os estudos de Manovich (2001) com relação à lógica do banco de dados e a estrutura da memória no meio tecnológico como antítese da narrativa. Manovich (2001, p. 49) entende o banco de dados como um conjunto de objetos digitais estruturados em rede e que possuem características em comum, como codificação numérica descrita em linguagem matemática; modularidade ou estrutura fractal; automação; mutabilidade ou variabilidade; e transcodificação. Neste contexto, a memória estruturada em ordem linear da narrativa se difere da memória estruturada em bancos de dados, onde os objetos digitais são ordenados isoladamente, como em um quebra-cabeças, em um estado potencial para construir uma narrativa (DODEBEI, 2016, p. 239).

Nesta conjuntura, também perguntamos: como a bibliografia, enquanto suporte memorialístico e informacional, persiste na contemporaneidade como um documento/monumento responsável por processos de patrimonialização documental? Assim, o relato se organiza em três capítulos principais, ao lado da introdução e das considerações preliminares. Delineamos com esses capítulos três objetivos da pesquisa: o primeiro - O que é Bibliografia? - buscamos responder a pergunta à luz da Documentação e da Memória Social e das questões relativas à sua história e conceitualização hoje e ontem; o segundo capítulo - Bibliografia, Memória e Documento - analisa a Bibliografia em contextos interdisciplinares e sua construção histórica considerando os aspectos éticos e políticos; e, no terceiro capítulo - Bibliografia, informação e banco de dados - buscamos compreender a Bibliografia como meio de informação e estrutura de banco de dados na contemporaneidade.

Estes dois últimos capítulos estarão permeados por análises feitas a partir das proposições descritas por Jô Gondar (2005); e, das Eras memo-informacionais discutidas por Dodebei (2016).

1 O QUE É BIBLIOGRAFIA?

Na presente seção, delinheiro o objeto de estudo 'Bibliografia', uma vez que se trata de assunto de difícil compreensão por parte do público leigo – e mesmo entre os estudiosos da área não há consenso. Especificamente no contexto do Mestrado, pude observar a dificuldade de professores e estudantes do Programa compreenderem o que é Bibliografia.

Os questionamentos se davam possivelmente por não compreenderem o que eu queria dizer com "bibliografia", principalmente em um contexto contemporâneo no qual questões políticas e sociais emergem e nos defrontam minuto a minuto, nos fazendo tomar posicionamentos sobre todos os assuntos, a todo momento. No entanto, a Bibliografia, como outros tantos objetos de estudo, também está intrinsecamente ligada a questões políticas e sociais, que por sua vez foram fundamentadas em questões de memória desde o seu surgimento.

O segundo motivo de discorrer sobre Bibliografia visa aproximá-la ao conceito de documento/monumento, portanto objeto memorial, no âmbito da Memória Social; foi preciso propor esta interrogação assim como Gondar (2005; 2016) e Dodebei (2014; 2016) fizeram em relação à Memória Social. Assim, nas próximas páginas, buscarei apresentar os diferentes conceitos e concepções da Bibliografia, bem como o seu aperfeiçoamento ao largo do desenvolvimento histórico da humanidade. Seguindo o que sugere Le Goff (2014, p. 497), "é preciso começar por desmontar, demolir esta montagem, desestruturar esta construção e analisar as condições de produção dos documentos-monumentos".

1.1 Percurso conceitual e histórico da Bibliografia

A literatura examinada indica que o percurso conceitual para Bibliografia perpassa por seu histórico. Início pela busca de entendimento do conceito de Bibliografia, para compreender sua história e seu devir na contemporaneidade. Talvez o conceito de Bibliografia mais recente, publicado em uma obra de referência, esteja expresso no 'Dicionário do livro' (2008). No verbete em questão, para além da morfologia da palavra – *biblion* (livro) e *graphein* (escrever) – configuram-se algumas noções, a saber:

a) campo científico:

Ciência dos livros, ramo do conhecimento respeitante ao exame histórico e técnico de obras escritas, em que os livros impressos e manuscritos são analisados com a finalidade de descobrir ou verificar a sua origem e proveniência, datas, números e ordens de páginas, autoria e material de suporte; disciplina que estuda o livro impresso enquanto objeto material, com o objetivo de traçar a história da produção e circulação do livro sob os aspectos técnico e cultural. Observa, descreve e interpreta os elementos bibliográficos no período inicial da tipografia, no período da tipografia manual, no período da tipografia mecânica e no período da composição eletrônica (FARIA; PERICÃO, 2008).

b) Bibliografia como produto:

Documento secundário, que apresenta uma lista de referências bibliográficas segundo uma ordem específica e contendo elementos descritivos dos documentos, de modo a permitir a sua identificação. [...] Pode apresenta-se quer sob a forma de um documento autônomo, repertório bibliográfico, quer sob a forma de um documento ou de uma parte do documento. Como parte do documento é geralmente colocada no fim, onde se consigna a lista de obras consultadas para o redigir. É em geral ordenada alfabeticamente, por autores ou por títulos das obras. [...] Pode ser dividida por assuntos ou temas e conter comentários acerca da obra ou do seu autor (FARIA; PERICÃO, 2008).

Entendemos que o verbete sinaliza o conceito de Bibliografia de modo geral. Também se considera que o verbete principal tem como objetivo delinear e explicar de forma direta sobre um conceito, um objeto, algo que exista no mundo e seja nomeado. No entanto, apesar dos verbetes seguintes disponíveis no Dicionário do Livro (2008) sinalizarem várias subdivisões da Bibliografia, o principal não cita nenhuma tecnologia recente ou qualquer menção à uma possível relação do documento com a memória.

Por meio dessa descrição, conseguimos compreender preliminarmente o porquê de a Bibliografia parecer uma incógnita para públicos leigos, distintos daqueles inseridos no contexto da Biblioteconomia: por mais que esses muitos estejam no meio acadêmico e em todos os momentos se defrontem com a lista de referências ao fim dos trabalhos, ou na realização e disseminação para os alunos da lista de livros e

artigos da disciplina que ministram, o contexto de produção no qual se insere a bibliografia foi apartado da realidade prática.

Fazendo um trabalho de linha temporal ao revés, ou seja, partindo da conceitualização mais recente até uma das mais remotas, pretendemos provocar alguns questionamentos sobre os rumos da historiografia da Bibliografia. De início, evocamos Suzanne Briet (1894-1989), que em sua obra *Qu'est-ce que la documentation?* trata sobre a bibliografia de forma pontual e crítica. Ao inserir a Bibliografia no âmbito da problemática da Documentação, Briet cita Louise-Malclès para descrever preliminarmente o conceito em questão:

O conhecimento de todos os textos publicados ou multigrafados. Baseia-se na pesquisa, identificação, descrição e classificação desses documentos, a fim de organizar serviços ou construir instrumentos destinados a facilitar o trabalho intelectual. [...] Parece, pois, não somente útil, mas indispensável separar os dois aspectos da palavra e distinguir uma bibliografia teórica, que estabelece regras de pesquisa, de catalogação, de descrição e de classificação, de uma bibliografia prática, que aplica essas regras na construção dos instrumentos de pesquisa que são as bibliografias (MALCLÈS, 1950 apud BRIET, 2016, p. 3).

No decorrer de sua explanação sobre a urgência da documentação em um período inicial de inovações tecnológicas, que impactaram diretamente o campo informacional, Briet (2016, p. 14) discute sobre a necessidade de se rever o conceito de Bibliografia propriamente dito:

Sendo a documentação gráfica muito mais volumosa no presente do que no passado, as técnicas tradicionais de conservação e a história das coleções de livros e documentos afins ainda manterão por muito tempo uma preeminência indiscutível. Mas, mesmo para as grandes coleções do passado, a palavra 'bibliografia' não mais convém, pois seria preciso dar-lhe uma acepção mais ampla de modo a englobar os catálogos de todas as espécies. Porque a presença, numa biblioteca, de bustos, medalhas, cartas geográficas e objetos pessoais exigiria que se usasse dorante a palavra 'documentografia'.

Em outro momento, quando elucida sobre as competências do que considera como o *homo documentator*, profissional que “nasceu das novas condições de pesquisa e da técnica”, Briet (2016, p. 24) distingue e relaciona os catálogos, as bibliografias e as documentografias em um breve parágrafo:

Os catálogos informam a localização dos documentos para compra, consulta ou empréstimo. As bibliografias orientam sobre a escolha a ser feita de alguma obra relativa a algum assunto. As documentografias ampliam o campo dessa seleção. A bibliografia é, diferentemente do catálogo, classifica segundo uma ordem lógica, cronológica ou sistemática. Para ser aceitável, a bibliografia, como a documentografia, deve ser feita, no que tange às normas de apresentação ou ao formato dos registros, por especialistas na coleção. A bibliografia opera por seleção e eliminação, segundo uma ordem hierárquica. Ela pode ou não incluir juízos de valor.

Temos aqui uma sutil aproximação com o campo da memória social, quando Briet diz que a bibliografia trabalha em um sistema de seleção e eliminação, de forma hierárquica. Lembrança e esquecimento é uma das questões mais debatidas sobre a memória social, que figura inclusive em uma das proposições propostas por Jô Gondar (2005; 2016). Gondar (2016, p. 29) diz que o esquecimento faz parte do processo de lembrança, pois a atividade de trazer algo à superfície implica necessariamente em relegar tantos outros à obscuridade. De forma superficial, assim se estabelecem todos os documentos, como as bibliografias, porque dependem da intenção de seu produtor intelectual, e dos demais poderes políticos e sociais sob os quais se encontra relacionada.

Retomando estritamente à discussão sobre o conceito de Bibliografia, evoco Edson Nery da Fonseca (1921-2014). Em sua obra de referência “Introdução à biblioteconomia” (2007), Fonseca (2007, p. 9) se utiliza das palavras de Victor Zoltowski para uma possível descrição sobre a Bibliografia: “ciência concreta [que] procura recensar o mundo dos livros na sua totalidade, da mesma forma pela qual a demografia procede recenseando a população” (ZOLTOWSKI, 1955, p. 81 apud FONSECA, 2007, p. 9).

Em um antigo artigo publicado na Revista do Livro, o autor nos apresenta que a primeira bibliografia produzida no Brasil foi o catálogo da Biblioteca Pública da Bahia, em 1818, organizada por Pedro Gomes Ferrão Castello Branco (FONSECA, 1957, p. 105). No mais, Fonseca (1957, p. 105-106) discorre sobre o desenvolvimento da Bibliografia no nosso país, nos dando pistas do que poderia dizer sobre o conceito de Bibliografia, como quando fala da introdução bibliográfica aos estudos brasileiros intitulada “Catálogo da exposição de história do Brasil”, sobre a qual nos diz que é um modelo de bibliografia, “pela identificação perfeita e completa dos documentos que

registra, indicando [...] onde podem ser consultados e fornecendo [...] interessantes esclarecimentos” (FONSECA, 1957, p. 106).

Anterior à publicação do artigo de Fonseca, Louise-Malclès (1899-1977) publicava seu livro *La bibliographie*, compreendendo uma investigação historiográfica sobre a Bibliografia. Para a autora, as bibliografias ou repertórios bibliográficos são instrumentos do trabalho intelectual, a resposta para organização, salvaguarda e acesso aos registros de obras publicadas por vários autores, em vários países e sobre vários assuntos (MALCLÈS, 1956, p. 7).

Já Xavier Placer (1916-2008) ocupou-se de fundamentar mais profundamente o que considerava como bibliografia. Em seu livro “Bibliografia e sua técnica”, Placer inicialmente estabelece que o uso e divulgação desse “valioso instrumento [...] constituem parte fundamental da atividade criadora na metodologia dos estudos estrangeiros” (PLACER, 1955, p. 7). Neste contexto, conceitualiza a bibliografia como

aquêle ramo da biblioteconomia que se ocupa da enumeração, descrição e julgamento das manifestações da atividade intelectual de todos os povos, em tôdas as épocas, e que de algum modo foram reduzidos ao escrito. No sentido estrito, é o inventário sistematicamente organizado de material sobre um ou vários assuntos (PLACER, 1955, p. 8).

Para Paul Otlet (1868-1944) em seu “Tratado de Documentação”, a bibliografia “é a descrição e classificação dos documentos (livros, periódicos e artigos de revistas etc.), distinguindo-se entre a bibliografia de referências e a bibliografia analítica” (OTLET, 2018, p. 5). Otlet (2018, p. 398) a coloca como parte do processo do trabalho de pesquisa documental, de controle administrativo de livrarias (OTLET, 2018, p. 433) e, de modo geral, como “o inventário, a descrição das obras publicadas [...], a fonte de nossa informação sobre livros existentes e a base de toda a documentação [...], intermediária entre livros e leitores” (OTLET, 2018, p. 447-448).

Em campos que rodeiam a Bibliografia, também é possível encontrar estudiosos de outras áreas científicas que buscaram defini-la. É o caso do historiador Charles-Victor Langlois, que em 1901 explicou em seu *Manuel de bibliographie historique* como conceitualizava a Bibliografia:

A “bibliografia” é a ciência dos livros. Por oposição à Biblioteconomia, que trata da classificação, da descrição extrínseca dos livros, da

organização e da história das bibliotecas; por oposição à Bibliologia, que trata da história do livro, do ponto de vista de sua fabricação material (impressão, encadernação, livraria), a Bibliografia, no sentido estrito da expressão, é aquela parte especial da ciência dos livros que trata dos repertórios, e que fornece os meios para obter informações o mais rapidamente e tão completas quanto for possível sobre suas fontes (LANGLOIS, 1901, p. VIII, tradução nossa).

Para além do conceito, Langlois estabelece a relevância da Bibliografia em um contexto de massificação de publicações, especialmente as de teor científico, seja em livros ou artigos de periódico. Problematizando o uso, o ensino e o que o desconhecimento dos repertórios bibliográficos causam nas produções intelectuais, Langlois (1901, p. VIII-IX, tradução nossa) discorre:

O número de livros, periódicos e artigos de periódicos publicados todos os dias é imenso, esmagador. Sem diretórios, como reconhecê-los? Os repertórios por si só são muito numerosos, de espécies e valores muito diferentes. Quem não sabe ou quem não aprendeu a usá-los está exposto a perigos sérios. Por falta de instruções preliminares para usar esses instrumentos com sabedoria, a maioria dos homens se interessa em consultar não os melhores livros, mas, aleatoriamente, os livros que está à mão, os primeiros livros que estão por vir. É por falta de conhecimento dos elementos da bibliografia que tantas pessoas se intrometem na escrita sobre assuntos já tratados e mais bem tratados por outros do que por eles; é por falta de conhecimento bibliográfico que tantos professores, que não são, como dizem, informados, estão perambulando por erros antigos; finalmente, é por causa dessa falta de conhecimento que os alunos, mesmo no final de sua escolaridade, às vezes cometem mal-entendidos e às vezes fazem perguntas que escandalizam até os rapazes de nossas bibliotecas universitárias.

Percebemos aqui algo que ainda não havia se mostrado dentre os autores aqui arrolados nesta breve introdução: o conceito de Bibliografia intrinsecamente ligado à sua relação prática com a realidade. Vejamos que é entre o final do século XIX e o início do século XX, em um dos vários períodos que podemos reconhecer como acometidos pela conhecida “explosão informacional”, que um historiador, o profissional que lida diretamente com a descrição e reflexão sobre os eventos históricos, percebe a dificuldade na organização para o bom uso dos livros sobre assuntos da sua área. Podemos perceber nitidamente o perigo ímpar em não saber reconhecer as obras de referência sobre a área na qual estamos, e reconhecendo a existência das bibliografias, não sabermos usá-las.

Mas voltemos mais uma vez no tempo, desta vez ao século XVIII: período do Iluminismo, criticismo e, na área da documentação, do enciclopedismo. A *Encyclopédie* de Denis Diderot e Jean el Rond d’Alambert é um marco desse período. Nas palavras de Lyons (2011, p. 107):

A *Encyclopédie* foi mais do que apenas uma enciclopédia: ela foi um manifesto a favor do pensamento racional e da crítica social no Iluminismo. Ela almejava disseminar conhecimento atualizado sobre as invenções científicas e as artes práticas, tornando processos e novas ideias acessíveis a qualquer leitor instruído. A *Encyclopédie* também atacou o preconceito e a tradição e colocou sob o microscópio instituições sociais e políticas, promovendo políticas econômicas liberais e o fim dos monopólios reais. Ela questionava a verdade histórica da Bíblia, a realidade dos milagres e a Ressurreição, e o princípio do celibato dos sacerdotes. Atacava a posição parasítica da aristocracia e defendia os direitos de propriedade individuais como fundamento da sociedade.

Em alguns de seus volumes, figuram os verbetes “bibliógrafo” e “catálogo”. Sobre “bibliógrafo” é dito o seguinte:

Essa palavra vem do grego, e significa uma pessoa versada nos conhecimentos e na decifração de manuscritos antigos em papiros, no papel e no pergaminho. Scalinger, Saumaise, Causabon, Sirmon, Petau e Mabillon, eram hábeis nesse tipo de ciência, que é chamada de bibliografia (DIDEROT; D’ALAMBERT, 1751, p. 228, tradução nossa).

Já o verbete sobre “catálogo” é bem mais extenso, escrito por um dos livreiros associados à *Encyclopédie*:

O que existe, o que acontece, o que pode ser dito, ser feito ou imaginado, tudo enfim é matéria de livros. A vida mais longa e o estudo mais assíduo ainda tornam difícil a aquisição de conhecimento. Um Homem de Letras, no entanto, deve fazer um plano metódico para saber como caracterizar e reduzir a classes adequadas o número prodigioso de escritos que foram e que são fornecidos todos os dias ao público; caso contrário, ele é exposto a vagar perpetuamente na imensidão da literatura, como em um labirinto cheio de estradas confusas. Esse sistema ou plano metódico consiste em dividir e subdividir em várias classes tudo o que é objeto de nosso conhecimento; cada uma das classes primitivas pode ser considerada como um tronco carregando galhos, ramos e folhas. A dificuldade a ser superada para estabelecer entre todas essas partes a ordem que mais lhe convém são: 1º. Fixar a classificação que as classes primitivas devem manter entre si; 2º. Relatar a cada uma delas a

imensa quantidade de galhos, ramos e folhas que lhes pertencem. Essas divisões e subdivisões, uma vez estabelecidas, formam o que é chamado de sistema bibliográfico e aplicam-se à organização dos livros, seja em uma biblioteca ou em um catálogo. Uma das vantagens que se tira dessas divisões e subdivisões bem estabelecidas é poder encontrar com facilidade os livros que se procura em uma biblioteca e em um catálogo; elas também fornecem ao Homem de Letras os meios de conhecer rapidamente o que foi melhor escrito sobre os assuntos que estuda ou que ele propõe estudar (DAVID, 1751, p. 759-760, tradução nossa).

Em relação à própria bibliografia, no caso aqui estabelecida como catálogo, é possível perceber, mais uma vez, que seu conceito se encontra atrelado à justificativa de sua existência: organizar o mundo conhecido e imaginado, que nos rodeia, para tornar mais dinâmica e correta a vida de estudos dos letrados. Do contrário, estariam vagando a esmo por ruas e mais ruas de conhecimento sem produzir coisa alguma de relevante. Assim, o bibliógrafo está sempre atrelado ao conceito de Bibliografia, e é tratado como o decifrador dos segredos contidos nos antigos manuscritos, velados em letras capitulares, línguas mortas e caligrafias das mais diversas utilizadas por monges copistas da Idade Média.

Como último recurso a esta análise do desenvolvimento do conceito de Bibliografia, a fim de jogar luz sobre o objeto de estudo desta pesquisa, recorro às primeiras descrições sobre o conceito.

De acordo com Stokes (1982, p. 1, tradução nossa), a palavra esteve ligada, etimologicamente à “escrita dos livros”, pelo menos até o século XVII. É neste período em diante que Stokes considera que houve uma abrangência maior do termo, inclusive a divisão entre bibliógrafo como o produtor, e bibliografia como o produto. Para o autor:

Durante o período do manuscrito, durante o qual os livros foram extensivamente escritos, em um sentido não-autoral, ou copiados, os termos ‘copista’ ou ‘escrivão’ parecem ter sido suficientes. É difícil ver exatamente por que esse uso específico de ‘bibliografia’ e ‘bibliógrafo’ deveria ter surgido nesse momento específico. A razão para a cessação do seu uso é mais compreensível. Pollard acreditava que havia sido na França do século XVIII que a mudança de significado ocorrera, de ‘uma escrita de livros’ para ‘escrita sobre livros’. Isso foi perfeitamente consistente com o aumento desse tipo de escrita, principalmente sob o estímulo da nova onda de coleta de livros, especialmente na França. A Bibliografia Instrutiva de De Bure, de 1763, é uma testemunha desse novo estilo de escrita (STOKES, 1982, p. 2, tradução nossa).

Assim, pelas descrições aqui fornecidas, é possível notar que houve certo desenvolvimento do conceito da Bibliografia, que acompanhou o aperfeiçoamento das mnemotécnicas da escrita e da redação de textos nos mais diferentes suportes físicos.

De forma mais ampla, o conceito foi se adaptando às mudanças das realidades na sociedade para dar conta do próprio desenvolvimento dos indivíduos que a constitui. Desta forma, o conceito sinalizou que os trabalhos humanos passaram da cópia incessante de livros, com o intuito de certo modo religioso de salvaguarda de memórias, até o homem desbravador do mundo que busca compreender os elementos do mundo que o circunda por meio do enciclopedismo.

Sobre a técnica da Bibliografia, de acordo com Langlois e com os colaboradores da *Encyclopédie*, entre os séculos XVIII e XIX, é possível notar uma permanência da ideia dos catálogos e bibliografias como meios essenciais de se obter conhecimento. Eram dadas relevância ímpar tanto aos bibliógrafos, os artífices que detinham o conhecimento da técnica da bibliografia, como o próprio produto, sem o qual a ciência possivelmente não progrediria e não haveria um dinamismo da produção intelectual mundial. Relevância esta que assegurava os estudiosos dos perigos de uma pesquisa malfeita, de buscar materiais que foram sendo hierarquizados ao longo do tempo de acordo com sua importância para o progresso científico.

Portanto, a pergunta angustiante permanece: como pode a Bibliografia estar contemporaneamente tão apartada da realidade da sociedade como um todo? Pior, apartada da sociedade acadêmica que lida a todo momento com instrumentos de pesquisa sobre os mais variados documentos, em suportes digitais nunca antes imaginados. Como pode a Bibliografia ser atualmente uma incógnita para a sociedade além da Biblioteconomia e da Ciência da Informação, um assunto a não ser discutido ou ser repetido de forma incessante sob os mesmos auspícios de duzentos anos atrás?

Neste sentido, me utilizo da historiografia da Bibliografia elaborada por Malclès (1961) – fazendo breves apontamentos com Harmon (1981) e acrescentando dois períodos a partir de Alentejo (2015) –, que descreve o percurso histórico de desenvolvimento do campo em questão, que se divide em Época Humanística, Época Histórica, Época Científica, Época Bibliofílica, Época Artesanal e Época Tecnicista.

1.2 Do Humanismo à Bibliofilia (Séc. XVI – XIX)

De acordo com Malclès (1967, p. 15), foi com o advento do Renascimento que os estudos históricos realmente científicos começaram a ser desenvolvidos. Até então, o que havíamos visto eram sucessões de místicos e praticantes de alquimia, que, como diz Malclès (1961, p. 10), se dividiam entre aqueles que não buscavam discutir ou criticar os documentos que utilizavam, e outros que especulavam sobre os assuntos de acordo com suas observações e experiência, distantes do que se tornariam os grandes compiladores e cronistas do século XVI.

A invenção da imprensa de tipos móveis por Johannes Gutenberg (1400-1468) foi o elemento principal que possibilitou a comparação entre diferentes livros, sendo possível mensurar seus valores e, conseqüentemente, seus determinados usos (MALCLÈS, 1961, p. 10). Foi devido à massificação da impressão de livros que os modos de trabalho se modificaram, muitos valores humanísticos da antiguidade puderam ser resgatados e admirados, em monumentos, instituições e nas obras literárias. Para Malclès (1961, p. 10, tradução nossa), “a cultura completamente eclesiástica da Idade Média deu lugar, ainda entre o clero, a uma cultura secular e de leigos”.

Harmon (1981, p. 50) atenta para o início do desenvolvimento da bibliografia enumerativa ou sistemática no século XVI, que servia bem ao comércio livreiro da época. Assim, este tipo de bibliografia se estabelecia como uma ponte entre o editor e o comprador, principalmente entre as camadas sociais alemãs, italianas, francesas e inglesas do século XVI (HARMON, 1981, p. 50).

O que Malclès (1961, p. 10, tradução nossa) considera como o “estudo do passado” saiu do âmbito minoritário e passou a ser praticado por mais pessoas, “tornando-se uma paixão universal e a principal preocupação de quase toda a sociedade letrada” (MALCLÈS, 1961, p. 10, tradução nossa). Outro fator relevante no crescimento das práticas científicas foi a Reforma Protestante, que por criar conflitos religiosos profundos com a Igreja Católica, trouxe consigo um discurso pautado na liberdade de pensamento e na busca de argumentos pautados em fatos verificáveis (MALCLÈS, 1961, p. 10-11).

É este contexto de cientificismo que termina por refletir diretamente nos livros que circulavam no século XVII. Estudos apontados por Malclès (1961, p. 11, tradução nossa) elucidam alguns dos materiais que compunham as bibliotecas formadas neste

período: “Textos romanos, comentários e interpretações; trabalhos de jurisprudência da nova escola; coleções de leis, decisões da alta corte, e leis comuns [...]”. Em bibliotecas eclesiásticas, as escrituras sagradas dividiam lugar com teologia escolástica, leis, bem como livros considerados heréticos, como os polítics e alguns panfletos (MALCLÈS, 1961, p. 11, tradução nossa).

A constituição das bibliotecas, portanto, influencia no modo de construção de bibliografias do período. De acordo com Malclès (1961, p. 12), os primeiros compiladores geralmente atrelavam suas profissões aos trabalhos bibliográficos: Symphorien Champier, físico, publicou a primeira lista de escritores médicos (1506); Giovanni Nevizzano, jurista, é o autor do mais antigo catálogo de jurisprudências (1522); Conrad Gessner, filólogo e naturalista, concentrou-se em um primeiro trabalho de bibliografia geral (1545).

Em busca de livros, cada um desses compiladores contribuiu para uma prática bibliográfica que, de acordo com Malclès (1961, p. 12), eles mesmos não sabiam ao certo o que era. Apesar disso, foi nesse período inaugural que surgiram as bibliografias gerais e especializadas, dentre outras formas como “bibliografias enumerativas, com resumos e anotadas, e listas incluindo notas críticas. Todos os métodos de classificação foram utilizados: alfabético, cronológico e por assunto” (MALCLÈS, 1961, p. 13, tradução nossa).

Nas bibliografias especializadas, destaca-se o trabalho de Johann Tritheim (1462-1516), com o seu *Liber de scriptoribus ecclesiasticis*, onde enumerou cerca de mil autores da Igreja, em ordem cronológica. Nas bibliografias universais, destaca-se Conrad Gessner (1516-1565), com o seu *Bibliotheca universalis*, onde listou cerca de 20.000 livros em três línguas mortas indicadas no título, “arranjado alfabeticamente pelos nomes cristãos dos autores seguidos de uma breve lista de nomes no início” (MALCLÈS, 1961, p. 20, tradução nossa). Nas bibliografias nacionais, destaca-se John Bale (1495-1565), com seu *Illustrium majoris Britanniae scriptorum hoc est Angliae, Cambriae ac Scotiae summarium*, “no qual escritores ingleses foram arranjados em ordem cronológica com um índice de seus nomes cristãos na frente” (MALCLÈS, 1961, p. 24, tradução nossa).

Após a invenção da imprensa, diz Malclès (1961, p. 30), o comércio livreiro se expandiu de formas nunca antes vistas. Os mais afortunados e letrados passaram a ter a possibilidade de adquirir manuscritos caros. Assim cresceram as primeiras coleções individuais ou de família. É neste contexto que Gabriel Naudè publica o *Advis*

pour dresser une bibliothèque, em 1637, e um Carmelita de nome Louis Jacob escreve o *Traicté des plus belles bibliothèques publiques et particulières qui ont esté et qui sont à présent dans le mond*, em 1644 (MALCLÈS, 1961, p. 30).

Ocorre, portanto, certa popularização do livro, antes confinado aos eclesiásticos, geralmente voltados aos trabalhos de devoção. Da mesma forma, aflora o cientificismo de modo mais estável, um “moderno espírito científico surge” (MALCLÈS, 1961, p. 30, tradução nossa). Os estudiosos, como Galileu, Kepler e Newton, desenvolvem e executam diversas metodologias e perspectivas para observar o mundo e seus elementos constituintes, por meio do método experimental, da observação e do pensamento em abstração (MALCLÈS, 1961, p. 30).

Por outro lado, Malclès (1961, p. 31) analisa que os clérigos franceses se encontravam mais do que nunca unidos pelo trabalho intelectual, após os cismas provocados pela Reforma. De acordo com Malclès (1961, p. 31, tradução nossa), por meio de seu “espírito metódico e tradicional, regularidade, prudência e [...] conhecimento dos textos”, os clérigos redescobriram a Idade Média. Abrigados em mosteiros lotados de ricos manuscritos antigos conservados e acumulados por séculos, os clérigos “empreenderam pela primeira vez a longa e tediosa tarefa de lidar com documentos medievais” (MALCLÈS, 1961, p. 31, tradução nossa).

A dita ciência leiga também se desenvolveu fortemente no século XVII, e os esforços dos estudiosos também se concentravam em produzir grandes trabalhos coletivos. De acordo com Harmon (1981, p. 51), as bibliografias enumerativas ou sistemáticas desenvolveram-se, passando a não mais apenas listarem as obras necessárias ao comércio livreiro de determinada região, como também a adição de notas críticas sobre as obras.

Nas bibliografias especializadas se destaca Gabriel Naudè (1600-1653), com o seu *Bibliographia politica*, trabalho este que consiste em 115 páginas de discussão sobre autores que escreveram sobre política, fossem filósofos ou historiadores (MALCLÈS, 1961, p. 37). Nas bibliografias universais, Joannes Halleford publica em 1676 a *Bibliotheca curiosa in qua plurimi raríssima atque paucis cogniti scriptores indicantur*, que consiste em uma lista de livros raros, seus respectivos autores e datas de publicação (MALCLÈS, 1961, p. 45). Bibliografias nacionais também foram produzidas, como a *Bibliothèque française*, em 1664, e a *Bibliotheca Hispana* em 1672.

O período científico da história da Bibliografia é compreendido por Malclès (1961, p. 54) como de início de ruptura das fundações estáveis construídas na época anterior. Em resumo:

O espírito de inconformismo e liberdade de escolha que nasceu na França, hostil à autoridade e às tradições, criou correntes de opinião tanto na filosofia quanto na política; na ética quanto na religião e, acima de tudo, nas ciências, onde foram muito estimados (MALCLÈS, 1961, p. 54, tradução nossa).

Enquanto no século XVII eram desenhados os primeiros instrumentos de aprendizagem modernizados, em vias de reconstruir a história antiga através da escrita, o século XVIII foi marcado pela união de esforços dos estudiosos para unir as descobertas factuais sobre os mais diversos assuntos, com o intuito de compreender melhor o desenvolvimento da civilização e suas legislações (MALCLÈS, 1961, p. 54). Buscava-se, com isso, consolidar as doutrinas democráticas que estavam florescendo.

Para Malclès (1961, p. 54), isso influenciou a produção de dicionários e enciclopédias, que serviam como meios mais dinâmicos e acessíveis de disseminar novas descobertas e teorias. No mesmo entendimento, Harmon (1981, p. 12) elucida que a consolidação da Bibliografia como área do conhecimento pode ter se dado no período revolucionário francês, em fins do século XVIII, justamente pelo desenvolvimento dos esquemas de classificação e a crescente teorização de suas bases.

Em um cenário como este, floresceram diversos trabalhos enciclopédicos, como os de Denis Diderot e sua *Encyclopédie ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers* (1751-1780) e a *Encyclopédie méthodique* (1782-1832) de Charles Joseph Panckoucke. A *Encyclopédie* de Diderot criou novos atritos com a Igreja Católica, o que levou os defensores da tradição também produzirem suas enciclopédias, ou “anti-dicionários”, como descreve Malclès, (1961, p. 55, tradução nossa). Dentre elas, destacam-se o *Dictionnaire anti-philosophique pour servir de commentaire et de correctif au ‘Dictionnaire philosophique’* (1767), pelo beneditino L. Chaudon, e o *Dictionnaire philosophique* (1770-1774) do jesuíta Fr. Paulian. De forma geral:

O público educado estava mais interessado em perspectivas enciclopédicas do que nunca. Montesquieu construiu seu 'Espírito das leis', a suma da legislação universal, e Voltaire acumulou em seu 'Ensaio sobre a moral' tudo aquilo que uma mente deveria saber sobre a história do mundo. A partir desse momento em diante, essa avidez pelo conhecimento passou a ser ilustrada pelo grande crescimento das bibliotecas privadas. Por meio de Daniel Mornet nós conhecemos quinhentos catálogos de bibliotecas privadas impressos de 1708 até 1782. Seus donos não estavam mais satisfeitos, como estavam no passado, com coleções especiais, mas passaram a se interessar igualmente por todas as disciplinas (MALCLÉS, 1961, p. 56, tradução nossa).

Portanto, com o terreno fértil, a bibliografia se desenvolveu grandemente. Inicialmente, bio-bibliografias mantiveram-se como as mais produzidas, mas logo as técnicas de organização da informação foram sendo aperfeiçoadas, e a nova leva de compiladores criou novos sistemas de classificação e regras de catalogação, o que garantiu ao livro uma personalidade própria, segundo Malclés (1961, p. 57).

Para Harmon (1981, p. 51), o período foi de relevante progresso na área da Bibliografia, pois foi no século XVIII que as notas críticas das obras dispostas nas bibliografias enumerativas ou sistemáticas tornaram-se um elemento corriqueiro. Da mesma forma, catálogos, bibliografias críticas e obras de revisão também ganhavam cada vez mais espaço (HARMON, 1981, p. 51), possivelmente pelo avanço dos ideais iluministas.

Para Malclès (1961, p. 57), na área das bibliografias especializadas destaca-se a *Bibliotheca botanica* (1740) de Jean François Séguier; dentre as bibliografias universais, destaca-se Guillanne François De Bure com sua *Bibliographie instructive ou traité de la connaissance des livres rares et singuliers* (1763-1768); e nas bibliografias nacionais a *Histoire littéraire de la France* (1733-1763), por beneditinos da Congregação de Saint Maur.

Já na época bibliofílica, breve período compreendido entre 1790 e 1810, a Bibliografia sofreu mudanças abruptas que descontinuaram o nível de desenvolvimento que a mesma havia mantido até o momento, segundo Malclès (1961, p. 72). Para a autora, as circunstâncias do estabelecimento da Revolução Francesa de 1789, bem como suas consequências, foi um dos principais fatores para essa mudança de hábitos e técnicas bibliográficas: foi assim que a bibliofilia se tornou mais conhecida, trazendo aos olhos de muitos os tesouros bibliográficos dos séculos anteriores:

Durante muito tempo as edições luxuosas existiram unicamente graças aos subsídios reais. No entanto, agora elas encontraram um público educado, enriquecido pelas novas condições econômicas, que proporcionaram oportunidades ímpares para os livros ilustrados. A dispersão pela venda pública de boas bibliotecas privadas atraiu um grande número de revendedores que, através de seus catálogos organizados e escritos com conhecimento, lançaram uma teoria da bibliografia anteriormente inexistente (MALCLÈS, 1961, p. 72, tradução nossa).

Retomando especificamente o caso da Revolução Francesa, Malclès (1961, p. 72) explica que este período foi responsável por uma grande revolução bibliográfica, devido às “nacionalizações das propriedades de ordens religiosas e de corporações universitárias, e pelos confiscos das propriedades dos emigrantes para o Estado, colocou em posse da nação uma massa enorme de manuscritos e impressos” (MALCLÈS, 1961, p. 72, tradução nossa). Neste processo, todos esses materiais bibliográficos passaram por depósitos provisórios até serem distribuídos por uma nova rede de bibliotecas, sendo preservados por legislações específicas que definiam como deveria ser sua proteção, arranjo e catalogação (MALCLÈS, 1961, p. 72-73).

De modo geral, foi o período onde definitivamente a Bibliografia foi reconhecida como a ciência do livro, por todo o seu percurso até o momento e suas propensões futuras. Os primeiros trabalhos teóricos que reforçavam a Bibliografia não apenas como o conhecimento sobre o livro, mas sim a ciência do livro, foram produzidos na França e em outros países europeus. De acordo com Malclès (1961, p. 76, tradução nossa):

Assim, de uma só vez, eles absorveram, juntamente com a impressão e sua invenção, a história das primeiras prensas, a de tipos, marcas d'água, formatos, sistemas de classificação e regras de catalogação, sem esquecer as melhores edições de textos antigos e modernos, o estudo das bibliotecas, sua história, os cuidados de que precisavam etc.

No entanto, a avidez pela descrição da Bibliografia a tornou confusa com o entendimento que se tinha até o momento da bibliologia. Segundo Malclès (1961, p. 76), os livreiros e demais artífices do mesmo nível, querendo demonstrar todo o seu zelo para com toda a cadeia de produção, comércio e guarda dos livros, foram os responsáveis por essa confusão. Dois personagens se destacam nesse sentido: L. Boulard, livreiro parisiense, com seu *Traité élémentaire de bibliographie* (1797), e

Claude François Achard, bibliotecário de Marseilles, com seu *Cours élémentaire de bibliographie ou la Science du bibliothécaire* (1806-1807).

Nas bibliografias especializadas, destaca-se Gilles Boucher e sua *Bibliothèque universelle des voyages* (1808), em 6 volumes; nas bibliografias universais, no caminho do que produziu De Bure no período anterior, veio André Charles Cailleau e o padre R. Duclos, com seu *Dictionnaire bibliographique, historique et critique des livres rares, précieux, singuliers, estimés et recherchés* (1790); nas bibliografias nacionais, renasce com força a produção corrente da bibliografia nacional francesa, devido à importância dada ao livro no século em questão (MALCLÈS, 1961, p.80-81).

1.3 Do Artesanal à Sociedade da Informação e dos Mundos Virtuais (Séc. XIX – XXI)

Em seu período artesanal, a Bibliografia foi estabelecida definitivamente como profissional, de acordo com Malclès (1961, p. 83). Os livreiros, que contribuíram enormemente para esse desenvolvimento, tomaram consciência dos esforços feitos no período anterior. Assim, rivalizaram-se entre si para a criação do aperfeiçoamento das teorias e produções acerca de bibliografias gerais universais e nacionais. Para Malclès (1961, p. 83), os artesãos das técnicas bibliográficas eram tão solitários quanto os seus mestres em séculos anteriores, devotando por vezes toda uma vida na busca pela compilação dos livros, porém mais organizados e disciplinados.

O século no qual se insere o período artesanal da Bibliografia foi marcado por diversas mudanças nas condições políticas, econômicas e sociais advindas do progresso no século XIX. De modo geral, Malclès (1961, p. 83-84, tradução nossa) as elenca e elucida sobre suas consequências diretas:

A conquista de novos países por exploradores e missionários, o progresso da educação pública através de reformas no currículo e organização das universidades, a criação em todos os países das principais escolas e institutos, a fundação de sociedades instruídas fora das capitais, o crescimento e a estabilização do comércio de livros, a proliferação da imprensa periódica e, finalmente, o estabelecimento de arquivos e bibliotecas abertas ao públicos, todas as antigas dificuldades sendo atenuadas, impeliram as mentes disponíveis para a investigação e pesquisa em todas as áreas, o que provocou um número incalculável de trabalhos que vieram, de maneira desordenada e repentina, a inflar a massa de material impresso.

É nessas condições que a Bibliografia também muda de objetivo, além de ganhar maior prestígio e relevância quanto suas técnicas e seus usos: se antes a bibliografia era responsável por salvaguardar os textos do passado da perda e do esquecimento, neste período ela se torna responsável por ser o principal meio de disseminação de avanços de aprendizagem, do desenvolvimento da própria mente humana e suas formas de organização e classificação (MALCLÈS, 1961, p. 84). Com isso, as bibliografias correntes, nacionais e especializadas – produzidas por novos métodos e de forma cooperativa –, passaram à dianteira das bibliografias retrospectivas – marcadas pelo trabalho solitário do bibliógrafo –, que reinaram por três séculos (MALCLÈS, 1961, p. 84).

A própria bibliografia retrospectiva passou a ter um novo objetivo, dando lugar gradualmente ao papel informativo da bibliografia especializada contemporânea. Assim, no período artesanal da Bibliografia, esses documentos tenderam a especialização e abrangência de praticamente todas as disciplinas científicas existentes. Um aspecto relevante para o exame do período é o surgimento das Sociedades Bibliográficas, como a The Bibliographical Society em Londres (1892) e a The Bibliographical Society of America (1904). É possível aventar que essas sociedades deram caminho para o aperfeiçoamento e uso de periódicos de bibliografia corrente, como sugere Harmon (1981, p. 13-14).

De acordo com Malclès (1961, p. 85), mais de 100 bibliografias relevantes deste tipo foram publicadas na Europa e nos Estados Unidos, entre 1825 e 1900. Dentre elas, é possível citar a *Bibliographia botânica* (1841), de M. S. Krüger. No âmbito das primeiras bibliografias especializadas correntes, cito a *Bibliographie anatomique* (1893). Das bibliografias universais, encontra-se o *Manuel du libraire et de l'amateur de livres* (1810-1860), por Charles Jacques Brunet. Dentre as primeiras bibliografias nacionais fundadas no século XIX, destaca-se o *Journal typographique et bibliographique* (1797-1810), predecessor da *Bibliographie de la France*.

No último período estudado por Malclès, a Época Tecnicista compreende os trabalhos bibliográficos produzidos desde o ano de 1914 em diante. De acordo com Malclès (1961, p. 109), as produções de bibliografias especializadas se mantiveram ao longo do século XIX, vacilando no início do século XX, com a deflagração da Primeira Guerra Mundial. As condições econômicas não eram mais favoráveis às empreitadas dos artesãos do período anterior, e as técnicas bibliográficas precisaram passar por uma nova análise e desenvolvimento:

Tornou-se então evidente que tentar listar todos os livros, sem exceção, excluindo artigos de periódicos, quase universais nesse tipo de bibliografia, era um método limitado e datado, inadequado à necessidade temporária de informações. Isso trouxe a ideia de que era necessária uma seleção criteriosa da massa de material em uma determinada área. A fórmula tradicional de pesquisa exaustiva sem discriminação, realizada por uma pessoa usando métodos necessariamente rudimentares e incertos, desapareceu. Foi sucedido por um procedimento que envolve a divisão do trabalho e sua distribuição entre especialistas capazes de eliminar trabalhos de interesse secundário e de qualidade discutível, e a eliminação de materiais datados cujas contribuições foram incorporadas em publicações mais recentes (MALCLÈS, 1961, p. 109, tradução nossa).

Assim, as bibliografias modificavam mais uma vez o seu objetivo e as técnicas empregadas deveriam ser novamente aperfeiçoadas. Sua nova roupagem focava na organização de referências fundamentais sobre assuntos específicos em grandes volumes. Para Malclès (1961, p. 110), a bibliografia passou a ser produzida fundamentalmente em modo cooperativo devido ao contexto de grande produção documental, garantida pela necessidade crescente de um dinamismo na disseminação desse material:

A partir de então, grupos de especialistas em uma disciplina de todos os países trabalharam juntos para produzir textos desse tipo, cada especialista trabalhando em sua própria área e responsável por essa parte do assunto. Eles empreenderam, para cada campo de aprendizado, “sínteses coletivas”, que trouxeram consigo um enorme apêndice bibliográfico, escolhido com muito cuidado, para que cada área da maior à mais limitada tivesse sua própria bibliografia seletiva especializada (MALCLÈS, 1961, p. 110, tradução nossa).

Portanto, as bibliografias passaram gradativamente a ser um material de referência de relevância ímpar para o avanço científico em várias áreas do conhecimento. Fossem em grandes tratados, centenas de volumes ou os textos intercalados nos capítulos de livros – com os quais estamos tão habituados atualmente –, as bibliografias se tornaram uma lista de materiais que servem de fonte essencial para o desenvolvimento dos trabalhos científicos (MALCLÈS, 1961, p. 110).

No entanto, frente a esses trabalhos cooperativos monumentais, as bibliografias muito especializadas continuaram a ser produzidas. Um exemplo de sínteses coletivas acompanhadas de bibliografias seletivas citados por Malclès (1961,

p. 111) é a *Universitas litterarum* (1953), no campo da História da Aprendizagem. No âmbito das bibliografias especializadas, que entre 1920 e 1930 ainda eram produzidas por organizações acadêmicas desde o século XIX, passaram a ser substituídas por boletins de documentação, cuja periodicidade tornou-se mais organizada devido ao surgimento de diversos centros de documentação pelo mundo (MALCLÈS, 1961, p. 115).

Algumas dessas organizações que deram fôlego ao trabalho bibliográfico foram, entre as nacionais, a *Union Française des Organismes de Documentation* (UFOD), em 1932, e a *Fédération Internationale de Documentation* (FID) entre as organizações internacionais, em 1938 (MALCLÈS, 1961, p. 115-116). No período da Segunda Guerra Mundial, destacou-se a criação do *Centre National de la Recherche Scientifique* (CNRS), na França, em 1940. De acordo com Malclès (1961, p. 116, tradução nossa), este centro surge em um contexto de formação de serviços independentes, de grandes empreitadas na organização da pesquisa científica:

Isso envolveu uma alta concentração de equipamentos e uma dispersão da inteligência por uma estrutura articulada que unia os pesquisadores em vários locais em uma única rede, garantindo o máximo retorno do trabalho investido. As necessidades de informação em cada área problemática eram tão urgentes quanto a ligação e coordenação do trabalho, de modo que o resultado foi que a bibliografia passou a ser assumida por esses serviços. Os movimentos desse tipo que ocorreram dentro das nações foram recapitulados em escala internacional; organizações especializadas se uniram para formar comunidades de organizações cujas atividades múltiplas abrangeram a bibliografia.

Assim, mais uma vez a Bibliografia se desenvolvia de acordo com o aperfeiçoamento da mente humana e das novas técnicas de pesquisa e modos de fazer ciência. Além da Unesco, que segundo Malclès (1961, p. 117) foi a organização que mais contribuiu para os trabalhos bibliográficos nesse período, outras também auxiliaram o trabalho da documentação como o novo aspecto bibliográfico: *International Concil of Scientific Organizations* (ICSO), em 1952; *Fédération Internationale de Documentation* (FID), em 1953; e a *International Organization for Standardization* (ISO), também em 1953 (MALCLÈS, 1961, p. 117).

Quanto às bibliografias universais, aos modos dos antigos livreiros do século XIX, foram abandonadas por volta de 1860. No entanto, em 1895, ela retorna com força em seu sentido estrito por meio dos esforços de Paul Otlet (1868-1944) e Henri

La Fontaine (1853-1943) na criação do Instituto Internacional de Bibliografia, em Bruxelas. De acordo com Malclès (1961, p. 123), o instituto estava “destinado a ser o centro editorial de uma bibliografia sobre cartões de tudo o que foi impresso desde o século XV, em todos os países e em todos os assuntos”. Ainda assim, as técnicas de produção da bibliografia eram por demais difusas.

Neste contexto se insere o inovador Paul Otlet, que “de 1895 a 1900, reuniu no Instituto dezessete milhões de cartões, cortando bibliografias e catálogos impressos ou através de depósitos de cartões representando participação de várias instituições” (MALCLÈS, 1961, p. 123-124, tradução nossa).

Fotografia 1 – Secretária em frente ao Repertório Bibliográfico Universal



Fonte: Levie (2006)

Além disso, Otlet dedicou-se ao desenvolvimento da Classificação Decimal Universal, uma adaptação da Classificação Decimal criada por Melvil Dewey em 1876; dedicou-se também à padronização das regras de catalogação pela adoção do Código Anglo-Americano, em 1907. Em 1910, organizou o primeiro Congresso Mundial de Bibliografia e, em 1928, junto a Le Corbusier, fundou o *Mundaneum*, “um centro

intelectual mundial, o espelho e a soma de todas as atividades humanas, o centro de uma rede que liga o mundo” (MALCLÉS, 1961, p. 124, tradução nossa).

Entre os anos de 1918 e 1921, Otlet foi tomado pela vontade e concretização dos esforços para estabelecer a Sociedade das Nações com sede em Bruxelas, devido às máculas deixadas pela guerra no povo (LEVIE, 2006, p. 180). Depois de numerosas discussões na Conferência da Paz ocorrida em Versalhes, 1919, Genebra foi designada oficialmente como a sede da Sociedade das Nações; posteriormente, Otlet consegue financiamento para a construção de seu *Palais Mondial*, como uma grande representação de todo o conhecimento do mundo, que ganha cada vez mais prestígio pelo trabalho de pesquisas, conservação e difusão do trabalho científico (LEVIE, 2006, p. 188). É neste caminho que o trabalho bibliográfico vai sendo considerado cada vez mais relevante para a cooperação intelectual pelas nações.

científicos dependem diretamente disso. É por isso que o mundo erudito é unânime em desejar que isso aconteça o mais rápido possível. Por conseguinte, a Comissão deu prioridade a este problema em relação à investigação científica e às relações interuniversitárias (BERGSON, 1959, p. 509, tradução nossa).

Compreendendo a relevância das bibliografias retrospectivas, periódicas e dos *abstracts* para acompanhar o crescimento exponencial da produção e divulgação científica pelo mundo, é designada uma subcomissão formada por pessoas envolvidas com a Sociedade das Nações e com bibliógrafos especialistas. A bibliografia universal científica, se assim podemos chamar, também estaria relacionada a obrigação de depósito legal de cópias de livros e periódicos científicos em centros de internacionais de documentação delegados para tal trabalho (BERGSON, 1959, p. 510), servindo para a melhora do fluxo de informação e, conseqüentemente, do avanço científico.

Em 1947, por exemplo, a Unesco esteve focada em estudar as condições para a criação de um catálogo unificado europeu. Malclès (1961, p. 125-126, tradução nossa) aponta para as motivações da Unesco nesse sentido:

Para dizer a verdade, o interesse foi então sustentado pelo desejo de facilitar a circulação de livros entre bibliotecas e aumentar os empréstimos entre bibliotecas, mas os meios propostos para alcançar esses resultados ofereceram uma solução não menos elegante para o problema da bibliografia universal.

As soluções levantadas partiam para a unificação das bibliografias europeias e a criação de milhões de fichas catalográficas intercambiáveis entre as nações. Vislumbrou-se esse futuro; no entanto, dependeria de cada país que realizasse seu próprio recenseamento bibliográfico.

Por fim, a produção das bibliografias nacionais acompanhou mais uma vez o desenvolvimento tecnológico humano, passando a ser executada como mais um produto em uma cadeia de processos industriais (MALCLÈS, 1961, p. 127). O estado em que se encontravam esses documentos neste último período analisado por Malclès (1961, p. 126-127, tradução nossa) era o seguinte:

[...] As bibliografias nacionais atuais interpretam a atividade cultural das nações e se tornam a fonte oficial de estatísticas e informações de produção de livros para pesquisa para quem deseja acompanhar o fluxo da publicação, seja para fins comerciais ou intelectuais. [...] Sua posição absolutamente básica na vida intelectual de cada país explica

porque sua produção é sempre a principal preocupação das bibliotecas nacionais, os locais de depósito voluntário ou forçado. [...] Sempre a colaboração entre as bibliotecas nacionais e o comércio de livros foi muito estreita, sendo a biblioteca responsável pela edição das listas e o comércio de livros pela publicação e distribuição.

De acordo com Malclès (1961, p. 127), é neste período que a bibliografia nacional alcança um status de aperfeiçoamento decorrente de todos os períodos anteriores. Ela passa a ser como um espelho que reflete quais os pensamentos influenciam a sociedade naquele determinado período, como também um indicador estatístico sobre o que essa mesma sociedade produz e consome. Apesar disso, é importante frisar que a bibliografia não está ainda relacionada a um processo no qual seja possível abarcar todas as publicações de um ou vários países, justamente devido a limitações ainda existentes, como de funcionários especializados e tecnologias que sustentem esse objetivo.

Para Harmon (1981, p. 100), é no século XX que surge a ‘nova bibliografia’, denominada analítica ou crítica, em contraponto à enumerativa ou sistemática. Essa ‘nova bibliografia’ passou a ser explorada primeiramente na Inglaterra, por vários bibliógrafos, dentre eles Ronald Brunless McKerrow. Em seu livro “Introdução à Bibliografia para alunos de literatura” (1927), McKerrow delineia as primeiras tentativas de exame de materiais impressos da Renascença, buscando investigar as questões envolvidas nas suas produções e transmissões, bem como mudanças nas diversas edições (HARMON, 1981, p. 14).

Retomando às bibliografias nacionais, Malclès (1961, p. 127) frisa a relevância dos Estados Unidos da América e da Alemanha na produção industrial desses documentos. Em Nova York, a *Wilson Company* era responsável, entre as décadas de 1940 e 1950, pela produção de todas as listagens de cunho nacional dos Estados Unidos, em quaisquer periodicidades (MALCLÈS, 1961, p. 127).

Com relação a Alemanha, o processo de produção dessas bibliografias nacionais seguia de modo um pouco diferente: pelo país não ter tido nenhuma biblioteca nacional até o período inicial da década de 1910, foi criado em 1913 o *Deutsche Bücherei*, um centro nacional responsável pelas impressões em língua alemã. Este centro se unia com organizações de livreiros alemães, o que garantia certa periodicidade nas publicações das bibliografias nacionais. Em 1947 criou-se um

segundo centro bibliográfico, nos mesmos moldes e objetivos do anterior (MALCLÈS, 1961, p. 127).

Considerando a importância desses estudos desenvolvidos pela autora, houve uma lacuna historiográfica a ser mais bem detalhada, o que se pode verificar com o texto de Alentejo (2015). O autor tomou a dianteira da empreitada para buscar subsídios a fim de completar a historiografia da Bibliografia construída por Malclès (1961), com os termos cunhados “época da sociedade da informação” e “época dos mundos virtuais”.

A Sociedade da Informação é considerada por Alentejo (2015, p. 48), como “uma noção orientada para a criação, distribuição, utilização, integração e manipulação da informação como uma atividade econômica, política e cultural significativa”. É neste contexto, muito próximo do que foi estabelecido no último período analisado por Malclès (1961), que a bibliografia se torna parte de novas construções tecnológicas, ligando-se intimamente a novas interfaces de arquitetura de informação e sistemas de recuperação da informação, melhorando suas finalidades sociais (ALENTEJO, 2015, p. 48).

As mídias, como os CD-ROM e disquetes, já vislumbradas por Suzanne Briet na década de 1950 como uma problemática para a documentação, passam a ser altamente popularizados. De forma semelhante, os computadores e os sistemas que os interligam, como a *World Wide Web*, também ganham adeptos para além dos grandes centros militares, industriais ou comerciais. É neste ambiente que se desenvolvem as bibliotecas digitais, que surgiram com serviços de informação e catálogos institucionais compartilhadas na Internet.

Com o tempo, ampliaram-se as bibliotecas no meio eletrônico da Web, que em alguns casos nascem, desenvolvem-se e são consumidas por pesquisadores unicamente em sua forma virtual. É assim que pela primeira vez enfrentamos a problemática de uma nova busca pelo aperfeiçoamento bibliográfico em um ambiente totalmente diverso do que foi construído até o momento.

Com isso, dois principais processos fomentam as discussões sobre esta nova etapa na historiografia da Bibliografia: a necessidade de preservação dos artefatos informacionais digitais, seja para sua salvaguarda ou disseminação para as próximas gerações, e a abertura das arquiteturas de informação para a participação da coletividade (ALENTEJO, 2015, p. 49). Para alcançar esse fim, foi de grande importância o desenvolvimento da Web 2.0 ou Web Social no princípio dos anos 2000.

Enquanto esta fase da Web foca a interação colaborativa entre os centros de informação e os usuários, tornando a Internet “participativa entre pessoas de qualquer lugar do mundo e possibilitando a construção coletiva do conhecimento” (ALENTEJO, 2015, p. 50), a promessa futura da Web Semântica ou *Linked Open Data* “foca estruturas de dados e os planos para criar outro nível de busca de informação, oferecendo resultados customizados de acordo com as necessidades do usuário” (POLLOCK, 2010 apud ALENTEJO, 2015, p. 50). Assim, a união das experiências proporcionadas pela Web 2.0 com a tecnologia semântica poderão proporcionar atividades informacionais ainda não experimentadas pela Bibliografia.

O desafio da profusão de informações se torna uma problemática mais urgente do que nunca. É neste período que surgem novas publicações, descentralizadas, novas mídias digitais e virtuais que nascem e morrem de acordo com o apelo comercial, financeiro e social que as sustenta. Como Briet (2016) visualizava décadas atrás a necessidade de um engrandecimento do conceito de Bibliografia para Documentografia, ao observar a quantidade de novos documentos que surgia, hoje nos damos conta de uma produção de informação em nível industrial por empresas e pelos seus usuários. O dilema está disposto: como adequar a Bibliografia aos novos modos de produção e acesso ao conhecimento?

Para Alentejo (2015, p. 51), o ambiente proporciona grandes possibilidades benéficas para o desenvolvimento da Bibliografia. A bibliografia nacional corrente, por exemplo, que por muito tempo beneficiou-se com a organização da informação disposta nos catálogos de livreiros, atualmente pode existir no ambiente online da Web, centralizada ou não pela Biblioteca Nacional de determinado país. De forma semelhante, os catálogos das editoras, como bibliografias comerciais, também encontram novas oportunidades em ambiente Web, facilitando a pesquisa ao desenvolver novos métodos de trabalho bibliográfico.

A aplicação da Bibliografia neste período é o usuário, o social, o coletivo. No âmbito das bibliografias nacionais na Web, Alentejo comenta (2015, p. 51):

A maioria dos sistemas de recuperação de informação dentro das bibliotecas nacionais online, como o catálogo online e bibliografia nacional se posicionam como a interação de mão única com os usuários. No entanto, enquanto sendo redes participativas, bibliografias e catálogos nacionais poderiam reforçar o seu papel, pois, as condições tecnológicas existentes podem ser consideradas na arquitetura das bibliografias nacionais de forma a obter proveitos da

inteligência coletiva da Web 2.0 e para o controle bibliográfico nacional.

Neste contexto, de acordo com o autor, as possibilidades de vida da Bibliografia no ambiente da Web semântica são muitas: seus modelos de interação podem ser participativos e estes, por sua vez, aplicados ao uso de softwares livres com código aberto para criação de bibliografias por meio da Wikipédia. Frisa-se ainda que a bibliografia tem relação intrínseca com o desenvolvimento das bibliotecas digitais, no que tange à organização e disponibilidade de dados acessíveis remotamente em variados Sistemas de Recuperação da Informação.

As bibliografias comerciais também ganham com a possibilidade desta nova interação em uma via de mão dupla com os usuários, podendo ligarem-se a serviços como o Google Books e demais serviços que similares. Alentejo (2015, p. 53) também sugere que “as editoras podem integrar bibliografias nacionais online aos catálogos, permitindo aos usuários o acesso a bases de dados de agências bibliográficas”. Enfim, as bibliografias podem respirar e, mais do que isso, encabeçar novas revoluções tecnológicas; envolvendo, como desde o seu nascimento, a técnica com a tecnologia, o humano e seus instrumentos intelectuais, pautados na tríade do documento, da informação e da memória social.

2 BIBLIOGRAFIA, MEMÓRIA E DOCUMENTO

Considerando a evolução do conceito 'Bibliografia' relacionado com a história e desenvolvimento do conhecimento e face à acumulação dos documentos preservados nas instituições de organização da informação, foi possível notar o desenvolvimento complexo pelo qual passou a Bibliografia, tanto no âmbito conceitual quanto dos meios de sua produção e disseminação.

A Bibliografia nasceu a partir de mnemotécnicas e tornou-se o aperfeiçoamento destas, legando ao documento, independentemente do suporte, a faculdade de estender a memória da mente humana, levando-a mais adiante do que as possibilidades tangíveis da memória oral, por exemplo. Consequentemente, também foi legada à Bibliografia a possibilidade de ser um sinal de evocação do passado no presente, característica própria do Monumento (LE GOFF, 2014, p. 486). É a partir deste entendimento sobre a Bibliografia, ou seja, sob o seu aspecto memorialístico e documental, que a investigarei nos próximos parágrafos e seções.

Nestas primeiras observações, busco atrelar a memória e a bibliografia a partir da questão do documento como objeto de estudo no âmbito da Memória Social. Desta forma, as primeiras possibilidades de realizar essa investigação é tratando do documento como uma testemunha de uma ocorrência passada, que se atualiza no presente para manter-se como fonte de informação para o futuro. Para tanto, recorro ao entendimento de Halbwachs (2017) sobre o papel do testemunho nos processos de construção e manutenção das memórias coletivas. Para o sociólogo:

Recorremos a testemunhos para reforçar ou enfraquecer e também para completar o que sabemos de um evento sobre o qual já temos alguma informação, embora muitas circunstâncias a ele relativas permaneçam obscuras para nós. [...] Se o que vemos hoje toma lugar no quadro de referências de nossas lembranças antigas, inversamente essas lembranças se adaptam ao conjunto de nossas percepções do presente. É como se estivéssemos diante de muitos testemunhos. Podemos reconstruir um conjunto de lembranças de maneira a reconhece-los porque eles concordam no essencial, apesar de certas divergências (HALBWACHS, 2017, p. 29).

O entendimento da relevância do testemunho para a construção social das memórias é essencial para levar em consideração o papel do documento nestes processos. O documento, assim, evidencia interrelações entre os artífices envolvidos

em sua produção, as suas trocas de informação, as confluências ou divergências do uso dos testemunhos para construir esse material da memória, como a bibliografia. É em um âmbito social mais complexo, com o entendimento de uma nação, que Beaudiquez (1993) elaborou a hipótese de a bibliografia nacional ser um testemunho dessa memória socialmente construída, como se pudesse representá-la como bem-acabada e bem delimitada.

A primeira questão apresentada pela autora é que os registros bibliográficos que formam a bibliografia nacional não são por si mesmos uma memória nacional. Estas referências não são o próprio documento ao qual remetem, e sim uma evidência de que estes existem dentro de uma ordem, de um local e com um propósito. Nem o documento e nem a bibliografia nacional são memória propriamente dita. Assim, a bibliografia nacional, de um primeiro ponto de vista, é uma testemunha da existência dos documentos que a compõem, que por sua vez, são indícios que nos falam sobre modos de vivências de um passado remoto (BEAUDIQUEZ, 1993, p. 119).

No entanto, como o objetivo desta investigação é compreender a bibliografia como um documento/monumento em suas acepções enquanto fonte de informação e banco de dados, nos resta algumas questões a serem respondidas, com base no que propõe Le Goff (2014, p. 486-491): que tipos de escolhas foram feitas para se chegar a um documento que se propõe ser uma representação da memória social e intelectual de uma determinada coletividade? Qual o seu objetivo e qual a sua intencionalidade em figurar-se como um monumento capaz de atualizar memórias no presente, para as gerações futuras? Quais são as relações de poder que precedem a sua criação e são responsáveis pela sua manutenção? Sob quais valores se estabelece para representar estas memórias coletivas?

Desta forma, organizo a investigação para responder a essas perguntas a partir da formação de algumas proposições sobre a Bibliografia no âmbito da Memória Social. Para formar essas proposições, parto das discussões propostas por Jô Gondar (2005; 2016). A primeira proposição refere-se ao entendimento da Bibliografia como um conceito e um produto que se desenvolve, para a Memória Social, a partir da alteridade e da interdisciplinaridade. A segunda, refere-se às diferenças e semelhanças sobre as relações entre memória e esquecimento nas atividades bibliográficas, e como isso influencia o seu entendimento e papel social, ético e político.

2.1 Primeira análise: a Bibliografia se desenvolve, no âmbito da memória social, em contextos interdisciplinares

O conceito de Bibliografia foi apropriado, durante vários anos, por muitas correntes de pensamento no campo da Biblioteconomia, da História, da Sociologia e das Letras: alguns historiadores se apropriavam da Bibliografia e a denominavam “histórica”, enquanto disciplina que se unia à História para organizar e dar definição à massa documental dos grandes centros de estudos desse cunho, como fazia Charles-Victor Langlois (1901), e outros mais tarde a observavam como uma metodologia de pesquisa que reconhece o papel central da produção e circulação do documento para a realização da pesquisa histórica, como pressupõe Pánek (2015).

Nesse interim, outros relevantes pesquisadores da Bibliografia formularam suas divisões e, por conseguinte, suas definições. Nos mantendo ainda no campo da Bibliografia histórica como subcategoria da Bibliografia, o inglês Bowers, estudioso no campo das Letras, nos apresenta uma perspectiva crítico-textual da Bibliografia: diferentemente da Bibliografia enumerativa ou compilatória, cujos esforços se concentravam na “construção de listas de livros e escritos em diversos temas” (BOWERS, 1952, p. 190, tradução nossa), a Bibliografia histórica inquire o material bibliográfico na cadeia da economia do livro: evolução da imprensa, encadernação, os domínios do livro e seu comércio (BOWERS, 1952, p. 190).

Transpassando o campo da Bibliografia pela História, pelas Letras e, agora, pela Sociologia, encontramos as definições acerca da subcategoria Bibliografia material, que muito se assemelha com a definição de Bibliografia histórica proposta por Bowers na década de 1950. No caso, ao menos desde o século XIX, como é possível verificar no tomo terceiro da *Encyclopédie des gens du monde...* (ARTAUD DE MONTOR, 1834, p. 467, tradução nossa) no verbete sobre Bibliografia, é justamente a Bibliografia material que se ocupa de “tomar nota de todas as circunstâncias relacionadas ao livro e seu autor, à impressão, às gravuras, às edições etc”. Tal definição será levada adiante por Varry (2011, p. 31), que reconhece a Bibliografia material sob uma perspectiva arqueológica do material bibliográfico, que se ocupa de analisar conteúdo, fabrico e transmissão do livro.

A partir dessa breve explanação sobre uma das várias subcategorias da Bibliografia, é possível realizar nossas primeiras incursões de sua apreensão pelo campo de estudos da Memória Social por meio da proposição dada. É possível notar

que, assim como a Memória, a Bibliografia, apesar de ser um produto das atividades de organização da informação nas bibliotecas, aparentemente fixo e estável, enfrenta diversas perspectivas com relação às suas denominações e diferentes apreensões por estudiosos de sociedades distintas umas das outras, em épocas diversas.

No entanto, diferentemente do que Gondar (2016, p. 19) elucida sobre a memória nunca ser, a Bibliografia sempre é, o que possibilita a formulação de conceitos que possam apreender suas atividades em cada período do seu aperfeiçoamento. Assim, Gondar (2016, p. 19) estabelece duas razões principais que garantem a dificuldade na conceitualização do que é Memória em definições bem encaixadas e completas: a primeira é que a principal função do conceito é dizer o que algo é, independentemente do posicionamento e modificações sofridas por uma determinada coisa no tempo e no espaço, e nesse sentido a memória nunca se estabelece de forma contínua e duradoura. A segunda razão é mais central na problemática da formulação do conceito: não há formas suficientes para apreender a memória de forma plena por alguma área do conhecimento, justamente por sua essência maleável e inconstante.

Nesse âmbito surge uma das nossas primeiras indagações: a Bibliografia, fechada em si mesma, apartada das questões fundamentais da Memória Social, sempre é algo: uma técnica, um produto ou uma metodologia para análise científica. Assim, apesar de ser conhecido o seu início, meio e fim, ou seja, sua cadeia de produção e seus objetivos, ela estará sempre aberta a ser apreendida e receber significações e ressignificações constantes, conceitos que variam de acordo com as disciplinas que a apreendem em determinados períodos por determinados motivos. Em uma segunda observação, é justamente devido a sua essência geral para o tratamento e organização da informação que é possível conceituá-la de formas múltiplas – visto que a informação é necessária a toda ciência –, apesar de não ser apreendida de forma unívoca por qualquer disciplina, incluindo a Biblioteconomia que a concebeu.

No entanto, a Bibliografia inserida no campo memorialístico, ou seja, vista a partir de uma perspectiva da Memória Social, pode ser enquadrada naquilo que Gondar (2016, p. 19) elucida como “memória concebida enquanto produção de poder”, a cristalização e aperfeiçoamento das formas mais antigas de criação e transmissão de narrativas e tradições, a memória oral. Parto desse princípio pois, de acordo com a história da Bibliografia, esse documento, como produto de diversas atividades de

salvaguarda e disseminação de informação enquanto representações intelectuais escritas de diversas memórias, pode ser considerado também como o produto de uma das mais antigas práticas de recenseamento dessas mesmas representações intelectuais de memória na história da civilização humana.

Condit (1937, p. 565), por exemplo, estabelece que, na existência pré-natal da Bibliografia, ou seja, em um período imemorial de caos e escuridão no qual os bibliotecários lutavam para organizar as informações e tinham apenas um vislumbre do que viria a ser a Bibliografia, catálogos administrativos já eram utilizados na biblioteca de Assurbanipal (687 a.C.-627 a.C.), em Nínive, a cerca de 1600 anos a.C. Ligada, portanto, a um ideal de poder, de um império que se desenvolvia cada vez mais, a Bibliografia assim se estabelecia por meio de grandes blocos de barro e argila que comportavam as escritas cuneiformes, possivelmente como monumentos, que designavam quais obras eram relevantes, seus assuntos e suas disposições dentro da biblioteca (CONDIT, 1937, p. 565).

Em período posterior, Condit (1937, p. 565-566) também destaca os *pinakes* como representação desse estágio inicial da Bibliografia, conhecidos como catálogos da grande biblioteca de Alexandria. Desde o início dessa instituição cultural de memória, por volta de 190 a.C., passaram por ela vários diretores (*prostates*) que se encarregavam “de recuperar e normalizar, em edições críticas, o maior número possível de textos” (ARAÚJO, 2008, p. 39), como Zenódoto de Efeso (330 a.C. – 260 a.C.), Apolônio Ródio (295 a.C. – 215 a.C.), Erastótenes de Cirene (276 a.C. – 194 a.C.), dentre tantos outros. Os exercícios mais relevantes dessa organização da informação foram atribuídos a Calímaco de Cirene (310 a.C.-240 a.C.), que criou uma bibliografia sistemática de 120 livros e colocou em xeque os limites de atuação dos organizadores de texto da Antiguidade (ARAÚJO, 2008, p. 39).

Nesta breve explanação, é possível notar que, na época na qual a bibliografia figurava como um artefato que poderia estender as capacidades memorialísticas dos indivíduos, isso só foi possível em âmbito social enquanto essa espécie de mnemotécnica foi apreendida sob relações de poder. Vislumbrava-se, portanto, a forma como a detenção da memória daquelas informações, em projetos poderosos como o da biblioteca de Assurbanipal que visava, em um microcosmo, o controle da administração de seu império, até a perspectiva utópica em um âmbito macro com a biblioteca de Alexandria. Assim, é possível observar que a bibliografia, enquanto documento/monumento que poderia ser capaz de representar e perpetuar a memória

de vários povos, representadas nos registros bibliográficos da intelectualidade dos letrados, se estabelecia por meio de uma perspectiva de memória como poder de manutenção de agrupamentos sociais, direta ou indiretamente.

É possível perceber também que a Bibliografia em seu estado pré-natal só era possível realizar, por mais que não fosse evidente e não fosse o objetivo específico de quem a produzia, a partir de uma relação social, ou seja, a partir de uma relação de entendimento de hierarquias sociais, uma conformidade nos poderes que se estabeleciam nesses agrupamentos, ou seja, quem era letrado ou iletrado, quem detinha poder e quem não detinha, quem influenciava e quem era influenciado, quem mandava e quem era mandado. Nessa perspectiva, a Bibliografia garante mais uma evidência de sua ligação intrínseca com a Memória Social, já que assim como a memória é produzida em relações de diferença, ou seja, alteridade (ABREU, 2016, p. 42), a Bibliografia realiza semelhante processo em suas atividades.

Sobre essa questão, Abreu (2016, p. 42) reconhece que a memória enquanto produção resultante de relações de alteridade, faz evidenciar sua potência criativa, “já que ao contrário de seu uma reprodução do passado, apresenta-se como uma elaboração do passado, dinamizada numa relação entre o eu e o outro”. Seria, portanto, nessa relação que emergiria a “memória pensada enquanto componente ativo dos processos de transformação social e de produção de um futuro” (GONDAR, 2016, p. 19). E observando a Bibliografia enquanto atividade humana de recenseamento desses vestígios memorialísticos marcados através da produção intelectual materializada no livro, esteja ele em que suporte for e esteja a Bibliografia sobre o poder de quem quer que seja, ela sempre será organizada, sobretudo, entre relações de distinção entre o eu e o outro.

Investigando a Bibliografia a partir de uma perspectiva mais específica no campo da Memória Social, Namer (1987, p. 161) a estabelece como produto de um processo envolvendo uma intrincada cadeia de memórias que se superpõem e coexistem e que dão corpo e vida às bibliotecas. Para o autor, as bibliotecas são “memória-acúmulo de conhecimento e cultura” (NAMER, 1987, p. 161, tradução nossa), uma superposição de memórias anteriores, considerando seu desenvolvimento enquanto instituição, no decorrer da história da humanidade, garantindo uma herança de “todas as formas pelas quais as [demais] bibliotecas se organizaram e acumularam conhecimento e cultura” (NAMER, 1987, p. 161, tradução nossa).

Um exemplo dessas memórias que compõem a biblioteca é dado por Namer (1987, p. 161, tradução nossa) quando explana sobre a organização e missão das bibliotecas assírias, construídas há mais de 3.000 a.C.:

A primeira forma de memória que podemos reparar nas bibliotecas assírias (3.000 a.C.) é uma memória de conhecimento econômico (concernente à propriedade, aos impostos), uma memória de decisões políticas, uma memória das técnicas, uma memória científica (astronômica), acima de tudo, um conhecimento sobre adivinhação. Tal biblioteca, composta de tabuletas cuneiformes, é uma memória-conhecimento das elites de poder, conhecimento este que guardavam para si ou seus descendentes para uso futuro. Desde o início, portanto, nada distingue a biblioteca de um lugar de arquivos oficiais reservados ao poder.

A Bibliografia se estabelece no seio da organização dessa memória-conhecimento latente, materializada nos materiais bibliográficos. E é nesse sentido que a Bibliografia auxilia a ordenar os caminhos para a criação de “uma legitimação do próprio conhecimento e suscitar um discurso acadêmico de legitimação, unificador de memórias, [que é] a História” (NAMER, 1987, p. 161, tradução nossa). Nessa relação entre memória, história e documento, é a memória-conhecimento que nutre as bibliotecas que servirá, como primeiros propósitos das sociedades imperiais mais remotas, tanto como uma forma de legitimar a tradição oral e uma tradição política, como através do acúmulo desses documentos oficiais “[tornar] possível e necessária a aparição de uma história como uma narrativa contínua que pode unir essas memórias, seja de forma lógica ou de forma apologética, unificando-as” (NAMER, 1987, p. 162, tradução nossa).

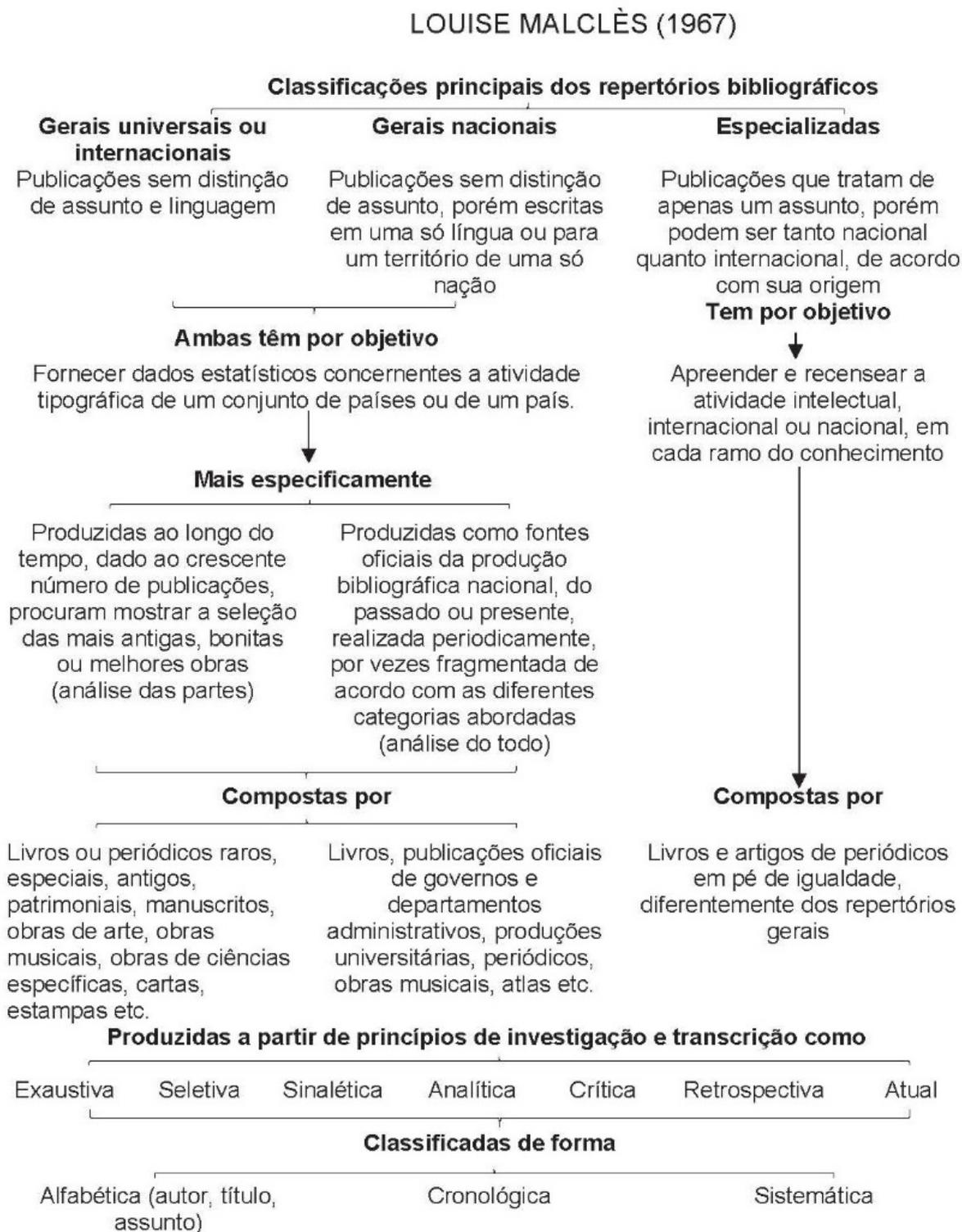
Assim, a Bibliografia vai se estabelecendo na história das sociedades a partir de conceitualizações diversas, servindo-se de várias acepções e tornando-se, de certa forma, polissêmica no que diz respeito às suas definições. Quanto ao tratamento do campo da Memória Social em sua polissemia, Gondar (2016, p. 20) traz à luz duas principais consequências de se observar o campo em questão apenas sob essa perspectiva: ao limitar que a memória é polissêmica, incorre-se na admissão de uma equivalência entre as suas múltiplas significações, “aplainando suas diferenças e as consequências teóricas e práticas de cada uma delas” (GONDAR, 2016, p. 20). De um outro ponto, da perspectiva do rigor conceitual, há adição de uma variável: além

da polissemia, o conceito de Memória Social é “transversal ou transdisciplinar” (GONDAR, 2016, p. 20).

No entanto, levando em consideração que a Bibliografia se mostrou até o momento em afinidade com os caminhos do desenvolvimento da memória nas sociedades humanas, bem como espécie de produto de seus processos, como a conceitualização da ciência do livro se evidencia como polissêmica? Para responder a essa pergunta, estabelecemos novamente os pilares sobre os quais a Bibliografia atualmente, após séculos de desenvolvimento, se encontra: ela pode ser visualizada tanto como técnica de recenseamento dos registros bibliográficos “sistemizada em regras de catalogação e classificação das espécies” (PLACER, 1955, p.7), metodologia científica para disciplinas como a História, bem como produtos dos processos complexos, que dependem intrinsecamente da memória, que ocorrem nas bibliotecas, em diferentes formatos, como o digital e o analógico.

E é justamente devido a esse envolvimento complexo nas atividades intelectuais humanas que ela recebe diferentes conceitualizações, como pode ser evidenciado nos quadros abaixo:

Figura 2 – Principais classificações dos repertórios bibliográficos por Malclès



Fonte: o autor, com base em Malclès (1967)

Figura 3 – Principais classificações dos repertórios bibliográficos por Placer



Fonte: o autor, com base em Placer (1968)

Louise-Malclès (1899-1977), por ter sido uma bibliotecária francesa que muito contribuiu para os fundamentos contemporâneos na área da Biblioteconomia e Bibliografia de forma mundial (FAYET-SCRIBE; BUCKLAND, 2009, p. 206-207), foi escolhida como um dos parâmetros para explicitar a polissemia no campo bibliográfico. De acordo com Malclès (1967), cada especificidade da Bibliografia abarcava exercícios próprios, serviam a objetivos específicos distintos, de acordo com suas variadas composições e forma de ordenamento dos registros bibliográficos.

De forma tão precisa quanto Malclès, Xavier Placer (1916-2008) estabelece o que pode ser configurado como Bibliografia, apontando para as antigas fichas catalográficas, catálogos comerciais e até mesmo abstracts de artigos, dentro das especificações determinadas. Além, dependendo dos mais variados critérios de arranjo, as bibliografias poderiam se distribuir em outras tantas classificações, também levando em consideração sua utilidade, seu objetivo de existência.

Portanto, ao se falar da polissemia na Bibliografia, podemos vislumbrar algo do que Gondar estabeleceu referente à Memória Social: não é possível tornar equivalentes os variados significados da Bibliografia, pois cada um apreende em si uma missão distinta, bem delimitada, sem incorrer em problemáticas teóricas e práticas. E, assim que tornamos aparente o rigor conceitual da Bibliografia, para tentar abarcar suas múltiplas aparências, propõe-se que este conceito é polissêmico e, ao menos por ora, interdisciplinar. Quando retomamos as primeiras impressões que fizemos referente à Bibliografia no início deste capítulo, sobre suas apreensões por disciplinas científicas diversas, podemos compreender que o conceito, e conseqüentemente o campo em questão, são plenamente estabelecidos, como ocorre de certo modo com a Memória Social.

No entanto, surgem algumas divergências entre a Memória Social e a Bibliografia, inteligíveis enquanto observamos a segunda como um produto da primeira. Gondar (2016, p. 20) ao estabelecer que a Memória Social é um conceito transdisciplinar, propõe que este campo se produz a partir não só do entrecruzamento entre disciplinas que compreendam diversos entendimentos sobre o que é Memória, mas a partir de “perguntas provenientes de cada uma dessas disciplinas [que] possam atravessar suas fronteiras, fazendo emergir um novo campo de problemas que até então não se encontrava contemplado por nenhuma delas” (GONDAR, 2016, p. 20-21). O que ocorre com a Bibliografia é algo reconhecidamente interdisciplinar, ou seja, o seu conceito e atividades são comuns a várias disciplinas, mas há ainda um notável

limite entre os campos de saber, o que garante muitas vezes à Bibliografia uma alcunha de “ciência complementar”.

A produção do seu conhecimento, seu desenvolvimento enquanto técnica, produto e metodologia só foram possíveis a partir desse entrecruzamento entre diferentes campos de saber: entre as Letras que necessitavam de uma atenção ao conteúdo do texto, estabelecia-se a Bibliografia textual (HORCH, 1978); para o trabalho historiográfico, a realização da organização da informação para dar caminho às investigações figurava-se nas técnicas da Bibliografia histórica (LANGLOIS, 1901); e o conjunto de atividades responsáveis pela distinção de cada processo na cadeia da economia do livro, passaria a ser denominado por Bibliografia material (VARRY, 2011).

Nesses e em vários outros exemplos que podem ser citados, a Bibliografia tem o papel de responder às lacunas das disciplinas quanto a alguma problemática encontrada por elas; ao mesmo tempo, desenvolve-se enquanto campo de conhecimento científico ao estabelecer essas ligações interdisciplinares que complementam e aperfeiçoam conhecimentos já tradicionais. Dentro dessa perspectiva de limites entre as disciplinas que se entrecruza, é possível dizer que, ao menos com a Bibliografia, seu desenvolvimento só foi possível a partir desse reconhecimento do outro, da estranheza quanto ao que é compartilhado perante as tradições de um outro campo de saber. É possível dizer, então, que o desenvolvimento da Bibliografia foi possível através do reconhecimento de uma alteridade.

Acabamos, portanto, caindo no itinerário poético-conceitual de Regina Abreu ao nos desvincularmos da proposição de Jô Gondar, Enquanto a Bibliografia passa a ser distante desta proposição, no que se refere a sua construção conceitual ser interdisciplinar e não necessariamente transdisciplinar como o ocorre com a Memória Social, a Bibliografia necessariamente só é produzida e entendida em suas três concepções aqui apresentadas a partir de relações de alteridade.

O próprio trabalho do bibliógrafo compreende um certo deslocamento do tempo e do espaço, um distanciamento do eu comum, do mundano: é preciso estar à parte da sociedade e, ainda assim, inserido em um determinado contexto social e político; conhecer e reconhecer os materiais bibliográficos específicos com os quais se trabalha para registrá-los, que estão estabelecidos em um tempo e espaço determinados, como um dos vários blocos interpostos de memórias coletivas, em analogia a Namer sobre a constituição das bibliotecas. E é justamente essa relação

com o outro, com a estranheza do registro bibliográfico e de toda a composição memorialística de quem o auxiliou a ser produzido, que nele se encontra virtualizada, que garante à Bibliografia o seu papel social, assim como o caráter social da Memória se constitui a partir da relação do eu com o outro (ABREU, 2016, p. 44).

2.2 Segunda análise: a Bibliografia é construída por seleção, considerando os aspectos ético e político.

Como dito anteriormente, as bibliografias nasceram, se desenvolveram e perduram atualmente fundamentadas em embates de poder, ou seja, constantes disputas entre os diferentes governos que regem uma determinada sociedade, seja império, monarquia ou república. Tendo por base o livro – e daí surge parte da etimologia da palavra, de origem grega –, a bibliografia teve por finalidade registrar esses materiais bibliográficos que foram e são “instrumento[s] pedagógico[s], uma fonte de inspiração religiosa e uma obra de arte, [...] base de religiões e fonte de imenso poder político” (LYONS, 2011, p. 7).

Desde o estabelecimento da escrita como um prolongamento da memória no indivíduo – talvez como uma tentativa de abarcar a grandiosidade e, também, limitação da nossa capacidade cerebral –, o livro foi inserindo-se como parte integrante das sociedades. Na Antiguidade, por meio do poder proporcionado pela erudita biblioteca de Nínive, de Assurbanipal, que até em suas ruínas ainda persistiam a memória registrada dos antigos habitantes da Mesopotâmia em cerca de 25 mil placas de argila. Tais registros, além das burocracias do império, guardavam literatura épica e presságios místicos; no entanto, devido às baixas taxas de alfabetismo, a leitura e posse desses materiais era restrito.

Não é possível, por exemplo, ditar que nesse período havia uma relação de poder, ou embates de poder que se encontravam em disputa constante pela memória que seria condecorada como unívoca, já que essas relações não se dão em um local onde exista apenas um poder que seja conferido a uma determinada casta social, bem definida, enquanto a outra parte da sociedade nem ao menos tem noção ou precisa se estabelecer como um poder que possa ser combativo. A memória aqui, portanto, se estabelecia de modo ainda muito grosseiro, devido justamente a essa separação nítida entre quem governa e quem é governado.

Mais à frente, tanto a escrita quanto a leitura, como também o aprendizado como consequência dos entrelaçamentos entre as duas primeiras, serão meios pelos quais a memória se instalará e se desenvolverá no indivíduo da Antiguidade. Em outras palavras, para o filósofo Nietzsche, por exemplo, a memória se estabelece no indivíduo nesse período a partir de uma imputação de terror de relações de subjugação entre o considerado mais fraco e mais forte, cujos “castigos” realizados em um pelo outro, em essência, não são humanizados e complexos como os desenvolvidos tardiamente sob o nome de “justiça”. Apenas no desenrolar do desenvolvimento do homem foi que se criou ao redor da ira pela ira uma ideia de equivalência entre dano e dor (NIETZSCHE, 2018, p. 48-49), de que o malfeitor deve arcar com as dores que causou a outrem de acordo com as leis.

Tal equivalência, segundo Nietzsche (2018, p. 49) se dá na “relação contratual entre credor e devedor”, que remonta à antiga lógica básica das relações comerciais. Este, então, seria mais um espaço onde se encontraria o desenvolvimento da faculdade da memória no homem, onde nessas relações “fazem-se promessas; justamente nelas é preciso construir uma memória naquele que promete; nelas, podemos desconfiar, encontraremos um filão de coisas duras, cruéis, penosas” (NIETZSCHE, 2018, p. 49).

No caso expresso, o filósofo propõe a possibilidade de construir memórias, que seriam feitas, por exemplo, em termos contratuais entre credores e devedores, o que regia a “justiça” da antiga humanidade e que, dentro de parâmetros tornados complexos, se manteve na modernidade, como será possível compreender em capítulos seguintes.

O devedor, portanto, não basta prometer com sua palavra, que o homem por si só já perdeu nesse seu desenvolvimento como animal racional. A promessa, contratual, deve ser feita fundamentada em um conceito de “bem” que o devedor “possui”, para reforçar na sua consciência sua obrigação para com o credor. Dessa forma, o devedor estaria sujeito a toda sorte de humilhações e torturas, o que incluía “avaliações legais de membros e partes do corpo” (NIETZSCHE, 2018, p. 49). A título de exemplo, é possível citar o conjunto de legislações implementadas por Hamurabi (1728-1686 a.C.), um dos reis da Babilônia, através de uma espécie de código social.

Além de reconhecido por suas habilidades políticas, Hamurabi também teve como uma de suas primeiras preocupações a “implantação do direito e da ordem no país”, cujo senso de justiça tornou-se uma característica marcante no monarca

(BOUZON, 1976, p. 10). No entanto, aos vencidos, os “devedores” dentro da relação contratual elucidada por Nietzsche, Hamurabi, o credor, impunha às cidades conquistadas que fossem adornados “ricamente seus templos com tronos para os deuses em estátuas e preciosos emblemas, tentando adquirir, deste modo, a confiança dos povos subjugados ao novo rei e senhor” (BOUZON, 1976, p. 11).

Como não é o foco o aprofundamento no Código de Hamurabi, muito menos realizar qualquer juízo de valor acerca do próprio monarca, nos atemos aqui a exemplificar alguns dos castigos legais vigentes nesta legislação, para dar substância histórica ao que Nietzsche apontou em sua segunda dissertação.

Explicita-se um dos artigos das leis que regulam o direito patrimonial: “Se uma dívida pesa sobre um *awilum*⁸ e ele vendeu sua esposa, seu filho ou sua filha ou entregou-se em serviço pela dívida: trabalharão durante três anos na casa de seu comprador ou daquele que os tem em sujeição; no quarto ano será feita sua libertação” (BOUZON, 1976, p. 57). Outros, no conjunto de leis que versavam sobre a punição a lesões corporais, enfatizam: “Se um filho bateu em seu pai: cortarão a sua mão”, “Se um *awilum* destruiu o olho de um (outro) *awilum*: destruirão o seu olho”, “Se quebrou o osso de um *awilum*: quebrarão o seu osso” (BOUZON, 1976, p. 86-87), e assim por diante.

Convém frisar que o exemplo citado corrobora com os apontamentos de Nietzsche e a condição de justiça na humanidade antiga. O rei Hamurabi fazia conhecer a sua noção de Estado – se assim é possível empregar esta palavra neste contexto – através da imposição de seus símbolos e costumes aos povos vencidos, para que se lembrassem do que ocorreu e do que viriam a passar sob seu jugo. É possível aqui tratar da lógica jurídica apontada por Nietzsche:

A equivalência está em substituir uma vantagem diretamente relacionada ao dano (uma compensação em dinheiro, terra, bens de algum tipo) por uma espécie de satisfação íntima, concedida ao credor como reparação e recompensa – a satisfação de quem pode livremente descarregar seu poder sobre um impotente [...]. A compensação consiste, portanto, em um convite e um direito à crueldade (NIETZSCHE, 2018, p. 49-50).

⁸ Homem livre.

Assim, as leis do rei que demonstravam a necessidade de fazer uma pessoa sentir a dor que infligia a outra, e mostra aos modernos a utilização de esposa e filho como “bens possuídos” que podiam ser trocados para sanar dívidas, trazem à tona os usos fundamentais da faculdade da memória na antiguidade como perpetuadora de costumes sociais pela dor e pelo terror imputado ao indivíduo e ao grupo, em um dado momento do desenvolvimento humano no qual a “justiça” se delineava. A relação entre credor e devedor, de acordo com Nietzsche, foi a primeira vez em que se defrontou um indivíduo perante o outro, “mediu-se uma pessoa com outra” (NIETZSCHE, 2018, p. 54).

Portanto, o estabelecimento de uma relação entre o documento, a escrita e a memória podem ser visualizadas, com base em Nietzsche, motivada por uma necessidade de um indivíduo ou grupo ter poder de governo, incluindo costumes e penitências para a transgressão desses costumes, por meio da dor, do horror, da subjugação do outro. E é justamente essa utilização do documento pelo poder que transforma esse material em monumento, de acordo com Le Goff (2014, p. 494 apud ZUMTHOR, 1960)

Assim, compreendemos que estas são algumas das relações mais remotas que se pode traçar do início do desenvolvimento da memória juntamente a outras faculdades do homem enquanto indivíduo social. Tanto se torna evidência tal observação que Nietzsche realizou, que notamos uma repetição aperfeiçoada dessa situação em períodos específicos da Idade Média, com o *Index Librorum Prohibitorum*, bem como o início da contemporaneidade com o projeto de Estado nacional que se desenhava com a Revolução Francesa de 1789.

O primeiro Índice de Livros Proibidos foi instituído em 1558, no período inquisitorial estabelecido pelo Papa Paulo III, a partir de 1542, devido ao rápido avanço da Reforma Protestante; tal evento acendeu o alerta para as instituições da Igreja católica, que já eram responsáveis pela censura de livros considerados por eles como nocivos aos fiéis (LYONS, 2011, p. 83).

Estas atividades censórias instituídas pela Igreja se davam, pois, “a censura era uma preocupação especial da Igreja Católica, já que ela sempre assumira o papel de definir a doutrina ortodoxa e defende-la contra interpretações heréticas” (LYONS, 2011, p. 83). Portanto, é neste contexto histórico no qual o *Index* se estabelece, como uma espécie de bibliografia de livros perniciosos ao bom desenvolvimento da sociedade.

De modo geral, essa bibliografia dos livros proibidos foi se desenvolvendo e aperfeiçoando ao largo da Inquisição: enquanto na sua primeira edição figuravam cerca de 1000 títulos censurados, entre eles as obras de Erasmo, Maquiavel e Rabelais, em pouco mais de dez anos depois, em 1572, ocorreu constatare e rebuscado refinamento nas atividades e na produção do documento a partir do momento em que a Igreja em Roma estabeleceu a Congregação do Índice como órgão especializado nessas atividades censórias (LYONS, 2011, p. 83). Assim:

Edições subsequentes do Índice foram mais refinadas: elas graduavam os autores segundo o suposto grau de toxicidade e destacavam passagens específicas a serem expurgadas em vez de condenar livros inteiros. [...] Os inquisidores tentaram banir a leitura de livros religiosos em vernáculo e opuseram-se até mesmo à leitura de romances, demonizando o livro de tal maneira que apenas o fato de possuir um já era considerado suspeito (LYONS, 2011, p. 83).

Desta forma, podemos evidenciar como se repetiam as constantes tentativas de busca de instituição e manutenção de poderes vigentes por meio de disputas entre lembrança e esquecimento nas atividades que envolviam o estabelecimento de determinadas ordens por meio de documentos como a bibliografia. Diferentemente do que ocorria na Antiguidade quando havia apenas um poder bem definido, consciente de sua força física e mental, como exemplificamos com a relevância da biblioteca de Nínive no império de Assurbanipal, aqui na Idade Média e Renascimento delineiam-se diferentes tipos de poderes que ganham espaço, para estabelecer um embate com maiores possibilidades de soerguer suas vontades e predileções, em contraste com o poder que tentava permanecer intacto.

Fato é que, com o passar do tempo e do desenvolvimento da memória, da escrita e do documento como parte integrante da vida social do indivíduo, a Bibliografia também se aperfeiçoou a ponto de tornar-se claramente uma tentativa, em um plano maior, de constituição de uma nova ordem em nível de nação: foi o caso da primeira tentativa de estabelecimento de uma bibliografia nacional, logo no início da Revolução Francesa, em 1791. No entanto, para melhor estabelecer esses parâmetros comparativos entre os assuntos aqui tratados, fazemos uma contextualização do evento histórico para estabelecê-lo como evidência da utilização da memória enquanto registro escrito para atividades mais refinadas de tentativas de organização sociais por meio de coerções.

No século da Revolução Francesa e início do período histórico conhecido como Contemporâneo, foi muito relevante o papel do documento para balizar as atividades revolucionárias. É neste período, na ebulição do “espírito de não conformidade e livre arbítrio [...], hostil à autoridade e à tradição” (MALCLÈS, 1967, p. 60, tradução nossa), que o documento se delinea como monumento em sua forma jurídica, ou seja, enquanto legislação, passa a ser instrumento nas mãos dos revolucionários para estabelecer uma nova ordem social, levando em conta principalmente atividades que prezavam pela submissão e, por vezes, apagamento total de signos e símbolos memorialísticos que pudessem remeter à agora antiga organização social, o passado que se denominou Antigo Regime.

Sob o pretexto das grandes dívidas que a monarquia arrecadou, os revolucionários franceses, dentre suas primeiras ações, resolveram inventariar bem móveis e imóveis que se encontravam sob as mãos da Igreja, importante aliada da monarquia no Antigo Regime e em todas as que ocorreram antes e em outros lugares. Dentre as primeiras manifestações, encontravam-se a chamada de confiscos literários, cujo objetivo por lei, estabelecida em decreto, era que todo tipo de informação registradas que antes era particular à nobreza ou ao clero, deveria tornar-se um bem de todos e estar sob as mãos da nação (VARRY, 2009, p. 7).

Recorrendo mais uma vez à Nietzsche, é neste caso que vemos uma espécie de revivescência do horror, por meio da utilização das leis e do que se estabelece como justiça pelos diferentes poderes vigentes, e como esses artifícios são responsáveis por inscrever a fogo uma memória nos indivíduos de uma sociedade. Como exemplo disso, o primeiro decreto que se relaciona aos confiscos data de 2 de novembro de 1789⁹, intitulado *Décret des biens du clergé mis à la disposition de la Nation*. Proposto e votado na Assembleia Constituinte da França, determinava que “todos os bens eclesiásticos [ficassem] à disposição da Nação” (VARRY, 2009, p. 7, tradução nossa), ou seja, sob as mãos do Estado. Com isso, o Estado tomou para si os bens móveis e imóveis da Igreja, com a alegação de que deveriam pagar pelas dívidas deixadas pelo governo de Luís XVI.

⁹ FRANÇA. Assembleia Nacional Constituinte. *Extrait du procès-verbal de l'Assemblée nationale, de 2 novembre 1789*. Decreta que todos os bens eclesiásticos estão sob as mãos da nação. In: _____. *Collection générale des lois, proclamations, instructions, et autres actes du pouvoir exécutif*. T. 1, v. 1. Paris: Imprimerie Royale, 1792. p. 307. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k9602285p>>. Acesso em: 22 jun. 2019.

Foi desta forma que diversas bibliotecas particulares foram destituídas, e seus livros passaram por uma espécie de nacionalização para tornarem-se patrimônio da França revolucionária: primeiro sendo acumulados em armazéns e depois passando por vários processos de inventariação, até mesmo por um magnânimo projeto de criação de uma bibliografia nacional francesa, que culminaria na distribuição dos materiais bibliográficos por bibliotecas públicas que ainda seriam estabelecidas mais tardiamente, ou para a Biblioteca Nacional francesa, ainda conhecida como Biblioteca Real à época.

Essa primeira decisão dos revolucionários culminou em uma série de atividades denominadas de “confiscos literários”. Para que o Estado que se formava passasse a ter controle das produções intelectuais francesas até o momento, foi necessária a criação de diversos inventários, catálogos como pequenas bibliografias; esses catálogos deviam ser obrigatoriamente realizados pelos próprios eclesiásticos, tal como o estabelece o decreto de 14 de novembro de 1789¹⁰. Posteriormente, esse afazer foi atribuído a oficiais designados pelo governo, como reza o decreto de 20 de março de 1790¹¹. Não somente a forma como os inventários deveriam ser redigidos foi estipulada por meio de decreto, de 9 de janeiro de 1791, como anteriormente os próprios responsáveis pelas igrejas foram obrigados imperiosamente à execução de tal atividade (LABICHE, 1880, p. 6).

No furor da emissão desses decretos, ainda perdurava a questão a ser resolvida com relação aos livros que, depois de terem sido saqueados de diversas bibliotecas particulares, ainda dependiam de uma série de procedimentos para figurarem como patrimônio nacional, bem como fazer parte do processo de disponibilização ao grande público por meio de novas bibliotecas públicas. A

¹⁰ _____. _____. *Séance du samedi 14 novembre 1789*. Decreta aos capítulos e monastérios que depositem aos escritórios reais ou municipais os catálogos dos livros e manuscritos se duas bibliotecas e arquivos. In: MAVIDAL, M. J.; LAURENT, M. E. *Archives parlementaires de 1787 a 1860: recueil complet des débats législatif & politiques des chambres françaises*. Paris: Librairie administrative de Paul Dupont, 1878. p. 54. Disponível em: < <http://visualiseur.bnf.fr/CadresFenetre?O=NUMM-49525&I=1&M=tdm>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

¹¹ _____. Assembleia Nacional Legislativa. *Séance du samedi 20 mars 1790*. Decreto dirigido aos oficiais municipais que redigissem um resumo do mobiliário, dos livros e da prataria nos estabelecimentos eclesiásticos. In: MAVIDAL, M. J.; LAURENT, M. E. *Archives parlementaires de 1787 a 1860: recueil complet des débats législatif & politiques des chambres françaises*. Paris: Société d'imprimerie et librairie administratives et des chemins de fer, 1881. p. 258-288. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k49527c?rk=1244641;2>>. Acesso em: 24 jun. 2019.

necessidade de “conter a enxurrada de informações” (FAYET-SCRIBE, CANET, 1999, p. 6, tradução nossa) fez com que uma comissão denomina Comités-réunis deliberasse sobre os próximos passos, de onde surgiria a partir de uma reunião realizada no ano de 1790 a sugestão para a criação de uma bibliografia nacional, possibilitando a ordem e unificação de toda a massa documental.

O controle que os revolucionários almejavam para estabelecer uma nova estrutura política e social também se refletia em legislações mais abrangentes, como a de 9 de outubro de 1793¹². Essa norma designava a retirada dos símbolos da realeza de parques, jardins e quaisquer outras construções pelos seus próprios donos – caso contrário, essas propriedades seriam confiscadas pelo Estado. Os revolucionários também travaram uma batalha pela promulgação da Declaração dos Direitos do Homem, como exemplificado no decreto datado de 9 de outubro de 1793, no qual a Convenção Nacional até mesmo determinou a suspensão da primeira versão do documento para a realização e promulgação de uma outra, pois as primeiras diretrizes “não [havam sido] aceitas pelo povo, e nem ao menos apresentadas à sua aceitação”.

É possível perceber, portanto, que o próprio conceito do documento sofreu alterações e, mais precisamente, a adição de valores responsáveis por ditar costumes e regras sociais, com possibilidades de suprimir memórias e criar novas – independentemente do julgamento que possamos fazer sobre os poderes vigentes que regulamentavam tais condutas. Fato é que, assim como a legislação enquanto documento/monumento teve um poder essencial na criação e aperfeiçoamento do que Nietzsche considera como a nossa “camisa de força social”, a própria Bibliografia também se desenvolve ao passo de refinar-se de um conjunto de registros documentais burocráticos, como visto em Nínive, tornando um filtro moral para a Igreja com o Índice, chegando até fazer parte de um projeto de estabelecimento de nação, no período revolucionário francês de 1789.

É neste embate de poderes que soerguem questões fundamentais sobre os usos éticos e políticos da Bibliografia, como também elucidar os efeitos da manipulação da memória social por meio de jogos bem engendrados de lembrança e

¹² _____. Convenção Nacional. *Séance du dix-huitième jour du premier mois de l'an II de la République française, une et indivisible*: mercredi 9 octobre 1793. Decreta a interrupção e o fim de todo e qualquer símbolo que remeta à realeza. In: MAVIDAL, M. J.; LAURENT, M. E. *Archives parlementaires de 1787 a 1860*: recueil complet des débats législatif & politiques des chambres françaises. Paris: Libraire administrative Paul Dupont, 1910. p. 263-295. Disponível em: <<http://gallica.bnf.fr/ark:/12148/bpt6k495935?rk=1072966;4>>. Acesso em: 25 jun. 2019.

esquecimento que envolvem as criações desses documentos/monumento. Pois, como elucidada Gondar (2015, p. 24):

Uma lembrança ou um documento jamais é inócuo: eles resultam de uma montagem não só da sociedade que os produziu, como também das sociedades onde continuaram a viver, chegando até a nossa. Essa montagem é intencional e se destina ao porvir. Se levamos isso em conta ao interrogar as lembranças/documentos, a questão essencial será: sob que circunstâncias e a partir de que vontade eles puderam chegar até nós? Por que motivo eles puderam ser encontrados no fundo de um arquivo, em uma biblioteca, nas práticas e discursos de um grupo, a ponto de poderem ser escolhidos como testemunho de uma época? E, fundamentalmente, porque nós os escolhemos? Ao desmontar essa montagem, que é a lembrança/documento, não revelaremos nenhuma verdade escondida sob uma aparência enganadora, mas sim a perspectiva, a vontade e a aposta a partir da qual nós a conservamos, escolhemos e interrogamos.

Outro ponto que deve ser levado em consideração quando tocamos em questões éticas e políticas envolvendo a produção e disseminação das bibliografias é o controle bibliográfico. Na década de 1950, o termo 'Controle Bibliográfico', como campo de práticas e de interesse científico, passou a ser expressão adotada por bibliotecários onde formalmente foi definido pela Unesco e pela Library of Congress como "o domínio sobre os registros escritos e publicados, suprido pela bibliografia e para os objetivos da bibliografia" (MACHADO, 2003, p. 40).

Todavia, o valor social da informação como mote do desenvolvimento econômico e social tornou o assunto 'controle bibliográfico' fator de interesse dos governos e desse modo, o tratamento da informação assumiu um caráter político, como instrumento de desenvolvimento e fonte de poder (MELO, 1981).

Historicamente, no caso das bibliografias nacionais, o fenômeno relativo ao lembrar e esquecer, representado aqui pela seleção, sempre esteve presente. Problemas sucessivos na realização dos inventários dos materiais bibliográficos na França revolucionária, por falta de entendimento de quem ouvia e as redigia (VARRY, 2009, p. 11), ou propositalmente omitidas dos inventários por quem quisesse manter algumas obras longe dos olhos dos revolucionários podem ser exemplos dessa relação entre esquecimento e lembrança.

O próprio caso do Depósito Legal evidencia essa relação. A eleição do que constitui o patrimônio bibliográfico nacional, que por sua vez é representado pela Bibliografia Nacional, dependerá das vontades das autoridades que detêm poder sobre as legislações específicas. Além, por ordem de manutenção do espaço de guarda, ou por falta de local específico que dê tratamento necessário a algum tipo de documento, esses registros podem não figurar em uma bibliografia nacional. Dessa forma, o produto do recenseamento constante sempre trabalhará sob formas de lembrança e esquecimento.

Neste sentido, a Bibliografia sempre esteve atrelada à ideia de controle bibliográfico, devido a sua missão utópica e remota, como diria Harmon (1981, p. 53), da busca pela salvaguarda integral dos registros dos materiais. Por exemplo, a bibliografia nacional como técnica é o acúmulo de itens cooptados via legislação de Depósito Legal para formação de acervos em uma determinada nação (MALCLÉS, 1961), e a sua localização é essencialmente virtual quando se faz necessário a mediação de recursos de recuperação, como catálogos e outros produtos bibliográficos, como os índices bibliográficos acumulativos ou retrospectivos, no contexto da noção de patrimônio intelectual nacional.

Deste modo, as bibliotecas, produtoras das bibliografias, para além de um lugar de memória estático e construído ao redor de uma retórica de perda aos moldes do que propõe Nora (1993), são instituições culturais de memória como apontado por Namer (1987), e essencialmente sociais e dinâmicos, pensados e construídos para diversos grupos sociais, bem como aos seus produtos (SHERA; EGAN, 1995). Assim, sempre trabalharão em modo de seleção visando seu desenvolvimento para um atendimento cada vez mais aprimorado aos usuários de seus recursos informacionais.

3 BIBLIOGRAFIA, INFORMAÇÃO E BANCO DE DADOS

Até o momento, foi possível compreender que a Bibliografia se desenvolveu e tornou-se um relevante material da memória coletiva na História. Iniciada como uma forma de controlar as crescentes massas documentais, passando pelo seu estágio de obra de arte e de veneração na Idade Média, até como um auxílio ímpar ao comércio livreiro dos séculos XVII ao XIX, a Bibliografia modificou-se de acordo com o desenvolvimento das interações sociais humanas. Mais especificamente, a bibliografia tornou-se um documento/monumento cujo objetivo principal é o de ser suporte para as necessidades de memória para além do que comporta a mente dos indivíduos.

Como foi possível observar nas primeiras proposições, a bibliografia torna-se um material da memória coletiva e da história quando há um estranhamento entre a memória humana e a memória possível do documento, isto é, quando o ser humano se encontra rodeado de tantas informações possíveis, tantos dados sobre os elementos que o circunda, que sua mente já não os comporta mais.

Neste sentido, a bibliografia pode ser visualizada como que concebida por uma vontade de memória, e por esse motivo estar atrelada a questões de poder e controle desde o seu nascimento, como os casos de sua utilização no império de Assurbanipal para controle administrativo, em Alexandria para controle utópico da memória do conhecimento mundial, até os dias atuais com a sua utilização pelas bibliotecas nacionais ou agências nacionais responsáveis por recensear os produtos intelectuais da memória social de vários países.

Assim, por sua ligação estrita com os diferentes modos de pensar e experienciar o mundo, como evidencia o período no qual esteve sob os auspícios do Iluminismo e do enciclopedismo europeu, a Bibliografia necessitou de constantes modificações conceituais. Modificações estas que sempre agregaram à Bibliografia uma nova funcionalidade, uma nova técnica ou método, justamente pelo seu caráter de controle informacional que falo no início desta seção. Estar a postos para a produção de uma verdadeira bibliografia, produto de um trabalho responsável por identificar as informações mais necessárias aos mais variados grupos, bem como conhece-las como obras de referência, sempre foram questões relacionadas ao poder.

Neste sentido, aprofundo-me nas próximas subseções sobre a relação entre a Bibliografia, a Informação e a sua visualização contemporânea como Banco de Dados. Para tanto, realizo uma incursão ao início da contemporaneidade, quando a bibliografia é usada pela primeira vez neste período como parte de um projeto de nacionalização de bens documentais diversos, durante o período revolucionário francês de 1789. Investigo, neste caso, como a Bibliografia e as atividades que a circunda podem ser responsáveis pela criação de um imaginário nacional, de uma noção de uma identidade unificada da sociedade, e quais relações de poder se impõem no estabelecimento deste documento/monumento.

Na terceira proposição, busco compreender a Bibliografia como fruto de uma vontade de memória, que não se restringe às representações bibliográficas e memorialísticas que nela se encontram. Para tanto, aprofundo minha investigação acerca da visão processual da Bibliografia como este ponto de partida para o entendimento desta vontade de memória. Me remeto a possível representação maior de uma memória social unívoca, como a Biblioteca Nacional, para poder relacionar os sistemas de Depósito Legal, catalogação e classificação como processos ativos de manutenção e acesso a essas memórias de cunho coletivo, tanto nos meios analógicos quanto nos meios virtuais.

Desta forma, a bibliografia nacional como recurso de controle bibliográfico nacional exercido pela Biblioteca Nacional, de certa forma, tem sua história ligada ao próprio processo de consolidação dos Estados Nacionais da Europa. Muito além de recolher, catalogar e abrigar livros em estantes bonitas, essas bibliotecas tiveram uma importância simbólica e política imensas, pois sempre estiveram associadas a estratégias do conhecimento, a razões de Estado, a visões de mundo bem como o afã de suas atividades colecionistas e de preservação que ampliaram as ações de controle bibliográfico em todos os níveis e que numa visão ampliada, os processos de controle bibliográfico estão associados aos processos de memória, lembrança e esquecimento.

Por fim, na quarta e última proposição, me ocupo de estudar a Bibliografia como esse suporte de evocação de memória, e por isso constituindo-se como parte da representação da memória documentária, sob a forma de um documento/monumento. Nesta última subseção, com o auxílio de Gerard Namer (1987) e Dodebei (2014), entendo a Bibliografia, em seu clássico modo analógico, como objeto compreendido em uma complexa cadeia de atividades memorialísticas, documentais e

informativas que ocorrem tanto em bibliotecas quanto em outras unidades informativas. Verifico, portanto, como a Bibliografia pode ser inserida, nestas condições, como patrimônio e objeto que patrimonializa os bens bibliográficos, relacionando-a ao banco de dados e suas possíveis acepções pelo Big Data na contemporaneidade.

3.1 Terceira análise: a Bibliografia é um objeto processual, sempre em construção

No breve itinerário de construção do campo da Memória Social que delimitei na introdução desta pesquisa, me baseei no que Gondar (2005, p. 18) entende como a construção processual da memória, que baliza a primeira versão de sua terceira proposição sobre a memória social. A autora defende que a memória não é reconstituição do passado, e sim uma constante reconstrução do antigo baseado nas questões que fazemos a ele no presente, seja a partir de nossas próprias perspectivas ou dos grupos sociais aos quais fazemos parte (GONDAR, 2005, p. 18).

A partir disso, Gondar traça a construção social da memória até a sua concepção contemporânea: parte dos entendimentos de Platão sobre a memória, quando diz que só foi possível que o filósofo inaugurasse a história oficial do pensamento e da memória por meio da recusa do tempo, remetendo-se a uma reflexão de que a verdade se encontra naquilo que é imutável e estável. A memória em Platão, portanto, não se encaixa no que compreendemos por individual ou social, e sim “uma memória ontológica que permite a revelação do Ser imutável e eterno” (GONDAR, 2005, p. 19), que o salva da degradação e o conduz às verdades eternas.

O rompimento definitivo, no âmbito científico, de qualquer pensamento que perpassa por essas concepções da Antiguidade grega, ocorre no século XIX, com o avanço das ciências sociais, antropológicas, isto é, da colocação do homem como um ser social no centro das investigações. É neste sentido que Gondar (2005, p. 21) diz que a ideia da memória como construção social se inicia no século XIX. A autora cita criticamente Maurice Halbwachs e Pierre Nora como exemplos de pensadores que refletiram sobre o que a construção social da memória foi capaz de realizar na e pela sociedade: enquanto o primeiro leva em consideração a multiplicidade da memória como estável, o segundo fala de uma degradação irreversível de uma pretensa identidade unívoca (GONDAR, 2005, p. 21).

Já como exemplos de autores que veem a memória como um processo de construção por meio de enfrentamentos, lutas e criação, Gondar (2005, p. 21-22) cita nomes como Friedrich Nietzsche e Henri Bergson:

Nietzsche foi o primeiro pensador da memória social, investigando-a em termos genealógicos: [...] quanta crueldade foi exercida para se educar e disciplinar um animal capaz de prometer e se lembrar de sua promessa? Nesse processo, as forças da lembrança disputam com as forças que impelem ao esquecimento, cada uma delas buscando realizar sua potência, agindo ou reagindo em função de valores e interesses. Em Bergson, o confronto se dá entre a esfera determinada dos hábitos, a que nos sujeitamos em função de interesses práticos, e a possibilidade criadora da memória, emergindo do espaço de indeterminação que a vida nos proporciona.

Neste contexto, assim como a memória adquiriu diferentes concepções de acordo com o desenvolvimento da mente humana e, conseqüentemente, do indivíduo em sociedade, a bibliografia como um dos diversos produtos que buscam controlar e quantificar uma memória intelectual, com motivações variadas, também se modificou e aperfeiçoou. É possível incluí-la também como um produto de uma construção social, como a memória foi compreendida por Gondar, visto que a Bibliografia também passou por etapas de refinamento desde tempos remotos, especificamente da Antiguidade, até os dias atuais.

A Bibliografia como construção social fica mais perceptível pela análise da linha do tempo estipulada por Malclès (1961; 1967), descrita na primeira metade deste estudo. Tanto quanto a memória, e pelo próprio desenvolvimento da memória como parte da evolução humana, a Bibliografia estabeleceu-se em diversos momentos da história de acordo com contextos específicos e limitações espaciais e humanas destes períodos. E, da mesma forma, ao analisar as divisões temporais da história da Bibliografia, é possível perceber as diferentes participações da Bibliografia na própria organização do pensamento e do conhecimento das sociedades e dos eventos específicos dos quais fez parte, direta ou indiretamente.

É pela tentativa de uma aproximação maior do documento bibliografia da memória e, principalmente, da sociedade que produz essas memórias, que busco demonstrar como a Bibliografia também tem a possibilidade de criar um imaginário social, até mesmo nacional, quando utilizada por poderes políticos específicos. Além de me basear no entendimento de Gondar sobre a construção social da memória para

estabelecer comparações com os processos que envolvem a bibliografia, também me remeto à Abreu (2016, p. 49), quanto a autora fala sobre a dimensão reflexiva e imaginativa da memória, para buscar subsídios para discutir as relações entre a bibliografia e as criações de imaginários nacionais.

Abreu (2016, p. 49) nos elucida quanto à potência criativa da memória quando relacionada ao pensamento, à reflexão e a imaginação, que neste sentido não nos levariam a uma eterna repetição do mesmo e sim a direções antes não vislumbradas. Assim, a memória teria uma predisposição à criação, ao novo, estando impossibilitada a reviver o passado com exatidão devido a abertura que apresenta às mais diversas interpretações, a partir de diferentes experiências. Para Abreu (2016, p. 49-50):

Assim, é o pensamento um dos fios condutores da magia da memória, num jogo entre diferentes concepções de tempo. O que permanece nesse caso, e que poderíamos tomar como fator invariável em diferentes modos de lembrar, [...] é o fato de que a memória implica em seleções, recortes, delimitações. O pensamento necessita discernimento para se exercer, assim como a imaginação opera com espaços vazios de imagens prévias.

Ou seja, apesar da liberdade criativa da memória, as trocas sociais que fazemos para criarmos ou relembrarmos os passados são feitas através de um fio condutor, um exercício de pensamento, reflexão e imaginação, atrelados. Daí a relação entre um objeto e a memória serem tão estudados, pois são esses elementos externos a nós que nos remetem a uma lembrança, como gatilhos prontos a serem disparados, a qualquer momento.

E é essa potência criativa praticamente espontânea na qual a memória se fundamenta que a aproxima mais da criação do que da repetição, e a diferencia de suas cristalizações, como um livro, um arquivo ou uma lista, de acordo com Abreu (2016, p. 50). No entanto, é com base na tentativa dos seres humanos de controlar a memória por meio de suas representações, como a bibliografia, e esta como parte de projetos de construção de nação, que evidencio algumas relações entre o documento e a memória, como no caso de seus usos na Revolução Francesa.

Para tanto, me remeto também ao pensamento nietzschiano acerca da genealogia da memória social aplicada a esta questão. Como uma crítica ao ápice – ou decadência – da modernidade, Nietzsche tece alguns comentários acerca da Revolução Francesa, colocando em xeque seu questionável legado (contendo

diversas contradições) para a civilização moderna ocidental. Para o filósofo, a formação desse marco histórico estabelece uma conexão entre passado, presente e futuro, tornando-se um “acontecimento tão falso e sinistro quanto inútil” (NIETZSCHE, 2017, p. 49). Esse evento revolucionário, que entusiasmou e suscitou paixões em seus agitadores e simpatizantes da época e, ainda, de tempos posteriores, é interpretado como uma “grande insurreição dos escravos” (NIETZSCHE, 2017, p. 59), movida pelos “instintos populares do ressentimento” (NIETZSCHE, 2017, p. 44).

A memória, conforme a ótica genealógica nietzschiana, surge de imposições e coerções sociais. O ser humano deve lembrar de realizar certas ações e evitar outras para não sofrer castigos sociais. O indivíduo, nos seus primórdios, foi um animal espontâneo, esquecido. Foi preciso que o grupo empregasse torturas para forjar uma memória. Aquele que não memorizava era punido, torturado.

Assim, o lembrar existe como um ativo para a memória, uma memória de vontade: o ser humano passa a não querer se livrar de algo. É a partir do momento que o indivíduo pensa em seus atos, que calcula, que avalia possíveis punições, não mais apenas mantendo a relação querer-fazer, que a memória se estabelece.

Por meio desses processos coercitivos – as torturas impostas ao outrora esquecido animal homem – elaborou-se uma “moralidade do costume”, por meio de barreiras criadas pelo próprio homem frente ao mundo e ao desconhecido, sua “camisa de força social”.

Após as punições, empregadas para garantir e controlar as condutas dos diversos integrantes de uma sociedade, o animal humano teve que prever os próximos passos, calcular seus atos, pensar em cadeias de causa-efeito, tentar antecipar o futuro, como promessa de si para si mesmo, confiante e constante, é que o indivíduo passa a ser um animal com memória (NIETZSCHE, 2018, p. 44). Há, desta forma, uma mudança radical daquele humano espontâneo, que agia em termos de querer-fazer, para o homem que é obrigado violentamente a planejar suas próximas ações.

É neste ponto que, para Nietzsche, memória e consciência nascem mancomunados através da dor, do medo, da ameaça do desconhecido. Dor, ameaça, medo fizeram que o homem pré-histórico desenvolvesse práticas mnemotécnicas (NIETZSCHE, 2018, p. 46). A memória, como interrupção cautelosa do esquecimento e dos impulsos daquele homem pré-histórico, surge como obstáculo à espontaneidade, como força intimidadora, que traz à lembrança um constante reavivamento da dor, da ameaça, do sofrimento e da tortura. A Revolução Francesa,

por sua vez, caminhou para o seu estabelecimento como nova ordem política e social, empunhando lemas como “Liberdade, Igualdade e Fraternidade”; valores que Nietzsche considerava como ideais anti-vitais, como negação das diferenças entre os homens, como idealização de fraquezas.

Ao realizar a análise de algumas legislações promulgadas no período inicial da Revolução Francesa, é possível estabelecer relações com o pensamento de Nietzsche sobre as leis e a memória. Para compreensão do cenário ao qual estamos nos referindo, lembremos o decreto de 2 de novembro de 1789, por meio do qual os bens eclesiásticos foram nacionalizados (VARRY, 2009, p. 7).

No âmbito da história das bibliotecas francesas, foi a partir deste ponto que iniciaram as atividades dos confiscos literários às bibliotecas privadas, de onde se desenvolveram esforços significativos para a construção das primeiras bibliografias – ainda com foco na inventariação dos livros.

A legislação de 9 de outubro de 1793, na qual estava estipulada a retirada de quaisquer símbolos ou signos que pudessem representar a realeza do Antigo Regime, também é relevante para analisar a estratégia de estabelecimento de uma nova estrutura política e social por parte de grupos revolucionários, pelo poder que os decretos passaram a ter. A complexidade de se realizar tamanho feito a partir do poder que investiram no Estado por meio da justiça também culminou em situações contraditórias, como a promulgação da Declaração dos Direitos do Homem, que teve sua versão inicial suspensa pela Convenção Nacional por não haver sido apresentada devidamente, de início, ao povo, para sua aceitação, como visto já anteriormente.

No entanto, focando na questão da Bibliografia, os itinerários percorridos para chegar até essa ideia foram vários: em primeiro lugar, ocorreram os confiscos literários já citados, no qual bibliotecas eclesiásticas foram as mais afetadas com os saques dos revolucionários; após isso, os livros foram disponibilizados no que ficou conhecido como depósitos literários, que eram locais escolhidos para conter a massa documental, que ainda careciam de informações técnicas para sua devida organização e disponibilização à sociedade, que era até então o foco dessas atividades. No entanto, é partir da narrativa da retórica da perda, de uma revolução que poderia facilmente não ter rumo, sem um alicerce bem fundamentado, que passa a se esboçar a preocupação com a manutenção do que viria a ser o patrimônio nacional (CHOAY, 2017, p. 95).

A continuidade das atividades se mostrou necessária à medida que as modificações estruturais provocadas na sociedade se tornavam visíveis para o plano republicano. Visando uma maior extensão do governo revolucionário, a dissolução da Assembleia Constituinte culminou na divisão de seus membros em comitês ou comissões, cada qual com objetivos definidos e intercomunicáveis, a saber:

a) *Comité ecclésiastique e Comité d'aliénation des biens nationaux*: ambos trabalhavam em prol da conservação e demais atividades que culminariam na disponibilização dos bens eclesiásticos ao público (LABICHE, 1880, p. 8);

b) *Comités-réunis*: formado por três membros de cada um dos comitês supracitados. Seus objetivos eram específicos, como lidar com as bibliotecas e demais objetos de arte eclesiásticos (LABICHE, 1880, p. 8);

c) *Comité des Quatre-Nations*: criado no *Palais des Quatre-Nations*, advindo da associação dos membros do *Comités-réunis* com algumas Academias;

d) *Comité d'instruction publique*: criado pela Assembleia Legislativa em 1791, responsáveis pela educação e instrução do povo francês (VARRY, 2009, p. 15).

e) *Commission des monuments*: constituída em 1792, como *Commission conservatrice des monuments*, também conhecida por *Commission des savants*, responsável por auxiliar os “diretórios de departamentos e municipalidades de Paris de velar pela conservação dos monumentos contidos nas igrejas e residências consideradas como bens de domínio nacional” (BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, 2017, tradução nossa).

6) *Commission temporaire des arts*: criada em 1793: suplanta a *des monuments*, agregando funções de inventariar objetos artísticos e científicos, em residências comuns ou instituições religiosas, quaisquer locais que se tornaram propriedade nacional (BIBLIOTECA NACIONAL DA FRANÇA, 2017).

Especificamente, em se tratando dos materiais bibliográficos, a reunião das obras realizada através dos confiscos literários pressupunha uma nova perspectiva para a organização e tratamento dos materiais bibliográficos. Por volta do ano de 1790, o *Comité des Quatre-Nations* se ocupa de refletir sobre uma nova atividade, a partir do processo de inventariação dos livros em vários distritos, que seria a criação de uma bibliografia geral nacional na França. Tal bibliografia serviria tanto como uma lista para escolhas posteriores dos livros que viriam fazer parte das bibliotecas

públicas, como também um catálogo geral sob o título “*Bibliographie universelle de la France*” (RIBERETTE, 2009, p. 37).

Esta empreitada produziria a primeira bibliografia baseada em catálogos coletivos na contemporaneidade. Além, de acordo com Riberette (2009, p. 39), o bibliotecário real d’Ormesson via na criação dessa bibliografia nacional uma forma de preencher as lacunas da Biblioteca Real, pois seria através dos inventários realizados em todos os distritos que poderia ser possível rastrear um livro relevante, seus proprietários ou as instituições eclesiásticas que estivessem por trás da redação desses inventários. O bibliotecário real também visava a unificação dos catálogos de bibliotecas em toda a extensão do reino, por meio da adoção de um sistema único de classificação (RIBERETTE, 2009, p. 39).

Nos remetendo à Dodebei (2016, p. 234), podemos compreender a dimensão da relevância da construção dessa bibliografia nacional. De modo geral, os catálogos e o processo de catalogação foram, desde a Antiguidade, processos necessários à manutenção das instituições que visavam a salvaguarda destes bens bibliográficos. A junção da catalogação, como processo de representação desses objetos, com a indexação, visando à organização e recuperação da informação, tornaram os catálogos como uma espécie de unificação das memórias documentárias de dada localidade.

A bibliografia, portanto, tornou-se o elo entre esses objetos e a sociedade, o que pode evidenciar a relevância das ações praticadas para a construção da bibliografia nacional francesa e os ímpetos de reordenação da sociedade pelos revolucionários, intimamente ligados às questões de reordenações e apagamentos da memória do Antigo Regime.

Juntamente a isso, inicia-se na contemporaneidade a primeira iniciativa relacionada à preservação e conservação de materiais bibliográficos, tendo como ator uma das personalidades que viria a ser mais tarde o bibliotecário do imperador Napoleão I da França: Antoine-Alexander Barbier (VARRY, 2009, p. 16).

Barbier, juntamente a outros eruditos bibliotecários e bibliógrafos, prontificou-se a pensar sobre as primeiras medidas para o caso. Relatos evidenciam que a preocupação transpassava todos os elementos dos espaços alterados pelos confiscos, de mobiliários até os próprios materiais bibliográficos, fossem pergaminhos ou impressos, passíveis de salvaguarda como objetos de valor artístico nacional, livres

de quaisquer mutilações sob o pretexto de apagar signos da realeza, feudalismo ou superstição (VARRY, 2009, p. 16-17).

Passada essas primeiras etapas de organização dos livros, as medidas tomadas a seguir são demonstradas através dos decretos como o de 27 de janeiro de 1794, que estabelece que cada distrito francês deveria ter ao menos uma biblioteca pública, com livros, objetos raros e monumentos de arte e instrução pública; e outro, datado do mesmo dia, relacionado à instituição da língua francesa como oficial para os documentos públicos, bem como obrigatório o ensino do francês e da Declaração dos Direitos do Homem para os cidadãos.

De certa forma, estes dois decretos salientam a chegada de um período de razão acima do caos, ao menos em relação a salvaguarda do patrimônio bibliográfico nacional. Os objetivos radicais que outrora eram principais, focados em obrigar por meio de decretos o apagamento de memórias do Antigo Regime através de atitudes, se distanciam para dar lugar a razão do Estado que se estabelecia com um governo cada vez mais centralizador.

Assim, é possível observar o crescimento exponencial do Estado francês revolucionário a partir da análise do aumento do entendimento e, conseqüentemente, complexidade do que se considera patrimônio cultural nacional. Para além, a utilização e manutenção estratégica de instituições geridas pelo governo centralizador, como as bibliotecas, tornando-as símbolos de identidade nacional através da nacionalização e patrimonialização dos acervos que vieram a constituí-las. A própria Biblioteca Nacional, ainda Biblioteca Real em 1789, abre a Revolução com a missão de “servir como um símbolo notório do orgulho republicano, aberta e acessível a todos os cidadãos (OLIVER, 2007, p. 49, tradução nossa).

Priebe (1982) aponta que a intervenção do Estado na instituição, por meio da Assembleia Nacional, que por sua vez foi influenciada no contexto da Revolução por determinadas bases Iluministas, demonstrou seu poder baseado na palavra escrita por meio das bibliotecas:

Eles foram educados na era de Voltaire, Locke, Diderot, Montesquieu e Rousseau. Pela primeira vez na História, livros e panfletos encontravam-se acessíveis para um público leitor grande o bastante e suficientemente bem posicionados para influenciar assuntos políticos. E, como a Assembleia Nacional incluiu tantos homens de letras e demais estudiosos, não é surpreendente que uma das primeiras decisões da Assembleia fosse concernente a completa reorganização

e consolidação das bibliotecas francesas, em particular da Biblioteca do Rei (PRIEBE, 1982, p. 391, tradução nossa).

Interessa, portanto, que o passado seja adequado às novas proposições pré-republicanas, evidenciando sua existência dentro das narrativas revolucionárias. Interessa, dentro de uma lógica de controle social de uma nação que escrevia e reescrevia partes da sua história frequentemente, que o povo tenha noção e participe da formação do imaginário de uma nação francesa, sob uma mesma língua e costumes; uma convergência de memórias coletivas que culminariam em uma memória social revolucionária, sólida e unívoca.

Deste modo, entendo que ocorreu a construção de uma idealização sobre a Revolução Francesa, que a transformou em um ícone que se alastrou pelo mundo ocidental e é perpetuada até os dias atuais. Contudo, é preciso destacar que, para além de qualquer idealização, os revolucionários franceses empregaram determinados meios violentos e terríveis. Em muitos dos seus procedimentos, encontramos a manutenção da dor para lembrar, e lembrar daquilo que o poder vigente gostaria que fosse recordado. Isso constitui o que Gusdorf (1993, p. 15) chama de “revivescência do psicodrama”:

Através da lenda, reencontramos a história; mas a realidade é mais complexa que a lenda, na medida em que esta, no caso dos grandes momentos da história, não se acrescenta à verdade literal; ela já está presente na alma daqueles que constroem a história e no próprio ato de seu cumprimento.

A história da Revolução Francesa, portanto, é alçada ao nível de um ícone ou mito: o mito revolucionário. A memória da nação que viria a se tornar uma república passa a se basear não no terror de períodos como o de 1793, mas no constante reavivamento, pelo governo, do estabelecimento dos primeiros direitos humanos, uma declaração de pretensa liberdade e fraternidade instantâneas e universais. Pela igualdade, na busca dos iguais e do paraíso terreno, os indivíduos foram tornando-se seres equiparados, igualados, desprovidos da sua singularidade.

Quando a memória da Revolução Francesa enquanto lenda nos fala da deposição de uma monarquia despótica para florescer em seu lugar uma democracia pautada na igualdade, liberdade e fraternidade, a tendência é que as violências provocadas pelos revolucionários para tal intento sejam silenciadas, apagadas,

ocultadas. A memória, mais precisamente uma forma de controle da mesma, foi um dos meios pelo quais essas atividades foram sendo realizadas, legalizadas pelas legislações, que eram feitas para marcar com fogo a consciência de todos que estavam sob o julgo dos revolucionários. Como explicita Chartier (2009, p. 45):

Se a Revolução de fato teve origens culturais, elas não residiam em nenhuma harmonia (seja proclamada ou não reconhecida) que supostamente unia atos anunciatórios e a ideologia que os governava, e sim nas discordâncias que existiam entre (mais que isso, competiam) discursos que ao representar o mundo social propunham sua reorganização e as práticas (descontínuas), que, ao serem efetivadas, criavam novas diferenciações e novas divisões.

É neste ponto em que culmino para aventar a hipótese de que a construção memorialística do mito revolucionário passou necessariamente pelos escritos, pelas legislações, documentos e, conseqüentemente, a bibliografia em nível nacional como parte do projeto de renovação social revolucionária. Aqui como representação da memória, os documentos/monumentos são controlados e manipulados para a construção de uma possível nova memória social, apagando as lembranças do Antigo Regime em prol de um futuro controlável por poderes tão ou mais tirânicos do que o anterior, utilizando-se do controle bibliográfico como um dos vários instrumentos de controle social.

Por meio deste exemplo no fato histórico, é possível entender que a Bibliografia, como a Memória Social, se faz por meio das construções sociais às quais estão sujeitas de choque, de influência e de conseqüente engrandecimento devido a essas mesmas atividades. Foi no período revolucionário onde a Bibliografia teve destaque a nível de Estado, tornando-se complexa pelas diversas atividades que se aperfeiçoaram com o objetivo de alcançá-la, como as catalogações e organizações do conhecimento para armazenagem e recuperação de informação. Foi também durante este processo que a Bibliografia possivelmente ganhou status definitivo de meio de patrimonialização documental.

3.2 Quarta análise: a Bibliografia não se reduz à representação da memória documentária

Como foi possível notar anteriormente, foi dado à Bibliografia o status de 'meio patrimonializador' de documentos no período revolucionário francês, entre os anos de 1789 e 1791. Intimamente ligada às questões de memória e da possibilidade de uma reordenação social a partir das escolhas do que figuraria como os patrimônios intelectuais materializados em escritos, a Bibliografia tornou-se uma das principais atividades de recenseamento e de controle bibliográfico. Desenvolveu-se para as bibliografias físicas cada vez mais especializadas e às próprias bibliografias nacionais pelo mundo, como forma de reconhecimento da sociedade no patrimônio bibliográfico determinado pelo poder atuante.

Desde os seus primórdios a bibliografia está intimamente ligada a questões de controle e representação dos objetos bibliográficos, ainda carregando em si o ímpeto de classificar o que é patrimônio bibliográfico nacional, ou seja, uma espécie de meio para legitimar monumentos. No mundo contemporâneo, as bibliografias passaram a ser produzidas e disseminadas por políticas nacionais e internacionais de fluxo informacional como as leis de Depósito Legal, cujos regimentos tiveram origem no século XVI, na França (SABY, 2013, p. 17).

Pela América Latina, a Lei de Depósito Legal colombiana, em seu art. 2º, considera que patrimônio bibliográfico – enquanto conjunto de materiais bibliográficos elegidos como representantes da produção intelectual da nação e representados na bibliografia nacional – “[é] toda obra que se considere herança e memória, ou que contribua para a construção da identidade da Nação em sua diversidade” (COLÔMBIA, 2010, tradução nossa).

No Brasil, existiram duas leis de Depósito Legal, uma por Decreto Imperial de nº 433, de 3 de julho de 1847, e o segundo na República, nº 1825, sancionado em 20 de dezembro de 1907. Atualmente, os depósitos de exemplares na Biblioteca Nacional brasileira se dão por meio das Leis nº 10.994, de 14/12/2004 e nº 12.192, de 14/01/2010, sendo a primeira relacionada a publicações diversas e a segunda específica para obras musicais. Ambas têm como objetivo “a coleta, guarda e a difusão da produção intelectual brasileira, visando à preservação e formação da Coleção Memória Nacional” (FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL, [2020]).

Nota-se, assim, que o percurso da Bibliografia até a contemporaneidade foi árduo e longo, intimamente ligado à construção, significação e ressignificação da memória social. Neste sentido, foi quase impossível evitar a relação da Bibliografia enquanto inventário dos bens bibliográficos patrimonializados com a representação desses mesmos bens, ou seja, apenas enquanto representação dessas memórias inscritas. O tempo passou, os anos de 1950 e 1960, ao menos no Brasil, foram de extrema importância para o desenvolvimento dessas bibliografias especializadas e, juntamente a elas, o aperfeiçoamento das técnicas de representação descritiva e temática.

Nos primeiros anos de 2000, muito se pesquisou e esforços dos mais variados foram empregados para estabelecer, no mundo virtual, essa memória física considerada efêmera, como se a tecnologia fosse capaz, por si mesma, de tornar essa memória em eternidade, a partir de sua transfiguração em dados eletrônicos. Nesse espaço de tempo, as bibliografias físicas passaram a perder espaço, assim como outros tipos de publicações, como as enciclopédias. Tudo passou a ser eletrônico, gravado e reproduzido em CD-ROM, depois em DVD e sequencialmente, processado nos bancos de dados em sites cada vez mais estruturados em arquiteturas de interfaces e funcionalidades para acesso à memória em meio computacional. Neste mundo digital, qual é o lugar da Bibliografia na contemporaneidade frente ao seu papel, até o presente momento, de representação da memória documentária?

Para iniciar um ensaio para uma resposta a esta indagação, me remeto à Dodebei (2014), que constrói o conceito de memória documentária a partir dos estudos em Ciência da Informação. Para a pesquisadora, a memória documentária, enquanto construção simbólica do conhecimento, se forma a partir de acumulados de conhecimento, que por sua vez transformam-se em estoques de informação que precisarão ser ordenados para melhor utilização (DODEBEI, 2014, p. 19). Essas memórias documentárias, relacionadas diretamente com o conhecimento socialmente produzido, reúnem cadeias de representação dessas dinâmicas sociais. Por sua vez, estas representações podem ser estruturadas em modelos, tendendo a simplificações para acurácia de sua inteligibilidade ao mundo (DODEBEI, 2014, p. 19).

Ligando-se diretamente às questões levantadas pelas proposições de Gondar (2005; 2016), a estrutura desses modelos que representam as memórias documentárias é seletiva, pois para diferenciá-los entre si é necessário elevar algumas características em detrimento de outras, como no jogo de lembrança e esquecimento

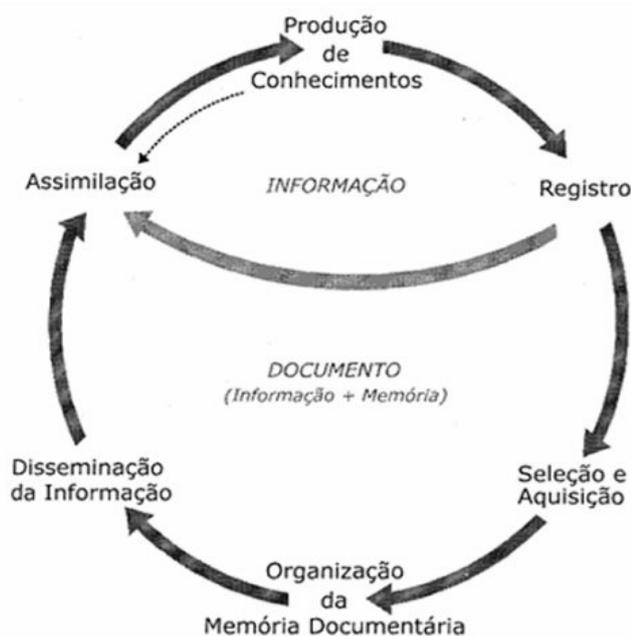
da memória. De semelhante forma, a simplificação desses modelos para serem inteligíveis ao mundo como representações de memória levam em consideração aspectos éticos e políticos ao servirem de analogia ao mundo real. Em outras palavras, esse modelo “é apenas uma expressão simplificada, formal e esquemática de uma teoria, implícita ou explícita, desenvolvida para uma situação particular (CLARKE, 1972 apud DODEBEI, 2014, p. 20).

Ainda de acordo com Dodebei (2014, p. 24):

Considerando-se a totalidade dos modelos de informação, tem-se ideia de um *continuum*, no qual em um extremo está o ser humano, com suas idiossincrasias, que podem ser entendidas como o “seu conhecimento”, e no outro extremo está o sistema de informação. Entre esses extremos, encontram-se representações que oscilam entre um ou outro polo, as quais procuram explicar as diferenças entre eles. Modelos do primeiro polo são os modelos cognitivos. Do segundo, são modelos de dados. Na faixa intermediária, aparecem os modelos conceituais (mentais, estruturais, semânticos etc).

Um desses modelos de caráter sistêmico é o ciclo da informação, que envolve etapas paradigmáticas para a representação documentária, tanto na Ciência da Informação quanto na Biblioteconomia – em específico da Bibliografia. O ciclo é composto por seis etapas, como mostra a figura abaixo:

Figura 4 – Ciclo da Informação



Fonte: Dodebei (2014).

Neste acréscimo produzido por Dodebei, o modelo do ciclo da informação divide-se em dois subconjuntos de interesse à pesquisa: informação e documento. O primeiro, referente ao universo da informação, onde se dão as trocas de informação, é representado por três etapas:

- a) Produção de conhecimento: na contemporaneidade, a busca pelo desenvolvimento da ciência se dá pela transversalidade das disciplinas em relação a uma mesma questão, e não mais pela especialização científica. Deste modo, as informações não são mais previamente escolhidas e organizadas em categorias fixas, mas determinadas as suas relevâncias a partir do ímpeto de busca do pesquisador. A Bibliografia sempre acompanhou essas modificações, de acordo com o que foi explicitado em seu percurso histórico;
- b) Registro: relaciona-se aos suportes informacionais. As informações, textuais, visuais, sonoras ou tridimensionais, sempre foram passíveis de figurar em inventários, catálogos ou bibliografias. O período revolucionário francês de 1789, que utilizamos como exemplo histórico, nos mostrou isso com relação aos artefatos textuais e tridimensionais. Com o avanço da tecnologia e do acesso às bases de dados, todas essas informações foram reduzidas aos bits, armazenadas em bancos de dados estruturados, como no caso das bibliotecas nacionais que virtualizam seus acervos.
- c) Assimilação: para a produção de novos conhecimentos, as informações geradas previamente por outros conhecimentos devem ser assimiladas. No dinamismo dos mundos virtuais onde nos encontramos, é necessário buscar equilíbrio na velocidade de assimilação, com o risco de aumentar a obsolescência das informações perante à sociedade. No entanto, tanto a bibliografia como as técnicas bibliográficas de recenseamento permanecem exercendo seus fundamentos na estrutura dos bancos de dados, que como suportes de memória passam a servir de representação da memória documentária das instituições de memória cultural. Isto garante que a obsolescência da informação não atinja a bibliografia, também devido ao seu histórico de meio para patrimonialização de bens documentais.

Já o segundo subconjunto, relativo ao universo do documento, somente existe dentro da cadeia de todas as seis etapas, diferentemente do universo da informação. Todas as etapas também são necessárias à sustentação do universo da informação, porém apenas o subconjunto representado pela seleção, representação e disseminação se configurará como “memória documentária” (DODEBEI, 2014, p. 27).

Para Wanderley (1980 apud DODEBEI, 2014, p. 28), o modelo de matriz documentária é responsável pela ilustração de como funciona o processo de seleção e recuperação da informação por buscas em bancos de dados. Esta matriz é composta por linhas horizontais, que representam os documentos (objetos), e linhas verticais, que apresentam as características (propriedades) que esses documentos apresentam perante os outros. O funcionamento das buscas em linguagem natural ou controlada nas bases de dados, como nas bibliografias online, tem base nessa estrutura de matriz documentária.

Quadro 1 – Matriz documentária

Objetos	Propriedades									
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
1	X		X				X		X	
2	X			X		X				
3		X	X						X	
4					X		X	X		X
5		X		X				X		X
6	X	X			X	X				

Fonte: Dodebei (2014)

Fazendo um contraponto com Namer (1987), a estrutura de pesquisa, busca e seleção nas bibliotecas, por exemplo, sempre foram baseadas em uma tentativa de uma prática de memória. O autor diz que a problemática proposta por Halbwachs, sobre a identidade das memórias coletivas com a memória cultural e a anomia que surge da ausência de unificação de memórias coletivas encontra nas estruturas da biblioteca uma possível solução: ali há o que Namer (1987, p. 166) entende por ‘memórias culturais’, que são selecionadas, guardadas, acumuladas a partir de regulamentos específicos.

Nesta lógica, é no catálogo onde haverá a finalização dessa unificação das representações dessas memórias, como um acesso à memória social ali acumulada em diversos formatos. É na bibliografia como banco de dados, como material da memória coletiva e da história, que ocorrerá uma “coordenação entre a memória social virtual que constitui o conjunto de livros e a atualização dessa mesma memória pela escolha e pela leitura que o público fará delas” (NAMER, 1987, p. 168, tradução nossa), de forma semelhante ao que Wanderley estabelece no sistema de matriz documentária, que exemplifica o processo de seleção dos documentos em uma base comum.

Quadro 2 – Matriz documentária e o elemento seletivo por documento

Objetos	Propriedades									
	a	b	c	d	e	f	g	h	i	j
1	X		X				X		X	
2	X			X		X				
3		X	X						X	
4					X		X	X		X
5		X		X				X		X
6	X	X			X	X				

O item 3 possui as características b, c, i.

Fonte: Dodebei (2014)

Podemos compreender que a memória documentária se mantém em bancos de dados de acordo com uma espécie de vontade de memória do usuário, que reativa aquelas memórias virtualizadas de acordo com as buscas por suas representações documentárias.

Levando em consideração as divisões da memória documentária no modelo do ciclo da informação, faremos uma breve análise dessas etapas, relacionando Bibliografia, Informação e Memória Social:

- a) Seleção: de acordo com Dodebei (2014, p. 31), a seleção e a aquisição são processos essenciais para a correta manutenção dos acervos documentais, funcionando como filtros da sociedade da informação, a fim de equilibrar as necessidades informacionais com as ofertas informacionais. Aqui podemos novamente equiparar o processo de seleção com os principais processos

relacionados à construção da memória social: de um lado, embate entre lembrança e esquecimento como forma de dar lugar sempre à criação, ao novo, de acordo com a demanda social; de outro, os regulamentos estabelecidos para aquisição, desbastamento e descarte de materiais, que levam em consideração aspectos políticos e éticos, tanto relativos à organização a qual estão submetidos, até o público ao qual se remete. A bibliografia, independentemente do suporte onde se estabeleça, continuará sempre trabalhando nestas mesmas etapas. Além disso, a seleção também implica na redução do objeto à sua representação, bem como aos ajustes entre escolhas qualitativas e recursos institucionais.

- b) Representação do conhecimento: essa etapa pode ser destacada como uma das principais problemáticas em torno da construção histórica da bibliografia, de seu nascimento até a contemporaneidade. A tarefa dos bibliógrafos, compiladores e artífices semelhantes sempre foi adequar à linguagem do período em questão à representação dos objetos informacionais aos quais se destinavam. A representação da informação no âmbito da Bibliografia passou, como vimos, pelos *pinakes* de Calímaco com etiquetas que representavam em algumas palavras o autor e assunto dos papiros, aos *Index Librorum Prohibitorum*, cuja representação deveria ser simples porém esclarecedora pelo poder que detinha esta bibliografia, até o período revolucionário francês de 1789, no qual, devido às primeiras intervenções brutais dos revolucionários, cresceu a vontade de reformular as questões de representação, organização e salvaguarda dos documentos, dando corpo aos novos códigos de catalogação, como o de 1791, e, conseqüentemente, às bibliografias nacionais. Atualmente, lidamos com códigos de representação ainda mais reducionistas, como o MARC21 (Machine Readable Cataloguing, catalogação legível por computador), que simplificam o conteúdo dos livros a pequenos conjuntos de números reconhecíveis por computador por todo o mundo, que carregam informações essenciais que identificam um documento dentre vários.

Podemos então assimilar aqui o que Dodebei (2014, p. 37) fala dos produtos dessas representações documentárias, como é o caso da bibliografia, que sempre serão disseminados à sociedade em função de sua demanda por

informações, que se modifica constantemente. Desta forma, podemos compreender que as representações do conhecimento sempre estiveram relacionadas ao meio em que se encontravam essas informações, como consequência das experiências vividas nestes distintos períodos, ou seja, como construção social.

- c) Disseminação da informação: a transmissão de conhecimento é o processo social mais antigo da humanidade. Desde as comunicações orais transgeracionais, por meio das oralidades míticas que pretendiam explicar à organização e funcionamento dos elementos que nos circundavam; até a formação das primeiras tentativas de práticas de memória com as pinturas rupestres, também carregadas de processos místicos envolvendo a sobrevivência humana em condições extremas; as primeiras escritas cuneiformes e hieroglíficas, como complexificação dessa vontade de lembrança, principalmente em relação aos regulamentos e legislações dos grandes complexos populacionais que surgiam pelo mundo, para manter sua ordem e organização; até as comunicações escritas mais aperfeiçoadas em suportes móveis, como o papiro, o pergaminho e o códice. Desde que o indivíduo compreende que vive em sociedade, seja para a manutenção da sua espécie ou para subjugar outra, ele se utiliza de suportes de memória para transmitir informação e conhecimento. É com as organizações em catálogos, inventários e bibliografias que ocorre uma maior evidência das relações entre a memória documentária e suas representações e usos para a sociedade, até em seu formato de banco de dados na contemporaneidade. É nessa rede, agora estabelecida de forma tecnológica, computadorizada, digitalizada, que as relações entre as representações de memórias documentárias configurem a um item a possibilidade de extrapolar sua unidade material (forma e conteúdo), dando maior liberdade ao usuário para lidar com quantas informações lhe forem necessárias, como ocorre em algumas bibliografias digitais como a da Gallica (Biblioteca Nacional da França), nas quais os materiais físicos foram transformados em dados alfanuméricos por meio de processos de digitalização documental, onde é possível realizar o reconhecimento de caracteres por meio da leitura OCR prévia feita pela instituição nesses documentos, além de dar a possibilidade do usuário realizar

o download em formatos como .pdf e .jpg de todo o documento ou de páginas específicas, facilitando a disseminação da informação por meio da lógica do banco de dados. No entanto, junto à facilidade de obtenção de informações nessas condições, a disseminação da informação precisa garantir o estabelecimento de estratégias redutoras para impedir a recuperação de informações indesejadas. Tais estratégias sempre foram utilizadas no decorrer da história da Bibliografia, por meio das mais variadas bibliografias especializadas. De acordo com as técnicas e tecnologias disponíveis em cada período, e também com relação às demandas informacionais da sociedade, os responsáveis pela produção das bibliografias se utilizavam dessas estratégias para produzir compilações de assuntos cada vez mais específicos, para públicos selecionados, como alguns que foram listados no início dessa investigação. As estratégias atuais, mais bem elaboradas e complexas de acordo com a disponibilidade de tecnologia, podem garantir maiores acertos quando bem estruturadas desde a organização dos bancos de dados, podendo disponibilizar ao usuário, em um mesmo ambiente, os assuntos mais variados e específicos, que são encontrados de acordo com combinações de palavras, conceitos e termos.

Sobre isso, Dodedei (2014, p. 38) aponta as páginas de índices temáticos, organizadas em sistemas de hipertexto, que são combinações de filtros e atalhos a disposição do usuário para encontrar a informação desejada. De acordo com a autora, “tais atalhos, visam, portanto, a diminuir a ansiedade de informação, facilitando o acesso mais rápido aos conteúdos que venham a satisfazer uma determinada necessidade de informação” (DODEBEI, 2014, p. 38). Assim, o ciclo da informação é finalizado com a disseminação da informação, que é também o estágio que garante, para as instituições culturais de memória, a sua missão de direito de informação ao usuário. É necessária a disseminação para a continuidade da memória social, representada nas memórias documentárias, o que garante a manutenção do organismo vivo que são essas instituições.

Prescott (2013), ao observar a heterogeneidade inerente aos estudos nas áreas das humanidades, percebe que os registros bibliográficos podem ser a resposta para

melhores análises em disciplinas que deles se utilizem. Isso nos leva a uma breve discussão sobre as potencialidades da bibliografia no ambiente de Big Data¹³, que chega a refletir preocupação sobre as definições desse tipo de dado nas humanidades e, mais ainda seus usos em pesquisas por disciplinas sob este mesmo teto (PRESCOTT, 2013, p. 55).

Em sua análise sobre os registros bibliográficos como Big Data de humanidades, Prescott (2013, p. 55) entende que os catálogos das bibliotecas, como as bibliografias, podem ser vistos como um conjunto de dados mais consistentemente estruturados e integrados, visto que sua relação com grande volume de informação e resposta dinâmica suficiente para as necessidades informacionais dos usuários em tempo hábil é uma questão histórica, como já observamos no decorrer desta pesquisa. Em se tratando da própria relação com a organização do conhecimento, catalogação e indexação de dados pelas bibliotecas, Prescott (2013, p. 56, tradução nossa) salienta:

Inicialmente, as bibliotecas eram cautelosas ao controlar o acesso aos registros bibliográficos, fornecendo uma forma altamente mediada de acesso, fosse por meio de serviços comerciais como o BLAISE da British Library, de OPAC's locais ou via serviços de consórcios, como o WorldCat da OCLC ou o COPAC. Recentemente, no entanto, as bibliotecas têm feito seus registros bibliográficos disponíveis como dados abertos por meio de licença Creative Commons¹⁴, em um formulário que suporta consultas RDF. Entre as principais bibliotecas que lançaram recentemente milhões de registros bibliográficos neste formulário estão a Biblioteca do Congresso, a Biblioteca Britânica, Biblioteca Nacional da França, Biblioteca Nacional da Alemanha e o complexo de bibliotecas da Universidade de Harvard.

¹³ Apesar de ser um assunto que vem suscitando discussões há alguns anos, ainda não há uma definição única e referencial do que é Big Data, ficando a cargo dos pesquisadores e empresas que fazem uso dessa tecnologia a construção do entendimento sobre o assunto. De acordo com o glossário online da Gartner, uma das maiores empresas no ramo da Tecnologia da Informação, o Big Data relaciona-se “ao grande volume de dados, variedade e velocidade de dados que demandam formas inovadoras e rentáveis de processamento da informação, para melhor percepção e tomada de decisão” (GARTNER, [2020], tradução nossa).

¹⁴ De acordo com a página oficial na internet do Creative Commons: “O Creative Commons (CC) é uma organização mundial sem fins lucrativos que permite o compartilhamento e a reutilização da criatividade e do conhecimento por meio do fornecimento de ferramentas gratuitas. Nossas ferramentas ajudam: aqueles que buscam incentivar a reutilização de suas obras, oferecendo-as para uso público sob condições generosas e padronizadas; aqueles que querem fazer usos criativos de obras alheias; e aqueles que desejam se beneficiar dessa simbiose” (CREATIVE COMMONS BR, [2020]).

Isto demonstra um crescimento e abrangência de novas tecnologias pelas bibliotecas, que conseqüentemente influencia em seus produtos, como as bibliografias. Há, portanto, a junção entre “sistemas modernos de catalogação, o aumento exponencial e sistematizado da concatenação entre catálogos de bibliotecas em todo o mundo e a capacidade de ‘renderizar’ dados cronologicamente” (CHAPLIN, 1989 apud PRESCOTT, 2013, p. 56, tradução nossa), o que nos leva a perceber novas organizações do conhecimento e potenciais estudos sobre as estratégias de informação nestas condições.

Os repositórios institucionais são exemplos da organização bibliográfica desses bancos de dados voltados às pesquisas acadêmicas. De acordo com Dodebei (2009, p. 91):

Um repositório institucional é uma base de dados digital e virtual (web-based database), de caráter coletivo e cumulativo (memória da instituição), de acesso aberto e interoperável que coleta, armazena, dissemina e preserva digitalmente a produção intelectual da instituição.

As bases de dados mantêm os preceitos básicos das bibliografias produzidas em formato analógico, ao passo que gravam em suas estruturas as memórias das instituições às quais estão ligadas, como um meio de patrimonializar esses escritos, equilibram esse viés com a oferta e demanda de informações técnico-científicas para esses e outros grupos. Ligadas também às questões de acesso aberto, as bases de dados funcionam como uma bibliografia que ultrapassou seus limites físicos em prol da finalidade para a qual foi criada: contribuir para o controle e avanço do conhecimento científico humano.

Para Sayão (1996, 314-315), existe uma relação indissociável entre a dúvida do pesquisador, sua busca pela resposta em meio às interrogações às bases de dados e os processos de construção e reconstrução da memória coletiva. As bases de dados, então, são como arranjos de “complexos esquemas de representação e de recuperação da informação” (SAYÃO, 1996, p. 315), onde o pesquisador acessa às representações de memória do grupo onde está situado “para reconstruir as lembranças comuns e dessa forma manter íntegra a sua comunidade (SAYÃO, 1996, p. 314).

Essas etapas são constitutivas do processo de construção do que o autor considera como “memória eletrônica científica”, no qual 1) o pesquisador determina o escopo de seu trabalho, de acordo com suas perspectivas sociais, políticas, econômicas e mercadológicas; 2) recebe apoio institucional e financeiro, de acordo com as inclinações dos órgãos de fomento à pesquisa, que servem como filtro do que constituirá essa memória científica; 3) publica suas pesquisas em revistas científicas ou em anais de eventos, que passarão a ser disponibilizados nas bases de dados para a sociedade (SAYÃO, 1996, p. 317). Todo esse processo é como receber um direito ao pertencimento da memória científica e tornar-se um referencial teórico para a constante busca pela coesão em seus campos de estudos.

Assim, é possível notar que os registros bibliográficos, intrinsecamente ligados às representações de memória documentária, se desenvolvem no ciberespaço na contemporaneidade como uma nova forma de Big Data das humanidades. Não somente os dados ali dispostos como representações dos registros documentários são visíveis, como as ferramentas para estruturação desses bancos de dados podem ser utilizadas para outras pesquisas, como para entender o desenvolvimento dessas estruturas lógicas ao longo do tempo, como em períodos limítrofes de automação das atividades organizacionais, que por sua vez produziram diferentes camadas de dados.

Quais evidências poderíamos encontrar na análise dessas bibliografias, como banco de dados e representações de memória documentária, que seriam relevantes ao aperfeiçoamento das mnemotécnicas primordiais que carregamos, numa espécie de memória administrativa (NAMER, 1987, p. 165), até os dias de hoje?

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir do que foi exposto, desde a perspectiva histórica de Malclès (1950; 1961; 1967) até as apropriações que busco realizar das questões levantadas por Gondar (2005; 2016) sobre a Memória Social, podemos notar que a Bibliografia se aperfeiçoou de muitas formas, juntamente ao desenvolvimento cognitivo/mnemônico do ser humano. Surgiu, assim, como uma resposta à administração burocrática do império de Assurbanipal (CONDIT, 1937) e tornou-se um meio de organização de grandes bibliotecas na Antiguidade e Idade Média, passando a ser organizada pela Lei de Depósito Legal, criada na França em 1537 (CAVALCANTI; CUNHA, 2008, p 55), até mesmo tornando-se comercial nas mãos de livreiros. A bibliografia nacional, por volta do ano de 1790, na França (SMALLEY, 1991), figurou-se também como uma forma de controle informacional para a construção de uma nova estrutura social.

De acordo com Namer (1987, p. 159), que baseia suas questões nos escritos de Maurice Halbwachs, as instituições culturais de memória foram criadas com o intuito utópico de abarcar toda a memória do mundo por meio dos documentos que ali figuram. Existe, sem dúvida, uma coleção de representações dessas memórias, que Namer classifica entre memórias culturais, políticas, acadêmicas e administrativas, nesta última onde se produz a bibliografia como um dos instrumentos de unificação das memórias coletivas (NAMER, 1987, p. 167).

Desta forma, é possível notar, a partir de Namer (1987) e de Le Goff (2014) que a bibliografia, enquanto um documento/monumento, é parte de um gigantesco, diversificado e complexo processo memorialístico produzido em instituições culturais de memória, como as bibliotecas. É um dos exemplos de “materiais da memória” (LE GOFF, 2014, p. 485), onde convergem o acúmulo das heranças do passado, característica própria do monumento, e as escolhas feitas pelos produtores desses mesmos documentos.

Assim entendido o processo da Bibliografia intimamente atrelado com o desenvolvimento das sociedades e de seus modos de comunicação, transmissão e organização de informação, como a Bibliografia pode persistir na contemporaneidade por meio das novas tecnologias, cada vez mais dinâmicas e efêmeras?

Entendemos que um marco contemporâneo na história das bibliotecas e das bibliografias se deu com Vanevar Bush (1945), durante um período de intensa busca por aperfeiçoamento e criação de tecnologias. Em um artigo denominado *As we may*

think, publicado em 1945, o engenheiro preconizava o surgimento de um ambiente eletrônico chamado *Memex*, no qual vários documentos poderiam ser guardados, acessados e visualizados em formato microfilme. A proposta foi um importante avanço que proporcionou a modificação e extensão da capacidade memorialística de associações de signos e símbolos em forma de links entre documentos disponíveis na máquina (BUSH, 1945).

Isso terminou por influenciar diretamente a constituição das bibliotecas e das bibliografias na contemporaneidade: no caso das bibliotecas, muitas atualmente surgem apenas em meio virtual, compostas por documentos estritamente digitais. Outras, agregaram o virtual e o analógico, estendendo suas funcionalidades. Neste contexto, com o surgimento de diferentes suportes documentais e formatos de leitura específicos, as bibliografias também tenderam ao aperfeiçoamento tecnológico: desde o século XX, as mnemotécnicas que envolvem a catalogação são revistas com maior constância, passando da catalogação manuscritas e cartões perfurados aos códigos universais para leitura em computador, como o MARC e o RDA (SERRA, 2013).

É neste contexto contemporâneo que se desenvolve o que Le Goff (2014, p. 427) considera como “uma verdadeira revolução da memória”, que é a sua extensão para o ambiente eletrônico, computadorizado. Foi por meio dos intensos trabalhos científicos e do conseqüente aparecimento e aperfeiçoamento das máquinas de calcular durante o período da Segunda Guerra Mundial que ocorreu uma aceleração na nossa percepção técnica de mundo. Com isso, é possível atualmente realizar a distinção entre uma memória humana, particularmente instável e maleável, e a pretensa estabilidade da memória das máquinas, “algo semelhante ao tipo de memória que representa o livro”, no entanto mais facilmente evocável (DEMARNE; ROQUEROL, 1959, p. 76 apud LE GOFF, 2014, p. 428).

Em relação a nossa análise historiográfica, na esteira da revolução documental elucidada por Le Goff (2014, p. 490), a bibliografia pode ser vista também como parte deste processo: os documentos foram se modificando, criando-se vários formatos, perpetuando-se no meio digital, tornando-se cada vez mais minuciosos em sua constituição computadorizada; de semelhante forma, as técnicas de recenseamento para salvaguarda e recuperação da informação também se aperfeiçoaram. Este é o novo documento, a nova bibliografia, que passa a estabelecer-se em fitas magnéticas

e, atualmente, em bancos de dados, em uma relação estreita entre a memória coletiva e as particularidades do mundo virtual.

E como essa memória eletrônica se estabelece em categorias e representações passíveis de organização e transmissão? Por meio da lógica e estrutura dos bancos de dados e do Big data. Assim como a bibliografia estabeleceu-se como memória cultural cumulativa ao longo da história da humanidade, é em um período de diversidade e efemeridade de formatos de documentos em ambiente computadorizado, que essa mesma bibliografia se estabelece em novas formas de organização de dados. Por meio do Big data é possível realizar designs mais apropriados às bases de dados científicos, desenvolver formatos de dados mais facilmente reconhecíveis e intercambiáveis e, principalmente, buscar estudos de usuários mais acurados para aprimorar a experiência de pesquisa dos cientistas.

Notamos, na nossa última análise memo-informacional, que a Bibliografia apresenta potencialidades latentes com relação a sua estruturação em bancos de dados na contemporaneidade. Ainda, percebemos que as técnicas de organização e transmissão do conhecimento e da informação permanecem fundamentadas em técnicas das mais antigas, aquelas semelhantes às primeiras mnemotécnicas produzidas pelo homem quando este entendeu que, para sobreviver, dependeria do tratamento e comunicação de conhecimento para as gerações futuras.

Observamos, a partir desta análise comparativa, que há possibilidades de permanência e maiores desenvolvimentos da Bibliografia em ambientes virtuais, levando consigo todo o arcabouço teórico, conceitual e prático que adquiriu durante milênios. É assim que ocorre nas instituições de memória cultural, como a biblioteca, de acordo com o que Namer (1987, p. 161) estabelece como uma “memória-acúmulo de conhecimento e cultura”. Não somente a Bibliografia permanece sendo guiada pela utopia que a construiu, de classificar o conhecimento, estabelecê-lo em categorias claras e bem definidas, como também permanece carregada de todo o acúmulo dos indivíduos e grupos que dela trataram e a engrandeceram de variadas formas.

É desta forma que a Bibliografia, assim como ocorre com a Memória Social, só pode ser compreendida a partir do entendimento de sua existência complexa e múltipla: processual em seus acúmulos e dispersões, representativa sem deixar-se reduzir apenas às representações, bem como ética e politicamente entrelaçada às transversalidades disciplinares que dão a essas duas áreas potencialidades variadas para seu desenvolvimento científico e humanístico.

REFERÊNCIAS

- ABREU, Regina. Memória social: itinerários poéticos-conceituais. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.
- ALENTEJO, Eduardo. Bibliografia: caminhos da história contada e da história vivida. **Inf. Inf.**, Londrina, v. 20, n. 2, p. 20-62, maio/ago. 2015. Disponível em: <<http://www.uel.br/revistas/uel/index.php/informacao/article/view/23124>>. Acesso em: 10 out. 2019.
- ARAÚJO, Emanuel. **A construção do livro**: princípios da técnica de editoração. Rio de Janeiro: Lexicon, 2008.
- BARRENECHEA, Miguel Angel de. Nietzsche e a genealogia da memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera. **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005. p. 55-71.
- BEADIQUEZ, Marcelle. National bibliography as witness of national memory. **IFLA Journal**, [Londres], v. 2, n. 18, 1992. Disponível em: <<http://journals.sagepub.com/doi/pdf/10.1177/034003529201800208>>. Acesso em: 05 ago. 2018.
- BERGSON, Henri. **Écrits et paroles**. T. 3. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.
- BIBLIOGRAPHE. In: DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean el Rond. **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres**. Paris: Briasson; David; Le Breton; Durand, 1751. Disponível em: <<https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedia1117/navigate/2/1/>>. Acesso em: 29 set. 2019.
- BRIET, SUZANNE. **O que é a documentação?** Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2016.
- _____. **Qu'est-ce que la documentation?** Paris: Éditions documentaires, industrielles et techniques.1951.
- BUSH, Vannevar. As we may think. **The Atlantic**, [Boston], July 1945. 160 years of Atlantic stories. Disponível em: <<https://www.theatlantic.com/magazine/archive/1945/07/as-we-may-think/303881/>>. Acesso em: 16 set. 2019.
- CHARTIER, R. **Origens culturais da Revolução Francesa**. São Paulo: Ed. UNESP, 2009.
- CHOAY, Françoise. **A alegoria do patrimônio**. São Paulo: Ed. UNESP, 2017.

COLÔMBIA. Ley 1379 de 2010 (Enero 15): por la cual se organiza la red nacional de bibliotecas públicas y se dictan otras disposiciones. Disponível em: <<http://www.alcaldiabogota.gov.co/sisjur/normas/Norma1.jsp?i=38695>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

CONDIT, Lester. Bibliography in its prenatal existence. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [Chicago], v. 7, n. 4, out. 1937, p. 564-576.

CREATIVE COMMONS BR. **O que é Creative Commons (CC)?**. In: Perguntas frequentes (FAQ): sobre o CC. [S.l. : s.n., 2020]. Disponível em: <<https://br.creativecommons.org/faq/>>. Acesso em: 30 jan. 2020.

CUNHA, Murilo Bastos da; CAVALCANTI, Cordélia Robalinho de Oliveira. **Dicionário de Biblioteconomia e Arquivologia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2008.

DAVID, Michel-Antoine. Catalogue. In: DIDEROT, Denis; D'ALAMBERT, Jean el Rond. **Encyclopédie, ou dictionnaire raisonné des sciences, des arts et des métiers, par une société de gens de lettres**. Paris: Briasson; David; Le Breton; Durand, 1751. Disponível em: <<https://artflsrv03.uchicago.edu/philologic4/encyclopedie1117/navigate/2/1/>>. Acesso em: 29 set. 2019.

DEMARNE, P.; ROUQUEROL, M. **Ordinateurs électroniques**. Paris: Presses Universitaires de France, 1959.

DINIZ, Alfredo O. dos Santos. **Bibliothecosophia, ou ligeiras notas referentes á organização e á administração de bibliotecas**. São Paulo: Typographia Diario Official, [1915].

DODEBEI, Vera. Ensaio sobre memória e informação. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Repositórios institucionais: por uma memória criativa no ciberespaço. In: SAYÃO et. al. (Orgs.). **Implantação e gestão de repositórios institucionais: políticas, memória, livre acesso e preservação**. Salvador: EdUFBA, 2009.

_____. **Tesouro**: linguagem de representação da memória documentária. Niterói: Intertexto; Rio de Janeiro: Interciência, 2014.

EGAN, Margaret; SHERA, Jesse. Foundations of a theory of bibliography. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [Chicago], v. 22, n. 2, abr. 1952, p. 125-137. Disponível em: <<https://www.jstor.org/stable/4304106>>. Acesso em 08 ago. 2018.

FARIA, Maria Isabel; PERICÃO, Maria da Graça. Bibliografia. In: _____. **Dicionário do livro**: da escrita ao livro eletrônico. São Paulo: EdUSP, 2008.

FLUSSER, V. **Filosofia da caixa preta**: ensaios para uma futura filosofia da fotografia. São Paulo: Annablume, 2011.

FONSECA, Edson Nery da. Desenvolvimento da biblioteconomia e da bibliografia no Brasil. **Revista do Livro**, Rio de Janeiro, ano II, n. 5, 1957. Disponível em: <<http://memoria.bn.br/DocReader/DocReader.aspx?bib=393541&PagFis=1065&Pesq=Edson%20Nery>>. Acesso em: 28 set. 2019.

_____. **Introdução à biblioteconomia**. Brasília, DF: Briquet de Lemos, 2007.

FUNDAÇÃO BIBLIOTECA NACIONAL. Depósito Legal. Disponível em: <<https://www.bn.gov.br/sobre-bn/deposito-legal>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

GARTNER. **Gartner glossary**. Disponível em: <<https://www.gartner.com/en/information-technology/glossary/big-data>>. Acesso em: 12 mar. 2020.

GONDAR, Jô. Cinco proposições sobre a memória social. In: GONDAR, Jô; DODEBEI, Vera; FARIAS, Francisco R. de. **Morpheus**, Rio de Janeiro, v. 9, n. 15, 2016. Disponível em: <http://www.memoriasocial.pro.br/painel/pdf/publ_19.pdf>. Acesso em: 18 ago. 2019.

_____. Quatro proposições sobre memória social. In: _____; _____ (Orgs.). **O que é memória social?** Rio de Janeiro: Contra Capa, 2005.

GUSDORF, G. **As revoluções da França e da América**: a violência e a sabedoria. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1993.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. São Paulo: Centauro, 2017.

HARMON, Robert. **Elements of bibliography**: a simplified approach. Nova Jérsei: Scarecrow Press, 1981.

JACOB, Christian. **Qu'est-ce qu'un lieu de savoir?** Marseille: OpenEdition Press, 2014. Disponível em: <<http://books.openedition.org/oep/423>>. Acesso em: 5 ago. 2018.

KAPLAN, F. **La métamorphose des objets**. Limoges, FR: FYP éditions, 2009.

LABICHE, J.-B. **Notice sur les dépôts littéraires et la révolution bibliographique de la fin du dernier siècle**. Paris: Typographie de A. Parent, 1880.

LANGLOIS, Charles-Victor. **Manuel de bibliographie historique**. Paris: Hachette, 1901.

LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. UNICAMP, 2014.

LEVIE, Françoise. **L'Homme qui voulait classer le monde**: Paul Otlet et le Mundaneuon. Bruxelles: Les impressions nouvelles, 2006.

LYONS, Martyn. **Livro: uma história viva**. São Paulo: Ed. Senac São Paulo, 2011.

MACHADO, Ana Maria Nogueira. **Informação e controle bibliográfico: um olhar sobre a cibernética**. São Paulo: Editora UNESP, 2003.

MALCLÈS, Louise-Noëlle. **La bibliographie**. Paris: Presses Universitaires de France, 1967.

_____. **Bibliography**. Nova Iorque: Scarecrow Press, 1961.

_____. **Les sources du travail bibliographique**. Genebra: Droz, 1950, t. 1.

MANOVICH, L. **The language of new media**. 2001 [versão preliminar em PDF]. Disponível em: <<http://www.manovich.net/LNM/index.html>>. Acesso em: 10 nov. 2019.

MELO, Aristeu Gonçalves de. **O Controle Bibliográfico no Brasil: uma proposta**. Brasília, DF: Senado Federal, 1981.

NAMER, Gerard. **Mémoire et société**. Paris: Meridians Klincksieck, 1987.

NIETZSCHE, F. **Além do bem e do mal: prelúdio a uma filosofia do futuro**. São Paulo: Companhia das Letras, 2017.

_____. **Genealogia da moral: uma polêmica**. São Paulo: Companhia das Letras, 2018.

_____. **Segunda consideração intempestiva: da utilidade e desvantagem da história para a vida**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2003.

NORA, Pierre. Entre memória e história: a problemática dos lugares. **Proj. História**, São Paulo, n. 10, p. 7-28, 1993. Disponível em:

OLIVER, Bette W. The Bibliothèque nationale from 1792 to 1794: becoming a national institution during the French Revolution. [S.l.]. **Libraries & the Cultural Record**, v. 42, n. 1. p. 48-56. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25549380>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

OTLET, Paul. **Tratado de documentação: o livro sobre o livro, teoria e prática**. Brasília, DF. Briquet de Lemos, 2018.

PINHO NETO, Jayme de. **Bibliotecas francesas em revolução: dos depósitos literários ao início da Biblioteca Nacional da França**. 97 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em Biblioteconomia) – Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2017.

PLACER, Xavier. **A bibliografia e sua técnica**. Rio de Janeiro: Ministério da Educação e Cultura - Serviço de Documentação, 1955.

PRESCOTT, Andrew. Bibliographic records as humanities big data. In: IEEE INTERNACIONAL CONFERENCE ON BIG DATA, 2013, Santa Clara, Califórnia, EUA. **Anais...** Califórnia: IEEE, 2013.

PRIEBE, Paul M. From Bibliothèque du Roi to Bibliothèque Nationale: the creation of a state library, 1789-1793. [S.l.]. **The Journal of Library History**, v. 17, n. 4. p. 389-408. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/25541320>>. Acesso em: 10 fev. 2017.

RIBEIRO, Leila Beatriz; DODEBEI, Vera; ORRICO, Evelyn Goyannes. O tempo na narrativa fílmica: descrição de um processo memo-informacional. In: ENCONTRO NACIONAL DE PESQUISA EM CIÊNCIA DA INFORMAÇÃO, 14., 2013, Santa Catarina. **Anais...** Santa Catarina: UFSC, [2014]. Disponível em: <<http://enancib.ibict.br/index.php/enancib/xivenancib/paper/view/4611/3734>>. Acesso em: 16 set. 2019.

RIBERETTE, Pierre. De la Commission des monuments au Conseil de conservation. In: VARRY, Dominique (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle: 1789-1914**. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2009.

SABY, Frédéric. Approche historique du dépôt legal en France. **Sociétés & Représentations**, Paris, v. 1, n. 35, 2013, p. 15-26. Disponível em: <<https://www.cairn.info/revue-societes-et-representations-2013-1-page-15.htm>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SAYÃO, Fernando. Bases de dados: a metáfora da memória científica. **Ciência da Informação**, Brasília, v. 25, n. 3, p. 314-318, set./dez. 1996. Disponível em: <<http://revista.ibict.br/ciinf/article/view/629/633>>. Acesso em: 05 jan. 2020.

SERRA, Liliana Giusti. O formato MARC e o RDA: tempos de mudanças? In: ENCONTRO INTERNACIONAL DE CATALOGADORES, 9., 2013, Rio de Janeiro; ENCONTRO NACIONAL DE CATALOGADORES, 2., 2013, Rio de Janeiro. **Anais...** Rio de Janeiro: Fundação Biblioteca Nacional, 2013. Disponível em: <<http://www.enacat.ufscar.br/index.php/eic-enacat/eic-enacat/paper/view/13>>. Acesso em: 16 set. 2019.

SMALLEY, Joseph. The french cataloging code of 1791: a translation. **The Library Quarterly: Information, Community, Policy**, [Chicago], v. 61, n. 1, jan. 1991, p. 1-14.

STOKES, Roy. **The function of bibliography**. Hampshire: Gower, 1982.

VARRY, Dominique. Les confiscations révolutionnaires. In: _____ (Dir.). **Histoire des bibliothèques françaises: les bibliothèques de la Révolution et du XIXe siècle: 1789-1914**. Paris: Éditions du Cercle de la Libraire, 2009.

ZOLTOWSKI, Victor. Os ciclos da criação intelectual e artística. In: FONSECA, Edson Nery (Org.). **Bibliometria: teoria e prática**. São Paulo: Cultrix, 1986.

ZUMTHOR, Paul. Document et monument. À propôs des plus anciens textes de langue française. **Revue des Sciences Humaines**, v. 97, 1960. p. 5-19.